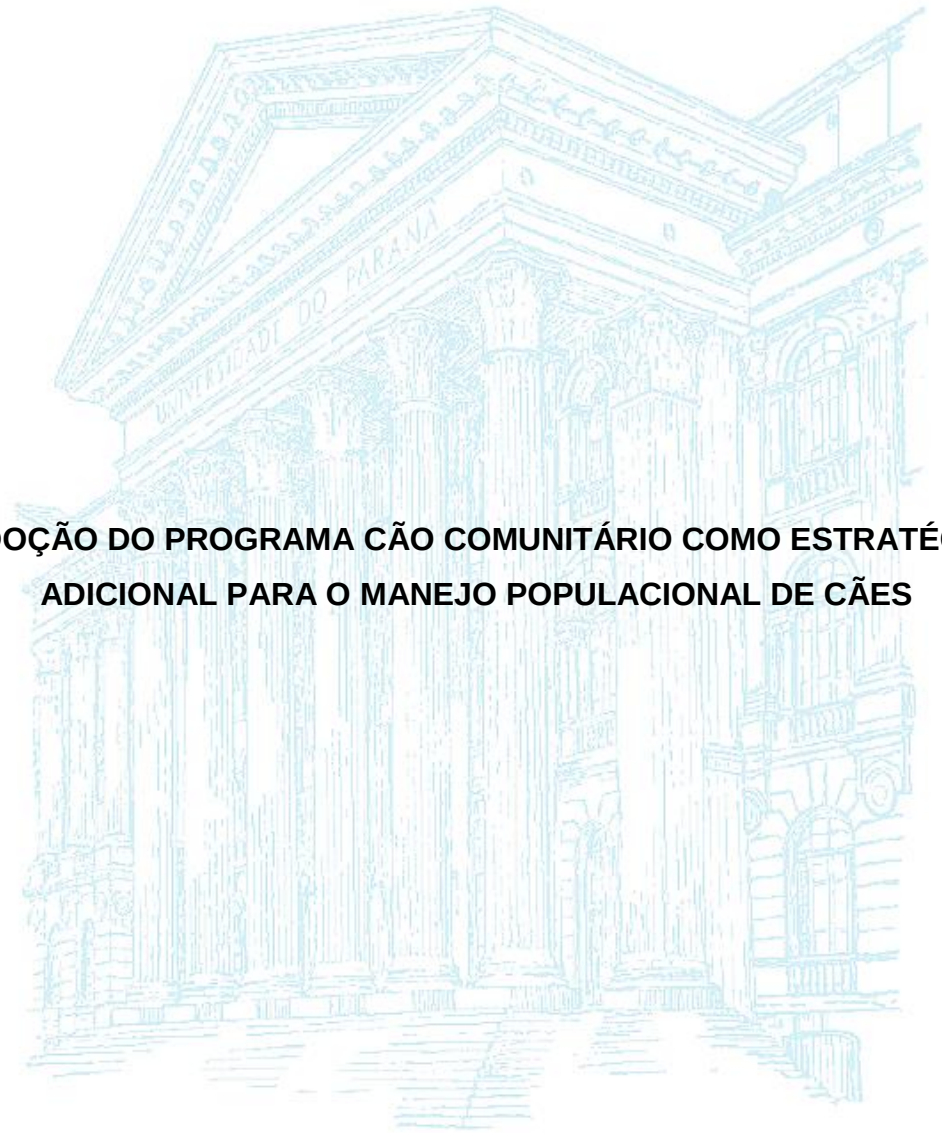
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA TOZZI DE ALMEIDA



ADOÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA ADICIONAL PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES

CURITIBA

2017

JULIANA TOZZI DE ALMEIDA

ADOÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA ADICIONAL PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Veterinárias.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Forte Maiolino Molento

CURITIBA

2017

A447 Almeida, Juliana Tozzi de
Adoção do Programa Cão Comunitário como estratégia adicional para o manejo populacional de cães / Juliana Tozzi de Almeida. Curitiba: 2017.
134 f.; il.

Orientadora: Carla Forte Maiolino Molento
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós - Graduação em Ciências Veterinárias.

1. Cão – Controle populacional. 2. Animais - Proteção. 3. Animais - Sociedade. 4. Animais - Comportamento. I. Molento, Carla Forte Maiolino. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós - Graduação em Ciências Veterinárias. III. Título.

CDU 636.7.045

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS VETERINÁRIAS

UFPR

PARECER

A Comissão Examinadora da Defesa da Dissertação intitulada **"ADOÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA ADICIONAL PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES"** apresentada pela Mestranda **JULIANA TOZZI DE ALMEIDA** declara ante os méritos demonstrados pela Candidata, e de acordo com o Art. 79 da Resolução nº 65/09–CEPE/UFPR, que considerou a candidata apta para receber o Título de Mestre em Ciências Veterinárias, na Área de Concentração em Ciências Veterinárias.

Curitiba, 28 de março de 2017

Professora Dra. Carla Forte Maiolino Molento
Presidente/Orientadora

Professora Dra. Rita Leal Paixão
Membro

Professora Dra. Rita de Cassia Maria Garcia
Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus pela proteção e pelo discernimento em minhas escolhas ao longo da minha jornada.

A minha família (meu porto seguro), meu pai João Manoel, minha mãe Elizabeth, e meu irmão Rodrigo, pelo incentivo e apoio incondicionais desde sempre nas minhas escolhas. Aos meu filhos de quatro patas, Yug e Zulu, por sempre me mostrarem o quanto a relação ser humano-animal é maravilhosa.

Ao meu namorado Rafael, pelo amor, companheirismo, incentivos diários, pelos conselhos, por acreditar no meu potencial e por não me deixar desistir. Por despertar o melhor de mim e a vontade de crescer como pessoa.

À professora Carla Molento, pela orientação, dedicação nas correções dos meus textos e por acreditar em mim na execução de um trabalho tão importante e prazeroso como este. Valeu muito a pena!

Ao meu comitê de orientação, Rita Garcia e Simone Tostes, por todo o suporte técnico e emocional durante o meu mestrado que me fizeram continuar centrada e de cabeça erguida.

Ao professor e amigo Rômulo Mora por ter me ajudado na estatística do segundo capítulo.

À equipe LABEA, Ana Paula Souza, Fabiana Stamm, Janaina Hammerschmidt, Maria Alice Schnaider, Mariam El Tasse, Paloma Bosso, Patrícia de Paula, Priscilla Tamioso, Roberta Sommavilla, Santiago Rucinque, Vanessa Bones e Vanessa Soriano, pela amizade e bons momentos. Em especial às estagiárias e monitoras, Brunna Wagner, Júlia de Paula, Juliana Cidral, Natália Menon, Sara Cura pela ajuda nas ligações para as Secretarias Municipais de Saúde e de Meio Ambiente do Estado. À Patrícia de Paula pela essencial parceria acadêmica, profissional e para a vida, desde o meu ingresso no mestrado.

À SEMA e a 9ª regional SESA que disponibilizaram os contatos das SMMAs e SMSs do Estado, respectivamente, e ao SINDIVET e CRMV-PR pela ajudar na divulgação dos questionários. À todas as Secretarias que responderam aos questionários.

Aos profissionais das prefeituras que me receberam muito bem em seus municípios, colocaram-se à disposição para me ajudar no que fosse preciso e abraçaram o trabalho junto comigo, Solange Marconcin, Janaina Hammerschmidt, Carlos Coradassi, Cristóvão, Leandro Inglês, Flávia Wolff, Carine, Jessé, Fernanda Fernandes, Gizah Santos, Lígia, Leverci e pela oportunidade de trabalharmos em conjunto. Também às estagiárias Agatha, Cíntia, Lysandra e Marília por toda a ajuda.

À Flávia Wolff (Araucária), Edson Evaristo (Curitiba), Gisele Sprea (Campo Largo), Katia Eleonora (Porto Alegre), Silvia Roselli (São Paulo) pela disponibilidade e troca de experiência no assunto. À Érika Leitão pelo suporte no levantamento de potenciais cães em Pinhais.

À Maristela Borelli, Fernanda Fernandes e Lígia por terem me hospedado gentilmente em suas residências durante as visitas aos municípios.

Às protetoras independentes, Ester, Michele, Priscila, Tânia, Jaqueline, Amélia, Maria José, Isabelle, Lúcia, Lígia, pela disposição e auxílio durante a parte prática do meu trabalho. A participação de vocês foi essencial. Poder acompanhar o trabalho de vocês na causa animal me fez valorizar e admirar a luta diária de vocês protetores; e compreender ainda mais o cenário e a rotina dos cães de rua.

Aos mantenedores dos cães que gentilmente me receberam e tivemos diálogos enriquecedores.

Aos cães comunitários pela hospitalidade em me receber e por tornarem este trabalho possível.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

“A ideia de que algumas vidas importam menos é a raiz de tudo que há de errado no mundo.”

Paul Farmer

RESUMO

Uma estratégia em construção que pode colaborar com a saúde pública, o bem-estar animal e o manejo populacional de cães de rua no Paraná é o Programa Cão Comunitário. O cão comunitário tem como característica ser animal de rua e ser cuidado por seus respectivos mantenedores. Esse trabalho teve por objetivos investigar a situação atual quanto ao manejo populacional de cães nos munícipios do estado do Paraná e desenvolver um protocolo de implantação do Programa Cão Comunitário (PCC). Este estudo foi dividido em cinco capítulos: (1) Apresentação; (2) Estratégias para o manejo populacional de cães de rua no Paraná e o Programa Cão Comunitário; (3) Implantação do Programa Cão Comunitário em cinco municípios do Paraná; (4) Desenvolvimento de um protocolo para a implantação do Programa Cão Comunitário; (5) Considerações finais. Os resultados do Capítulo 2 indicam que a maioria dos municípios não mantinha estratégias de manejo populacional de cães; e a minoria que mantinha citou o controle reprodutivo por esterilização cirúrgica como a ação mais aplicada. Poucos municípios mantinham um Programa Cão Comunitário, mas houve interesse em sua implantação por parte de vários respondentes. O método utilizado para a implantação do Programa Cão Comunitário nos cinco municípios, no Capítulo 3, mostrou-se útil e viável. A divisão da implantação nas etapas de planejamento inicial, triagem, cadastramento, realização de procedimentos veterinários e reunião final facilitou a organização das atividades. A determinação de critérios na triagem dos cães e mantenedores constituiu um norteador essencial para a tomada de decisão em campo. O desenvolvimento de um protocolo para a implantação do PCC, no Capítulo 4, descreveu de maneira objetiva as características essenciais do município, dos cães, dos mantenedores, assim como a informação necessária a ser transmitida à comunidade local. O conjunto de resultados obtidos pode servir de base para o aprimoramento da estratégia de cães comunitários, bem como para o aumento na qualidade de vida dos cães. Espera-se com este trabalho contribuir para a melhoria e a consolidação de um manejo populacional compassivo de cães.

Palavras-chave: Bem-estar animal. Cães de rua. Eutanásia. Saúde pública.

ABSTRACT

A strategy under construction that can collaborate with public health, stray dog welfare and population management in the State of Paraná, Brazil, is the Community Dog Program (CDP). The community dog is characterized by living on the streets and being taken care of by local dwellers, the maintainers. The objective of this study was to investigate the current situation regarding dog population management in the municipalities of the State of Paraná and to develop a protocol for the implementation of the Community Dog Program. This study was divided into five chapters: (1) Presentation; (2) Strategies for stray dog population management in Paraná and the Community Dog Program; (3) Implementation of the Community Dog Program in five municipalities of Paraná; (4) Development of a protocol for the implementation of the Community Dog Program; (5) Final considerations. The results of Chapter 2 indicate that most municipalities did not maintain strategies for dog population management; and the minority cited reproductive control by surgical sterilization as the most applied action. Few municipalities maintained a Community Dog Program, but there was interest in its implementation by several respondents. The method used to implement the Community Dog Program in the five municipalities, described in Chapter 3, was useful and feasible. The division of the implantation in the stages of initial planning, sorting, registration, accomplishment of veterinary procedures and final meeting facilitated the organization of the activities. The determination of criteria for the selection of dogs and maintainers was an essential guideline for decision making in the field. The CDP, developed in Chapter 4, described objectively the essential characteristics of the municipality, the dogs, the maintainers, as well as the information, which needed to be transmitted to the local population. The set of results obtained can serve as a basis for the improvement of the strategy of community dogs, as well as for the increase in the quality of life of the dogs. It is hoped that this work will contribute to the improvement and consolidation of a compassionate population management of dogs.

Keywords: Animal welfare. Euthanasia. Stray dogs.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - RESPOSTAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE E DE SAÚDE DO PARANÁ, REFERENTE AOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2015 A JULHO DE 2016, QUANTO AS ESTRATÉGIAS PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES 29

FIGURA 2 - RESPOSTAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE (69) E DE SAÚDE (31) DO PARANÁ, REFERENTES AOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2015 A JULHO DE 2016, QUANTO AO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO. (A) CONHECIMENTO, (B) EXISTÊNCIA, (C) INTERESSE E (D) GRAU DE INTERESSE..... 30

FIGURA 3 - MAPA DO ESTADO BRASILEIRO DO PARANÁ E OS CINCO MUNICIPIOS NOS QUAIS O ESTUDO PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO FOI REALIZADO, NO PERIODO DE JULHO A NOVEMBRO DE 2016..... 49

FIGURA 4 - PRIMEIRAS INTERAÇÕES COM OS CÃES COMUNITÁRIOS. (A) PINHAIS, (B) LAPA.....57

FIGURA 5 - NÚMERO DE CÃES QUE APRESENTARAM O COMPORTAMENTO DE PERSEGUIÇÃO NOS CINCO MUNICÍPIOS DO PARANÁ, BRASIL, DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016. DADOS APRESENTADOS DE ACORDO COM O SEXO, CASTRAÇÃO, POSSUIR ABRIGO E IDADE.....61

FIGURA 6 - NÚMERO DE CÃES QUE APRESENTARAM O COMPORTAMENTO DE PERSEGUIÇÃO NOS CINCO MUNICÍPIOS DO PARANÁ, BRASIL, DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016. DADOS APRESENTADOS DE ACORDO COM O TEMPO DE PERMANÊNCIA DO CÃO NO LOCAL (A), NATUREZA DO LOCAL EM QUE O CÃO VIVE (B) E O NÚMERO DE CÃES NO LOCAL (C) 62

FIGURA 7 - NÚMERO DE CÃES QUE POSSUIAM ABRIGO FIXO DURANTE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO, NO PERÍODO DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016, EM CINCO MUNICÍPIOS DO PARANÁ, BRASIL.....65

FIGURA 8 - ABRIGOS FIXOS MONITORADOS PELOS MANTENEDORES POR CÂMERAS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, PARANÁ.....66

FIGURA 9 - ABRIGOS FIXOS TIPO MANILHA PROVIDENCIADOS PELA PREFEITURA DE PIRAQUARA, VIA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.....70

FIGURA 10 - INICIATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA DE UM MODELO DE COLEIRA PILOTO PARA CÃES COMUNITÁRIOS CADASTRADOS.....70

FIGURA 11 - REQUISITOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO, DE ACORDO COM A EXPERIÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO EM CINCO MUNICÍPIOS PARANAENSES NO ANO DE 2016.....79

FIGURA 12 - ABORDAGENS AOS CÃES COMUNITÁRIOS DURANTE A ETAPA DE TRIAGEM DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO.....82

FIGURA 13 - ENTREVISTAS COM MORADORES DURANTE A ETAPA DE TRIAGEM DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO.....83

FIGURA 14 - PROCEDIMENTOS VETERINÁRIOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, VIA REDE DE PROTEÇÃO ANIMAL, COM OS CÃES COMUNITÁRIOS CADASTRADOS DOS TERMINAIS DE ÔNIBUS DO MUNICÍPIO. (A) DESVERMINAÇÃO, (B) VACINAÇÃO.....87

FIGURA 15 - MODELO DE COLEIRA COM LACRE PARA CÃES COMUNITÁRIOS NOS TERMINAIS DE ÔNIBUS EM CURITIA, PARANÁ.....90

FIGURA 16 - MODELOS DE ABRIGO FIXO COM PLACA DE IDENTIFICAÇÃO IDEALIZADOS PELA PREFEITURA PARA CÃES COMUNITÁRIOS DO PROGRAMA (A) PORTO ALEGRE, RS, (B) TORRES, RS.....91

FIGURA 17 - MANUTENÇÃO DO LOCAL DE PERMANÊNCIA DE CÃES COMUNITÁRIOS SEMPRE LIMPO PELOS MANTENEDORES DO MUNICÍPIO DE PINHAIS, PARANÁ.....92

FIGURA 18 - ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANTÔNIO HERÁCLIO DO REGO, EM ÁGUA FRIA, RECIFE (PE), COM A PROFESSORA JULIANA RAMOS E OS CÃES COMUNITÁRIOS JÚLIA E JÚLIO. – PROJETO CÃOLEGA.....95

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PORCENTUAL DE MUNICÍPIOS RESPONDENTES DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE MEIO AMBIENTE DO PARANÁ, NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2015 A JUNHO DE 2016, DE ACORDO COM O NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS EM CADA MESORREGIÃO DO ESTADO.....26

TABELA 2 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE MEIO AMBIENTE DO PARANÁ, DE ACORDO COM O NÚMERO DE HABITANTES, NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2015 A MARÇO DE 2016, QUANTO ÀS ESTRATÉGIAS PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES.....27

TABELA 3 - AÇÕES VIGENTES PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES NAS PREFEITURAS DOS CINCO MUNICÍPIOS PARANAENSES ESTUDADOS ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO, NO PERÍODO DE JULHO A NOVEMBRO DE 2016..... 51

TABELA 4 - CRITÉRIOS INICIAIS DE TRIAGEM DE CÃES E MANTENEDORES UTILIZADOS DURANTE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO NOS CINCO MUNICÍPIOS PARANAENSES ESTUDADOS, NO PERÍODO DE JULHO A NOVEMBRO DE 2016..... 53

TABELA 5 - EFEITO DO SEXO, CASTRAÇÃO, ABRIGO FIXO E IDADE, SOBRE O COMPORTAMENTO DE PERSEGUIÇÃO, DE ACORDO COM OS DADOS COLETADOS NOS CINCO MUNICÍPIOS PARANAENSES ESTUDADOS, NO PERÍODO DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016.....61

TABELA 6 - EFEITO DE TEMPO DO CÃO NO LOCAL, NATUREZA DO LOCAL E O NÚMERO DE CÃES NO LOCAL SOBRE O COMPORTAMENTO DE PERSEGUIÇÃO, DE ACORDO COM OS DADOS COLETADOS NOS CINCO MUNICÍPIOS PARANAENSES ESTUDADOS NO PERÍODO DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016..... 63

TABELA 7 - AÇÕES REALIZADAS PELAS SECRETARIAS COM OS CÃES COMUNITÁRIOS CADASTRADOS DURANTE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO NO PERÍODO DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016 EM CINCO MUNICÍPIOS DO PARANÁ, BRASIL..... .69

TABELA 8 - CRITÉRIOS E JUSTIFICATIVAS DO PERFIL DE CÃES E MANTENEDORES UTILIZADOS DURANTE A ETAPA DE TRIAGEM PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO, NO PERÍODO DE JULHO A NOVEMBRO DE 2016, NOS CINCO MUNICÍPIOS PARANAENSES ESTUDADOS.....84

LISTA DE SIGLAS

CCZ - Centro de Controle de Zoonoses

CRMV-PR - Conselho Regional de Medicina Veterinária e Zootecnia do Paraná

Detran - Departamento de Trânsito

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NASFs - Núcleos de Apoio à Saúde da Família

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OIE - Organização Mundial de Sanidade Animal

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização não governamental

PCC - Programa Cão Comunitário

REPAR - Refinaria Presidente Getúlio Vargas

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SINDIVET-PR - Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná

SME - Secretaria Municipal de Educação

SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SRD - Sem raça definida

UVZ - Unidade de Vigilância e Zoonoses

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....15
REFERÊNCIAS.....18

2 ESTRATÉGIAS PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES DE RUA NO PARANÁ E O PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO 21
RESUMO.....21
ABSTRACT.....22
2.1 INTRODUÇÃO.....23
2.2 MATERIAL E MÉTODOS.....24
2.3 RESULTADOS 25
2.4 DISCUSSÃO.....30
2.4.1 Perfil dos participantes.....30
2.4.2 Cães nas ruas: implicações e perspectivas.....31
2.4.3 Estratégias mantidas para o manejo populacional de cães de rua.....33
2.4.4 O Programa Cão Comunitário.....36
2.5 CONCLUSÃO.....37
REFERÊNCIAS.....37

3 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO EM CINCO MUNICÍPIOS DO PARANÁ 43
RESUMO.....43
ABSTRACT.....45
3.1 INTRODUÇÃO.....46
3.2 MATERIAL E MÉTODOS.....48
3.2.1 Cenários de implatação do Programa.....48
3.2.2 Método para a implantação do Programa 51
3.2.2.1 Planejamento inicial.....52
3.2.2.2 Triagem dos cães.....52
3.2.2.3 Cadastramento dos cães.....53
3.2.2.4 Procedimentos veterinários com os cães.....54
3.2.2.5 Reunião de discussão da proposta e dos desafios encontrados.....55
3.2.3 Análise estatística.....55
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO 56
3.3.1 Cenários de implantação do Programa.....56
3.3.2 Método para a implantação do Programa 56

3.3.2.1 Planejamento inicial....56
3.3.2.2 Triagem dos cães....56
3.3.2.3 Cães cadastrados....67
3.3.2.4 Procedimentos veterinários com os cães....67
3.3.2.5 Reunião de discussão da proposta e dos desafios encontrados....69
3.4 INFORMAÇÕES ADICIONAIS....69
3.5 CONCLUSÃO....71
REFERÊNCIAS....71

4 DESENVOLVIMENTO DE UM PROTOCOLO PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO....75
RESUMO....75
ABSTRACT....76
4.1 INTRODUÇÃO....77
4.2 DESENVOLVIMENTO E DESCRIÇÃO DE UM PROTOCOLO PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO....78
4.2.1 Perfil do município para a implantação do Programa Cão Comunitário....78
4.2.2 Etapas para a implantação do Programa Cão Comunitário....80
4.2.2.1 Pré-triagem....80
4.2.2.2 Triagem dos animais....81
4.2.2.3 Cadastramento dos animais....85
4.2.2.4 Pós-cadastro....86
4.2.2.4.1 Procedimentos veterinários com os animais do Programa....86
4.2.2.4.2 Os atores sociais envolvidos e a corresponsabilidade na implantação do PCC....89
Cão comunitário....89
Orgão Público....90
Mantenedores....91
ONGs e protetores independentes....93
Outros....93
4.2.2.4.3 Monitoramento e avaliação por meio de indicadores....94
4.3 INFORMAÇÕES ADICIONAIS....94
4.3.1 Locais para manutenção de cães comunitários....94
4.3.2 Diagnóstico do local e o manejo populacional de cães....95
4.2.3 Impactos desejados com o Programa Cão Comunitário....96
4.4 CONCLUSÃO....97
REFERÊNCIAS....97

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 101
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....102

APÊNDICE 1 - FICHA DE TRIAGEM (IMPLANTAÇÃO DO PCC) 111
APÊNDICE 2 - FICHA DE CADASTRO (IMPLANTAÇÃO DO PCC).....113
APÊNDICE 3 - ROTEIRO DA REUNIÃO FINAL (IMPLANTAÇÃO DO PCC).....115
APÊNDICE 4 - FICHA DE TRIAGEM (PCC).....118
APÊNDICE 5 - FICHA DE CADASTRO (PCC).....120
APÊNDICE 6 - TERMO DE ADOÇÃO COMUNITÁRIA (PCC).....126
APÊNDICE 7 - COMPROVANTE DE CADASTRO (PCC).....127
APÊNDICE 8 - FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO CÃO COMUNITÁRIO (PCC).....128

ANEXO 1 – CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ 130
ANEXO 2 – CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS NO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ…. 132

1 APRESENTAÇÃO

O convívio do ser humano com cães, um fenômeno de caráter global, ocorre há milênios e se configura como um dos mais estreitos e intensos vínculos entre espécies. A intensidade dessa relação repercute de forma importante sobre a saúde das pessoas e dos animais (BECK e KATCHER, 1996; SÃO PAULO, 2006), impactando a sustentabilidade do ecossistema como um todo. Constitui-se entre seres humanos e animais de companhia um sistema social (FARACO, 2008), onde os cães podem ser considerados membros significativos da família humana (UNGER 1992; BECK e KATCHER 1996; COHEN, 2002). Entretanto, do ponto de vista jurídico, o animal não humano é considerado propriedade, como um carro ou uma mesa (GARCIA, 2009). Todavia, o entendimento do animal para muitas pessoas é de sujeito de direito. Os termos tutor, ao invés de “proprietário”, e guarda responsável, no lugar de “propriedade” ou “posse responsável”, são mudanças legais para acompanhar a evolução da relação entre seres humanos e animais na sociedade (SANTANA e OLIVEIRA, 2008).

Apesar da proximidade das espécies, concomitantemente pode haver falência do vínculo entre o ser humano e o seu animal de estimação devido, principalmente, à falta de conhecimento dos tutores em prover as necessidades dos animais e zelar pela sua saúde e bem-estar (ARAMBULO, BERAN, ESCUDERO, 1972; JÖCHLE, 1991; NASSAR e FLUKE, 1991). Bem como pode haver falência no quesito guarda responsável ao restringir a sua movimentação e ao assumir responsabilidade por toda a vida do animal (NEW, 2000). A falência no vínculo, aliadas à falta de políticas públicas efetivas, estão na base da problemática dos animais em situação de rua presenciada no Brasil (GARCIA, 2009). O abandono de animais é frequente e comum em toda América Latina, causando prejuízos nos âmbitos da saúde pública, social, ecológica, econômica e do bem-estar animal (ALVES et. al., 2013). Cães de rua podem ser definidos como qualquer cão sem controle direto por uma pessoa ou sem restrição para andar livremente, podendo ser comunitário, possuir tutor e ter liberdade de movimentos ou estar perdido, abandonado ou ter se tornado assilvestrado (WHO e WSPA, 1990; ICAM, 2007; OIE, 2008).

A saúde pública é a principal motivação para o controle populacional de cães, sendo evidente desde a década 1960 (WHO, 2005), pois tal questão foi vinculada ao contexto de controle da raiva. Durante anos a educação para guarda responsável foi

prejudicada pela facilidade com que eram recolhidos e eliminados animais de rua pelo poder público. No entanto, atualmente, a inadequação da estratégia de controle populacional de cães urbanos por meio de captura e eliminação é mundialmente reconhecida (WHO, 2013), pois não favorece o controle populacional, e o reconhecimento de que matar um cão porque ele se encontra em condição de abandono não é aceitável no âmbito da ética (MOLENTO, 2014). As novas estratégias propostas envolvem censo ou estimativa populacional; conhecimento da dinâmica populacional; participação social com envolvimento dos diferentes setores no planejamento e na execução das estratégias; ações educativas para promoção de valores humanos e o bem-estar animal; registro e identificação dos animais; cuidados da saúde animal, controle reprodutivo dos cães; prevenção e controle de zoonoses; controle do comércio de animais; manejo etológico e destino adequado dos animais abandonados; legislação pertinente, dentre outras (ICAM, 2007; FAO, 2014, OIE, 2016, WAP, 2016). Além disso, o uso de indicadores para a avaliação do monitoramento e o impacto das estratégias (GARCIA, CALDERÓN, FERREIRA, 2012; ICAM, 2015) relativas às populações animais, às interações humano-animal, aos serviços públicos e às zoonoses transmitidas por esses animais (GARCIA, CALDERÓN, FERREIRA, 2012), e ainda, a implantação de cursos de capacitação específicos para os funcionários que trabalham com o manejo populacional como, por exemplo, o curso de Formação de Oficiais de Controle Animal (FOCA) (ITEC, 2012).

É importante considerar que individualmente os cães podem ter diferentes *status* de guarda, diferentes graus de restrição sobre seus movimentos, interação social e reprodução, e diferentes níveis de dependência com os cuidados humanos (FOX, BECK, BLACKMAN, 1975; BECK, 1980; WANDELER, 1985; WHO, 1988; WHO e WSPA, 1990). Para OIE (2008), a origem dos animais de rua é aqueles com tutor. Portanto, entender a demografia e a dinâmica populacional canina parece de fundamental importância para a proposição de ações para o equilíbrio populacional, bem como a promoção da saúde da família e da comunidade, e a promoção de aumento de bem-estar dos cães (GARCIA, 2009).

Dessa forma, o objetivo deste projeto foi investigar a situação atual das Secretarias de Saúde e do Meio Ambiente dos 399 municípios do Paraná quanto ao reconhecimento da sua responsabilidade e o envolvimento com o manejo populacional de cães. Adicionalmente, o trabalho visou à elaboração de um protocolo

para a implantação do Programa Cão Comunitário, quando pertinente, como estratégia adicional para o manejo populacional de cães.

No primeiro capítulo deste trabalho foram apresentados os resultados das estratégias realizadas no Estado do Paraná pelas Secretarias Municipais de Saúde (SMS) e de Meio Ambiente (SMMA) para o manejo populacional de cães de rua e investigar o conhecimento, assim como sobre a existência e o interesse dos respondentes no Programa Cão Comunitário. Como segunda etapa do trabalho, buscou-se estudar as principais características e desafios durante a implantação do Programa Cão Comunitários em cinco municípios do Paraná. No terceiro capítulo, o objetivo foi desenvolver, a partir do conhecimento adquirido durante o capítulo 2, um protocolo para a implantação do Programa Cão Comunitário. Com tal delineamento de trabalho, buscou-se um protocolo sólido para atender a demanda recebida pelo LABEA proveniente de diferentes prefeituras do Paraná. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Paraná, protocolo número 1186 072 (ANEXO 1), e pela Comissão de Ética no Uso de Animais do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, sob protocolo número 049/2015 (ANEXO 2).

A partir dos trabalhos foram produzidos quatro resumos para congressos, com os respectivos pôsteres. Os dois primeiros resumos intitulados *"Why community dogs?"* e "*How do community dogs in Curitiba, Campo Largo and Araucária live?"* no *10º International Veterinary Behaviour Meeting*, e os outros dois, "Ações das Secretarias Municipais de Saúde e Meio Ambiente no âmbito de cães nas ruas do Paraná: dados preliminares" e "Sobre os cães nas ruas do Paraná: dados preliminares", referentes aos dados iniciais do Capítulo 1, na VII Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo. Além disso, houve apresentação na VII Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo referente aos "Principais indicadores para avaliação de impacto de um programa de manejo de populações de cães de comunidade", e um convite para realização de palestra no I Simpósio em Bem-estar Animal da PUC-PR, sobre "Bem-estar de cães comunitários", e outro na prefeitura de Piraquara, região metropolitana de Curitiba, sobre a "Proposta do protocolo do Programa Cão Comunitário".

REFERÊNCIAS

ALVES, A.J.S.; GUILOUX, A.G.A.; ZETUN, C.B.; POLO, G.; BRAGA, G.B.; PANACHÃO, L.I.; SANTOS, O.; DIAS, R.A. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV de São Paulo**, v. 11, n. 2, p. 34 – 41, 2013.

ARAMBULO, P. V.; BERAN, G. W.; ESCUDERO, S. H. **Eradication of rabies in the Philippines.** Health Services and Mental Health Administration Health Report, v. 87, n. 1, p. 87-92, 1972.

BECK, A. M. Ecological aspects of urban stray dogs. Compendium of Continuing Education, v. 2, p. 721-724, 1980.

BECK, A. M.; KATCHER, A. H. Pets are family. In: BECK, A.; KATCHER, A. H. Between pets and people: the importance of animal companionship. Indiana: Purdue University Press, p. 40-62, 1996.

COHEN, S. P. Can pets function as family members? **Western Journal of Nursing Research,** v. 24, n. 6, p. 621-538, 2002.

FAO. Food and Agriculture Organization. Dog population management. Report of the FAO/WSPA/IZSAM expert meeting - Banna, Italy, 14-19 March 2011. Animal Production and Health Report, n. 6, 2014. Disponível em: < http://www.fao.org/3/a-i4081e.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

FARACO, C. B. Interação Humano-Animal. **Ciência Veterinária nos Trópicos.** v. 11, n. 1, p. 31–35, 2008.

FOX, M. W.; BECK, A.; BLACKMAN, E. Behavior and ecology of a small group of urban dogs (Canis familiaris). **Applied Animal Ethology**. v. 1, p.119-137, 1975.

GARCIA, R. C. M. **Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avaliação de ações para o equilíbrio dessas populações em área da cidade de São Paulo, SP, Brasil**. 265 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, 2009.

GARCIA, R.C.M, CALDERÓN, N., FERREIRA, F. Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 32, n. 2, p. 140-144. 2012

ICAM. International Companion Animal Management Coalition. **Humane dog population management guidance***.* 2007. Disponível em: <http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane_Dog_Population_Management_Guidance_english.pdf>. Acesso em: 14 abril 2015.

ICAM. International Companion Animal Management Coalition. **Are we making a difference? A guide to monitoring and evaluating dog population management interventions.** 2015. Disponível em: <http://www.icam-coalition.org/downloads/ICAM_Guidance_Document.pdf>. Acesso em: 15 janeiro 2016.

ITEC. Instituto Técnico de Educação e Controle Animal. Curso de Formação de Oficiais de Controle Animal. Apostila.14ª ed. 2012.

JÖCHLE, W. Pet population control in Europe. Journal American Veterinary Medicine Association, v. 198, n. 7, p. 1225-1230, 1991.

MOLENTO, C. F. M. Public Health and Animal Welfare. In: APPLEBY, M.C., WEARY, D.M.; SANDØE, P. **Dilemmas in Animal Welfare**. Wallingford UK & Boston MA: CABI publishing, p. 102-123, 2014.

NASSAR, R.; FLUKE, J. Pet population dynamics and community planning for animal welfare and animal control. Journal of the American Veterinary Medical Association, v. 198, n. 7, p. 1160-1164, 1991

NEW, J.C. Characteristics of shelterrelinquished animals and their owners compared with animals and their owners in U.S. pet owning households. **Journal of Applied Animal Welfare Science.** v.3, p.179-201, 2000.

OIE. World Organization for Animal Health. **Report of the seventh meeting of the oie working group on animal welfare** 2008. Disponível em: < https://www.oie.int/doc/ged/D5685.PDF>. Acesso em: 12 abril 2015.

OIE. World Organization for Animal Health. Stray dog population control. In: Terrestrial Animal Health Code.Twenty-fifth edition. 2016. Disponível em: < http://www.oie.int/en/international-standard-setting/terrestrial-code/access-online/>. Acesso em: 15 dezembro 2016.

SANTANA, L. R.; OLIVEIRA, T. P. Guarda responsável e dignidade dos animais. Relatório Ministério Público. Salvador, 41 p. 2008.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Programa de controle de cães e gatos do Estado de São Paulo. 165 p. 2006. Disponível em: <ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/outros/suple5_cao.pdf>. Acesso em: 5 novembro 2015.

UNGER, N. M. Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico. São Paulo: Loyola, 107 p. 1992.

WANDELER, A. I. Ecological and epidemiological data requirements for the planning of dog rabies control. In: KUWERT, E.; MÉRIEUX, C.; KOPROWSKI, H.; BÖGEL, K. (Ed.). Rabies in the tropics. Berlin: Springer Verlag. p. 657-661, 1985.

WAP. World Animal Protection. **Humane dog management: better lives for dogs and communities.** 2016. Disponível em: < https://www.worldanimalprotection.org/sites/default/files/int_files/humane-dog-management.pdf>. Acesso em: 14 janeiro 2017.

WHO. World Health Organization. Report of WHO Consultation on dog ecology studies related to rabies control. Geneva. 35 p. 1988. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/58695/1/WHO_Rab.Res._88.25.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

WHO. WSPA. World Health Organization. World Society For The Protection of Animals. **Guidelines for dog population management**. 116p, 1990. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/61417/1/WHO_ZOON_90.166.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

WHO. World Health Organization. **Expert consultaion on rabies.** First Report. WHO Technical Report, Series 931, 2005. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43262/1/WHO_TRS_931_eng.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

WHO. World Health Organization. **Expert consultation on rabies**. Second report. Series 982. 139 p, 2013. Disponível em: < http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85346/1/9789240690943_eng.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

2 ESTRATÉGIAS PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES DE RUA NO PARANÁ E O PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO

RESUMO

A presença de cães nas ruas no Brasil é uma realidade e é considerada uma questão de relevância em bem-estar animal e saúde pública. Este trabalho teve por objetivo investigar a situação atual do Estado do Paraná quanto às estratégias relatadas pelas Secretarias Municipais de Saúde (SMS) e de Meio Ambiente (SMMA) para o manejo populacional de cães de rua e investigar o conhecimento, a existência e o interesse dos respondentes no Programa Cão Comunitário. Questionários disponibilizados online para as Secretarias dos 399 municípios, no período de outubro de 2015 a julho de 2016, sobre a estrutura dos serviços oferecidos, dados mantidos pelo município e posicionamento das secretarias e dos profissionais respondentes sobre questões relativas aos cães de ruas. Houve 100 respostas válidas, sendo 39 de SMSs e 61 de SMMAs, referentes a 86 municípios. A presença de cães nas ruas foi confirmada por 88,0% (88/100) dos respondentes, sendo que 26,0% (26/100) afirmaram que as secretarias realizavam ações para o manejo populacional; entretanto, quatro destes respondentes não citaram quais ações eram realizadas no município. Dentre as ações citadas, por 22 dos respondentes, estavam esterilização cirúrgica (72,7% - 16/22), recolhimento seletivo (54,5% - 12/22), educação em guarda responsável (36,4% - 8/22), eutanásia seletiva (36,4% - 8/22), registro e identificação dos cães (9,1% - 2/22), bem como fiscalização de maus-tratos, manutenção de cães comunitários e de centro de recolhimento (4,5% - 1/22). Em relação ao Programa Cão Comunitário, 21,0% (21/100) afirmaram conhecer a proposta, 6,0% (6/100) afirmaram que o Programa existia no município e 41,5% (39/94) apresentaram interesse na sua implantação. A maioria dos municípios não mantinha estratégias de manejo populacional de cães; e a minoria que mantinha citou o controle reprodutivo por esterilização cirúrgica como a ação mais aplicada. Poucos municípios mantinham um Programa Cão Comunitário, mas houve interesse em sua implantação por parte de vários respondentes.

Palavras-chave: Abandono. Bem-estar animal. Saúde pública. Zoonoses.

ABSTRACT

The presence of dogs in the streets of Brazil is a reality and is considered a matter of relevance in animal welfare and public health. The objective of this work is to investigate the current situation of the State of Paraná regarding the strategies reported by the Municipalities Secretariats of Health (MSH) and Environment (MSE) for the population management of street dogs and to investigate the knowledge, existence and interest of the respondents about the Community Dog Program. Questionnaires made available online for the Secretariats of the 399 municipalities, from October 2015 to July 2016, on the structure of the services offered, data maintained by the municipality and the positioning of the secretaries and professionals responding on issues related to street dogs. There were 100 valid answers, of which 39 were MSH and 61 were MSE, referring to 86 municipalities. The presence of dogs on the streets was confirmed by 88.0% (88/100) of the respondents, and 26.0% (26/100) affirmed that the secretariats carried out actions for population management; However, four of these respondents did not mention what actions were taken in the municipality. Among the actions cited, 22 were: surgical sterilization (72.7% - 16/22), selective recovery (54.5% - 12/22), responsible care education (36.4% - 8/22), Selective euthanasia (36.4% - 8/22), registration and identification of dogs (9.1% - 2/22), as well as monitoring of maltreatment, maintenance of community dogs and collection center (4.5% - 1/22). In relation to the Community Dog Program, 21.0% (21/100) stated that they knew the proposal, 6.0% (6/100) stated that the program existed in the municipality and 41.5% (39/94) showed interest in Implementation. Most municipalities did not maintain strategies for population management of dogs; and the minority who maintained cited reproductive control by surgical sterilization as the most applied action. Few municipalities maintained a Community Dog Program, but there was interest in its implementation by several respondents.

Keywords: Abandonment. Animal welfare. Public health. Zoonoses.

2.1 INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), a população canina em domicílios brasileiros é de 52,2 milhões, com uma média de 1,8 cães por residência. Os dados indicam que existem mais cães que crianças e que o Paraná é o Estado em que há o maior porcentual de domicílios com cães (60,1%). Entretanto, apesar da simbiose positiva entre seres humanos e cães, pode haver falência desta relação (SALMAN et. al., 2008). Tais causas de falência no vínculo, aliadas à falta de políticas públicas efetivas, estão na base da problemática dos animais em situação de rua presenciada no Brasil (GARCIA, 2009).

Durante décadas a educação para guarda responsável e o bem-estar animal foram prejudicados pela política de captura e extermínio dos animais das ruas, visando o controle da raiva (GARCIA, MALDONADO, LOMBARDI, 2008). Contudo, tal estratégia foi mundialmente considerada inadequada por não controlar a população (WHO, 2013), bem como, por ter sido desenvolvida sem conotação epidemiológica, sem conhecimento prévio da população, não resolução de abandono e sem a utilização de técnicas humanitárias durante o recolhimento, a manutenção e a eutanásia dos animais (INSTITUTO PASTEUR, 2000). Adicionalmente, há o compartilhamento de necessidades básicas similares entre animais humanos e não-humanos, as quais passam a ser consideradas em novos paradigmas, tais como a abordagem de saúde única (ONE HEALTH INITIATIVE, 2012). Assim, as novas abordagens para o manejo populacional de cães de rua se baseiam nos conceitos de saúde única e bem-estar único (MILLS, 2012), com enfoque em bem-estar animal, controle populacional, saúde pública e participação social (ICAM, 2015).

Uma estratégia em harmonia com o paradigma de saúde e bem-estar únicos é a proposta do Programa Cão Comunitário que envolve órgão público, fortalecimento do vínculo entre o cão e a comunidade, e o registro de um cuidador que passa a ter algumas das atribuições de um tutor, na medida do possível, mitigando desta forma a ausência de tutor definido (RÜNCOS, 2014). A manutenção de cães comunitários pelo Programa, com oferta de certo grau de supervisão, envolve controle reprodutivo, desverminação, vacinação e cuidados básicos de alimentação e abrigo. Neste cenário, os cães passam a receber atenção que eleva seu grau de bem-estar e simultaneamente oferecem à comunidade humana barreiras sanitária e reprodutiva, uma vez que sua presença impede a migração de cães não vacinados e

reprodutivamente ativos à região (MOLENTO, 2014). Adicionalmente, as ações para o manejo populacional de cães podem compreender a) diagnóstico da situação, incluindo estimativa do tamanho da população canina; b) registro e identificação dos animais; c) cuidados com a saúde animal, incluindo prevenção e controle de zoonoses; d) controle reprodutivo dos cães; e) manejo etológico e destino adequado dos animais abandonados; f) participação social e ações educativas em guarda responsável; g) elaboração de legislação pertinente à guarda responsável, à prevenção do abandono e à prevenção das zoonoses, entre outras (ICAM, 2007; GARCIA, CALDERÓN, FERREIRA, 2012; FAO, 2014; OIE, 2016). Ainda, o uso de indicadores é necessário para a realização de monitoramento permanente e avaliação do impacto das estratégias utilizadas (GARCIA, CALDERÓN, FERREIRA, 2012; ICAM, 2015), bem como a implantação de cursos de capacitação para os funcionários que trabalham com o manejo populacional (ITEC, 2012).

No Brasil, as Secretarias Municipais de Saúde (SMS) e de Meio Ambiente (SMMA) são responsáveis, respectivamente, pela implementação das atividades de monitoramento de zoonoses, agravos e situações de risco à saúde pública (BRASIL, 2016) e pelo atendimento e gerenciamento das atividades de monitoramento, proteção e controle ambiental voltadas aos animais (IBAMA, 2006). Dessa forma, ambas as Secretarias têm atribuições que se relacionam ao controle da população canina; entretanto, não há conhecimento sobre quais atividades são de fato desenvolvidas em cada Estado. O objetivo deste estudo foi investigar a situação atual do Estado do Paraná quanto às estratégias relatadas pelas secretarias municipais para o manejo populacional de cães de rua e investigar o conhecimento, a existência e o interesse dos respondentes no Programa Cão Comunitário.

2.2 MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa online por meio de dois questionários com 39 questões cada um, disponíveis via Google forms® no período de outubro de 2015 a julho de 2016. A pesquisa caracterizou-se por um questionário específico destinado às SMSs e outro às SMMAs dos 399 municípios do Estado do Paraná. Os municípios participantes foram divididos por tamanho de acordo com o número total de habitantes (IBGE, 2010). Os respondentes foram profissionais das Secretarias envolvidos com o

controle populacional de cães de rua. Para a disponibilização dos questionários, foram realizados contatos telefônicos com as Secretarias para a confirmação do nome e do endereço eletrônico de seus respectivos secretários. Além disso, a pesquisa teve o apoio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), da 9ª Regional de Saúde, do Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná (SINDIVET-PR) e do Conselho Regional de Medicina Veterinária e Zootecnia do Paraná (CRMV-PR). Para as Secretarias que não responderam o questionário em um período de três meses, houve novo envio diretamente aos potenciais respondentes.

As questões apresentadas nos questionários envolveram respostas fechadas do tipo sim, não ou não sei, além das questões de múltipla escolha e abertas. As questões iniciais abordaram dados cadastrais do município, informações referentes a denúncias, envolvimento das secretarias nas ações para o manejo populacional de cães de rua, bem como a estrutura dos serviços oferecidos. Adicionalmente, foram incluídas questões relativas a cães de rua. Para mensurar o grau de interesse dos respondentes quanto à implantação do Programa Cão Comunitário, foi incluída uma questão de escala de intensidade de 0 a 10, sendo 0 nenhum interesse e 10 muito interesse. Foi perguntado apenas às SMSs sobre a existência de clinicas veterinárias nos municípios pois compete à Vigilância Sanitária a emissão de licença sanitária para o funcionamento dos estabelecimentos de interesse à saúde como hospitais, consultórios e clínicas veterinárias (ANVISA, 2007). Para as questões abertas, foram criadas categorias agrupando elementos, ideias ou expressões com similaridades, utilizando o método da Análise de Conteúdo, conforme descrito na literatura (BARDIN, 1977). Os dados foram organizados em planilha Excel para a análise estatística descritiva, facilitando assim a apresentação e discussão dos dados.

Os questionários foram previamente aplicados para profissionais envolvidos em órgãos públicos pertinentes, a fim de verificar a clareza e o conteúdo das questões. O estudo foi aprovado, em 2015, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Paraná, protocolo número 1186 072.

2.3 RESULTADOS

Dos 399 municípios contatados houve representação de todas as dez mesorregiões do estado (Tabela 1), com participação de 86 municípios, 14 dos quais

enviaram respostas tanto da SMS como da SMA, isto é, de ambos questionários. Foram recebidas 107 respostas, dentre as quais sete respondentes não concordaram em participar do estudo, resultando em 100 questionários válidos. Dessa forma, 61,0% (61/100) das respostas corresponderam às SMMAs e 39,0% (39/100) às SMSs. A partir dos contatos realizados foi possível perceber a inexistência de SMMAs em 26,2% (16/61) dos municípios. Nesses casos, o link do questionário era enviado ao setor responsável pelo Meio Ambiente e os dados compilados junto com os demais dados do meio ambiente.

TABELA 1 - MUNICÍPIOS RESPONDENTES DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE MEIO AMBIENTE DO PARANÁ, NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2015 A JUNHO DE 2016, DE ACORDO COM O NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS EM CADA MESORREGIÃO DO ESTADO.

Mesorregião do Paraná *	Número total de municípios em cada mesorregião *	% (Número de municípios respondentes)
Metropolitana	37	35,1 (13)
Noroeste	61	14,8 (9)
Centro Ocidental	25	24,0 (6)
Norte Central	79	12,7 (10)
Norte Pioneiro	46	26,1 (12)
Oeste	50	28,0 (14)
Sudoeste	37	16,2 (6)
Centro Sul	29	27,6 (8)
Sudeste	21	28,6 (6)
Centro Oeste Oriental	14	14,3 (2)

* IBGE PARANÁ 2012

A maior participação porcentual foi de municípios com mais de 500.000 habitantes, considerados pelo IBGE (2010) como municípios grandes (Tabela 2). Quanto ao grau de escolaridade dos respondentes, 54,0% (54/100) apresentavam curso de pós-graduação, 27,0% (27/100) curso superior e 11,0% (11/100) entre ensino médio e fundamental, sendo que 45,0% (45/100) eram médicos veterinários.

TABELA 2 – NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE MEIO AMBIENTE DO PARANÁ, DE ACORDO COM O NÚMERO DE HABITANTES, NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2015 A MARÇO DE 2016, QUANTO ÀS ESTRATÉGIAS PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES.

Tamanho dos municípios*	Número de habitantes*	Número de municípios no Paraná		Municípios participantes n (%)	
Pequeno	até 5.000	98	367 (91,9%)	12 (21,2%)	76 (20,7%)
	5.001 a 10.000	105		16 (15,2%)	
	10.001 a 20.000	109		24 (22,0%)	
	20.001 a 50.000	55		8 (14,5%)	
Médio	50.001 a 100.000	14	30 (7,5%)	4 (28,6%)	8 (26,7%)
	100.001 a 500.000	16		3 (18,5%)	
Grande	Mais de 500.001	2	2 (0,5%)	2 (100%)	2 (100%)
	Total	399		86 (21,5%)	

* IBGE 2010.

Quanto aos atendimentos de denúncias referente a cães, 71% (71/100) dos respondentes afirmaram não realizar os atendimentos. Entretanto, 28,2% (20/71) afirmaram que os atendimentos são de responsabilidade das SMSs, 15,5% (11/71) das SMMAs e para 53,5% (38/71) dos respondentes, há compartilhamento desta responsabilidade entre ambas as secretarias. Dois respondentes (2,8% - 2/71) não informaram sobre atendimento de denúncias.

Um total de 88,0% (88/100) dos respondentes relatou ser possível observar cães de rua em seus municípios e 80,0% (80/100) relataram receber reclamações referentes aos cães. Dentre os motivos das reclamações, em respostas de múltipla escolha, 77,5% (62/80) das respostas foram relacionadas ao incômodo à vizinhança, 65,0% (52/80) aos ataques e mordeduras, 61,2% (49/80) ao abandono, 51,2% (41/80) ao animal em sofrimento e 32,5% (26/80) afirmaram ter denúncias das quatro naturezas. Metade dos respondentes (51,0% - 51/100) afirmaram que há ONGs, protetoras ou civis atuantes em prol dos animais nas ruas no município.

Um total de 67,0% (67/100) dos respondentes relataram ter conhecimento sobre cães, em vias públicas, que são alimentados pela comunidade. Sobre o posicionamento das secretarias em relação a esses cães, 19,0% (19/100) dos respondentes afirmaram que a secretaria era a favor de alimentar os cães, sendo que destes, 63,15% (12/19) foram a favor com restrição, ou seja, as pessoas podem

alimentar os animais, desde que se responsabilizem também por outros cuidados como castração, vacinação e atendimento veterinário. Do total de respondentes, 57,0% (57/100) afirmaram que o setor público não tinha posicionamento sobre alimentar cães de ruas. Por outro lado, quando questionados quanto à sua posição pessoal, 53,0% (53/100) dos respondentes afirmaram ser a favor da alimentação dos cães de rua pela comunidade, 23,0% (23/100) foram contra alimentar os cães de rua e 15,0% (15/100) não tiveram um posicionamento. Dos 53% a favor da alimentação dos cães de rua pela comunidade, 32,1% (17/53) são a favor, mas com alguma restrição.

Quanto às estruturas dos serviços oferecidos, como Canil Municipal e Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) ou Unidade de Vigilância e Zoonoses (UVZs), terminologia atual segundo a Portaria MS Nº 758/14 (BRASIL, 2014), 84,0% (84/100) dos respondentes relataram que o município não mantém canil público e 83,0% (83/100) que não mantêm CCZs. Apesar da maioria dos municípios não contarem com tais estruturas físicas, 73% (73/100) afirmaram ser a favor da implantação dos CCZs. Das SMSs respondentes, 53,8% (21/39) afirmaram que há clínicas veterinárias no município.

Nas questões referentes às estratégias para o manejo populacional, a existência de censos ou estimativas da população canina no município foi afirmada por 30,0% (30/100) dos respondentes, e 16,0% (16/100) afirmaram existir legislação específica para o manejo populacional. Um total de 6,0% (6/100) declarou realizar vacinação antirrábica gratuita, sendo que metade desses municípios realizam a vacinação durante todo o ano. Vinte e oito por cento (28/100) dos respondentes informaram que os municípios realizam feiras de adoção. Em resposta de múltipla escolha, 64,3% (18/28) dos respondentes afirmaram que as feiras de adoção estão sob a responsabilidade majoritária de ONGs, seguido das clínicas veterinárias, pet shops e agropecuárias (46,4%, 13/28) e prefeitura (21,4%, 6/28).

Sobre a realização de ações do setor público para o manejo populacional de cães, 64,0% (64/100) dos respondentes afirmaram não haver envolvimento das secretarias em tais ações. Dos 26,0% (26/100) que afirmaram haver envolvimento nas ações, 15,4% (4/26) não informaram quais as ações em andamento. Dentre as ações de manejo populacional de cães (Figura 1), o controle reprodutivo pela esterilização cirúrgica foi a ação mais citada (72,7%, 16/22).

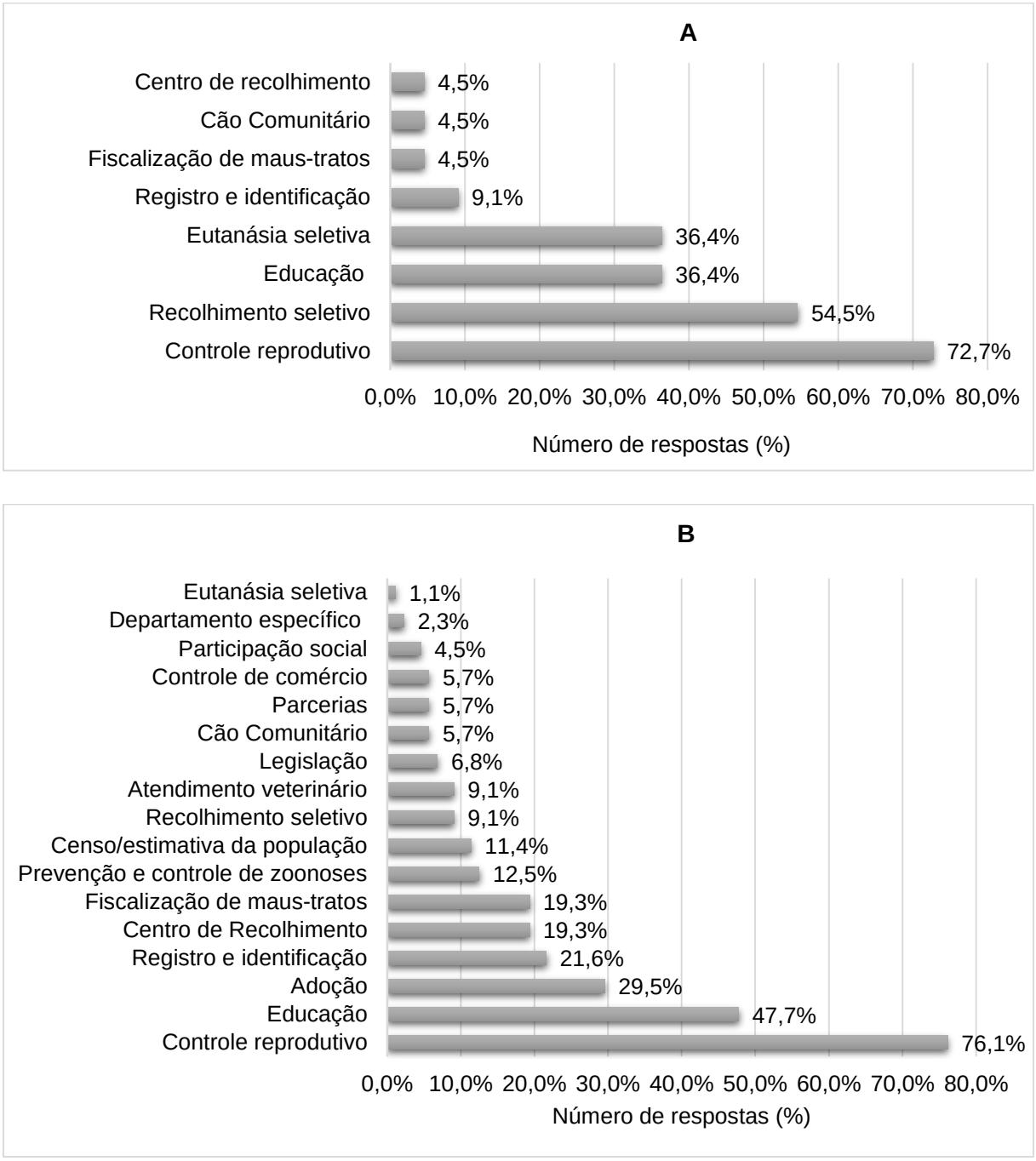


FIGURA 1 – RESPOSTAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE E DE SAÚDE DO PARANÁ, REFERENTE AOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2015 A JULHO DE 2016, QUANTO ÀS ESTRATÉGIAS PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES. (A) AÇÕES REALIZADAS PELAS SECRETARIAS, (B) AÇÕES SUGERIDAS PELOS RESPONDENTES.

Por outro lado, as ações mais citadas por 88% (88/100) respondentes, em resposta aberta, que deveriam ser realizadas no município para o manejo populacional de cães (Figura 1), incluíam esterilização cirúrgica (76,1% - 67/88),

educação em guarda responsável (47,7% - 42/88), adoção (29,5% - 26/88) e registro e identificação dos animais (21,6% - 19/88).

O conhecimento do Programa Cão Comunitário foi apresentado por 21,0% (21/100) dos respondentes, e 6,0% (6/100) afirmaram existir o Programa no município (Figura 2). Dos respondentes cujos municípios não apresentaram o Programa, 40,4% (38/94) manifestaram interesse na sua implantação na região, enquanto que 34,0% (32/94) não se posicionaram e 17,0% (16/94) não apresentaram interesse.

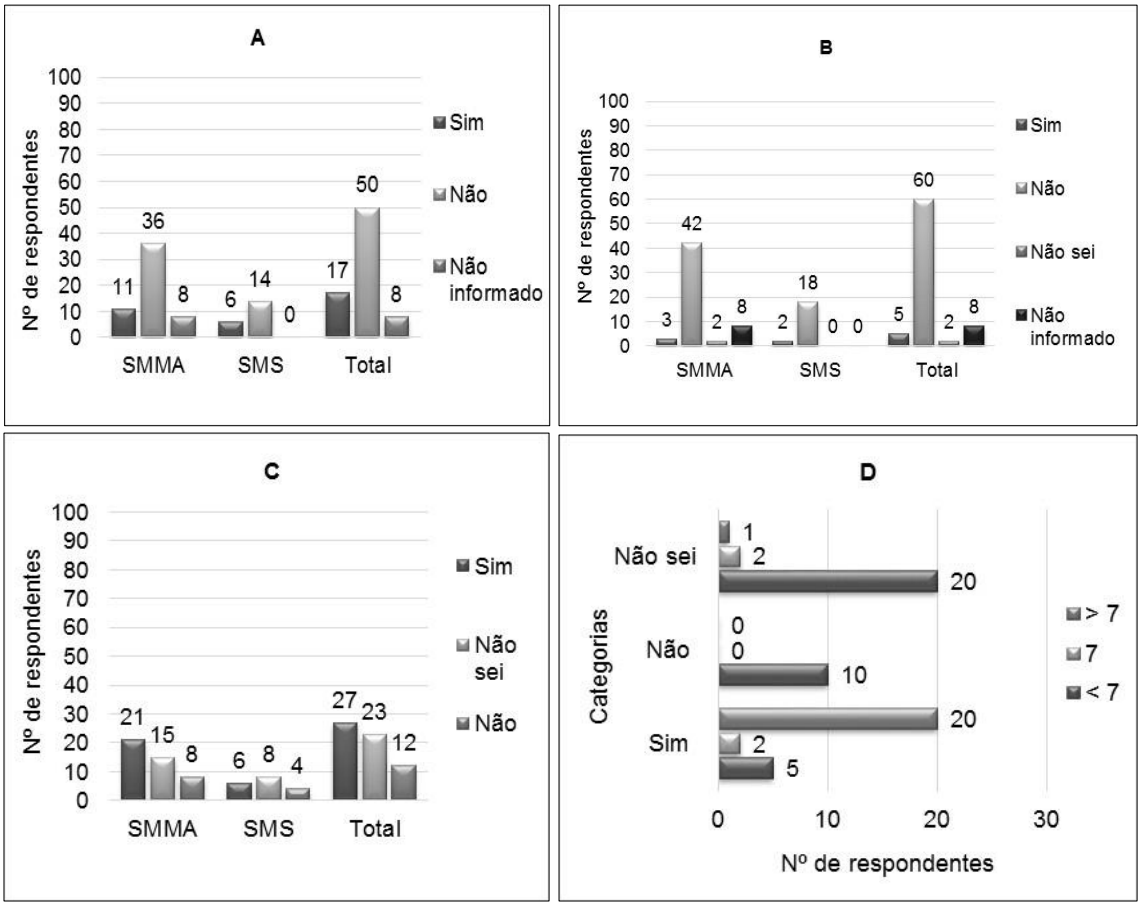


FIGURA 2 – RESPOSTAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE (69) E DE SAÚDE (31) DO PARANÁ, REFERENTES AOS QUESTIONÁRIOS ENVIADOS NO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2015 A JULHO DE 2016, QUANTO AO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO. (A) CONHECIMENTO, (B) EXISTÊNCIA, (C) INTERESSE E (D) GRAU DE INTERESSE.

2.4 DISCUSSÃO

2.4.1 Perfil dos participantes

Observou-se baixa adesão de respondentes, sugerindo pouco interesse das instituições ou dos servidores públicos neste tema, fato que parece coerente com 64,0% de respondentes que afirmaram não realizar ações para o manejo populacional de cães de rua. A grande adesão ao questionário foi de municípios de grande porte pois os dois únicos municípios considerados de grande porte (com mais de 500.000 habitantes) no Paraná participaram da pesquisa. A inexistência de SMMAs em alguns municípios (26,2%) se deve provavelmente pela não obrigatoriedade do fornecimento de serviços ao meio ambiente como é exigido para a saúde, educação e transporte, por exemplo (BRASIL, 1988).

A maioria dos respondentes era composta de médicos veterinários. Embora a participação do médico veterinário possa ser fundamental na promoção do bem-estar animal e na difusão dos princípios da guarda responsável (SILVANO et. al., 2010), sua formação para tal tipo de atuação parece inadequada (BASTOS, 2013). Em um estudo realizado em 2012, somente 46% das 94 instituições estudadas no Brasil apresentavam a disciplina de bem-estar animal, em geral em caráter optativo (BORGES et.al., 2013). Ainda, a abordagem da Medicina Veterinária do Coletivo está em expansão, abordando grandes desafios por meio de soluções técnicas e éticas, considerando aspectos econômicos e práticos, assim como o bem-estar dos animais, dos funcionários e a saúde ambiental (MILLER e ZAWISTOWISKI, 2012).

2.4.2 Cães nas ruas: implicações e perspectivas

A maioria dos respondentes declarou a presença de cães nas ruas, os quais ocasionam incômodos às pessoas, sendo o principal motivo de denúncias citado pelos respondentes neste estudo. No entanto, em um levantamento realizado em Curitiba sobre as casuísticas de denúncias de maus-tratos, o abandono foi a causa mais comum (HAMMERSCHMIDT e MOLENTO, 2012). Os cães, apesar de próximos aos seres humanos, com frequência não tem suas necessidades consideradas (SERPELL, 1991).

Ataques e mordeduras foram o segundo motivo de denúncias relacionadas aos cães de ruas mais declarado pelos respondentes. A casuística de ataques e mordeduras de cães a seres humanos é alta no Brasil (FRIAS, NUNES, CARVALHO, 2012). Os locais onde há um maior risco de agressão do cão ocorrem predominantemente na casa do próprio tutor do cão (CORNELISSEN e HOPSTER,

2010; VIEIRA, 2014; GRISOLIO, 2014; POLO et. al. 2015) e, em menor grau, na rua (BECK, 1973; RODRIGUES et. al., 2013). Adicionalmente, vale ressaltar a presença de cães semi-domiciliados em via pública, que constituem riscos tanto para outros animais, para seres humanos e para si mesmos. Por isso a necessidade de políticas públicas eficazes em alertar e punir tutores negligentes.

O abandono foi o terceiro motivo mais comum de reclamações aos órgãos públicos nesta pesquisa. Neste contexto, vale a reflexão sobre duas formas distintas de percepção do animal pelo ser humano: a visão sob a perspectiva da divisória entre ser humano e animal, e a visão de reciprocidade de olhar e ser olhado pelo animal (DERRIDA, 2002), que reconhece o animal como um ser senciente e portador de interesses. Dessa forma, de um lado tem-se o perfil de pessoas que abandonam os animais e por outro, pessoas que se importam com os animais e registram as denúncias contra maus-tratos. Diante disso é relevante considerar a relação entre seres humanos e animais, no sentido da promoção de guarda responsável, a fim de colaborar para a resolução da existência de cães nas ruas. Adicionalmente, a presença de cães soltos nas ruas é uma situação que atinge seres humanos e outros animais não-humanos (SÃO PAULO, 2006). Com isso, a partir do reconhecimento da senciência animal aliado ao aporte legal contra maus-tratos aos animais, há um aumento de relevância do caráter humanitário de quaisquer condutas e a construção de um novo cenário quanto ao manejo dos animais de rua.

Na sequência, o sofrimento animal também foi motivo entre as denúncias, uma vez que os animais de rua estão sujeitos a fome, maus-tratos, falta de cuidado e de abrigo (BIONDO e MORIKAWA, 2014). Além disso, animais em condições inadequadas de saúde podem ser um risco para a transmissão de zoonoses. Assim, as justificativas dos respondentes a favor da alimentação dos cães de rua foram relacionadas à estabilidade da saúde desses cães, menos risco à saúde pública e ao aumento no grau de bem-estar animal.

O controle apropriado da população canina é de responsabilidade do governo nos âmbitos local e federal; entretanto, as ONGs podem ter papel importante neste contexto, pois podem servir como elos entre o governo e a comunidade (ICAM, 2007; OIE, 2016). O trabalho das ONGs pode ter importância especial em termos educativos, como por exemplo a introdução do conceito de posse responsável dos animais de estimação e os incentivos às ações para o controle reprodutivo, os quais foram introduzidos em 1995 no Brasil por uma ONG (GARCIA, 2009). Ainda, o

envolvimento das ONGs na promoção de feiras de adoção foi relatado por 64,3% (18/28) dos respondentes. O sucesso dos programas de adoção é elevado quando bem estruturados, preparando as pessoas para assumir um compromisso e entender como atender as necessidades comportamentais e de saúde dos animais (HETTS, 1998). Portanto, um planejamento com rigor técnico é essencial.

A alimentação de cães de rua pela comunidade foi confirmada pela maioria dos respondentes. De acordo com a literatura, a maioria dos cães que vivem nas ruas tem, no mínimo, uma pessoa que lhe fornece alimentação e abrigo (CATAPAN et al., 2015), o que também foi evidenciado pela maioria dos respondentes deste estudo. Houve diferença significativa no número de respostas a favor da alimentação destes cães entre as secretarias (19%) e a opinião dos respondentes (53%). Dentre as respostas a favor da alimentação, 63,5% (12/19) e 32,1% (17/53), respectivamente, desde que seja no modelo de cães comunitários, por serem cães monitorados, castrados, desverminados e vacinados.

A maioria afirmou não existir no município CCZs e canis municipais, mas foram a favor da implantação de CCZ. Entretanto, não há viabilidade para o poder público manter animais indefinidamente nos canis, devido aos custos e a quantidade de animais, conforme a política de recolhimento (SOTO, FERREIRA, PINHEIRO, 2006). Por outro lado, é interessante a existência de local de atendimento de animais, pois com uma boa política haverá apenas recolhimento seletivo, gerando pequeno número de animais internados, mas ainda assim dependentes de uma infraestrutura mínima. Tal raciocínio encontra respaldo adicional na visão de alguns autores, de que o tratamento realizado dentro dos serviços de controle animal deve levar em consideração todos os usuários do sistema de saúde, incluindo animais (GARCIA, MALDONADO, LOMBARDI, 2008).

2.4.3 Estratégias mantidas para o manejo populacional de cães de rua

A maioria dos respondentes afirmou não haver o envolvimento das secretarias com estratégias para manejo populacional. Ressalta-se também a falta de políticas públicas efetivas, como visto em 64,0% das respostas, contribuindo para a realização de ações isoladas, sem o diagnóstico da situação e geralmente carentes de monitoramento e avaliação, conforme também evidenciado na literatura (PAULA, 2012).

Trinta por cento dos respondentes afirmaram não realizar censo ou estimativa da população canina em seus municípios. A falta de conhecimento acerca do tamanho da população e de cálculos que permitam entender as expectativas técnicas a partir de cada intervenção possível inviabiliza a escolha de estratégias efetivas. Na tentativa de contornar a falta das estimativas e censos locais em determinados países, foi recomendada pela OMS na década de 90 a consideração de um índice entre a população canina e a população humana de 1:7 em países em desenvolvimento (WHO, 1992). Entretanto, publicações brasileiras mais recentes demonstraram uma razão média de 1:4 (MOLENTO, 2014). O conhecimento da proporção entre número de habitantes humanos e caninos permite uma estimativa da população canina para os municípios onde ainda não houve censo canino, sendo que a utilização de números nacionais é de extrema relevância, pois os dados brasileiros diferem amplamente da média proposta pela OMS, revelando maiores populações caninas. Por outro lado, mesmo sendo uma alternativa a utilização de uma razão padronizada pode levar a equívocos quanto a investimentos e à implantação de políticas públicas. Ainda, o Estado do Paraná é considerado monitorado para a presença da raiva em animais domésticos, com isso o próprio Estado não faz mais campanhas anuais de vacinação gratuita a imunização. No entanto, os municípios utilizavam a vacinação como uma estratégia para estimar a população canina.

A realização de registro e identificação dos animais é utilizada nos municípios e também recomendada pelos respondentes como estratégia para o manejo populacional. No entanto, no Brasil, não há um sistema único de registro e identificação dos animais de companhia. Os animais são registrados pela implantação de microchip, frequentemente quando são esterilizados pelo poder público (BASTOS, 2013), como observado em 5% das respostas. O microchip é recomendado pela *European Convention for the Protection of Pet Animals* (UFAW, 1989). Entretanto, o sistema de registro e identificação foi estabelecido de forma pontual em alguns estados e municípios, com diretrizes e padrões bastante diferentes. A ausência de padronização nacional do sistema dificulta atingir o objetivo de registro e identificação dos animais de modo efetivo.

O controle reprodutivo por esterilização cirúrgica e a educação em guarda responsável foram as estratégias mais realizadas nos municípios, sendo também as mais sugeridas pelos profissionais respondentes, para compor um programa de manejo populacional. Foi possível perceber a falta de conhecimento dos respondentes

em relação ao conceito de manejo populacional. Mesmo havendo realização de censo ou estimativa da população canina no município, por exemplo, os respondentes afirmaram não realizar ações no âmbito de manejo populacional em resposta fechada. Foi possível verificar na percepção dos respondentes a necessidade de complementariedade das estratégias, condizente com as recomendações na literatura. O manejo populacional de cães é constituído por um conjunto de estratégias desenvolvidas para prevenir a falta de controle e o abandono animal, bem como promover a guarda responsável, estruturados sob a ótica da promoção da saúde da comunidade, do bem-estar animal e do equilíbrio ambiental (MURRAY, 1992).

A existência de clínicas veterinária nos municípios pode também colaborar com as ações para o manejo populacional, por meio de credenciamentos com as prefeituras. Contudo, vale direcionar a atenção ao bem-estar dos animais no pré-, trans- e pós-operatório, principalmente em campanhas de castração em que há um número grande de indivíduos envolvidos. O procedimento requer veterinários com prática, infraestrutura e equipamento adequados (ICAM, 2007). As campanhas de esterilização devem ser registradas nos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (BRASIL, 2010), para garantir chancela às práticas veterinárias propostas e também proteger os profissionais, que neste âmbito obtêm isenções quanto a questões relativas a concorrência de mercado.

A educação, segunda estratégia mais citada, é um dos elementos mais importantes para uma abordagem abrangente do manejo populacional de cães (ICAM, 2007, OIE, 2016), e pode ser compreendida como o desenvolvimento de conhecimento e habilidades, mudanças de atitudes e resultante alteração do comportamento (GARCIA, CALDERÓN, FERREIRA, 2012). O comportamento humano possivelmente é a força mais poderosa por trás da dinâmica da população canina, sendo que o encorajamento das interações entre seres humanos e animais de maneira responsável impactará positivamente no bem-estar animal e na redução de cães de rua (ICAM, 2007; OIE, 2016).

O recolhimento e a eutanásia foram citados pelos respondentes como estratégias utilizadas, porém de forma seletiva e não para fins de controle populacional. Isso pode ser reflexo do posicionamento da OMS, que afirmou a ineficácia da eutanásia no âmbito do controle populacional de cães (WHO, 2013). Adicionalmente, no estado do Paraná a eutanásia com justificativa de controle populacional é proibida por lei (PARANÁ, 2012). Desde então, apenas cães que

apresentem situação de risco iminente, estejam em sofrimento ou sejam considerados como problema para a saúde e segurança da população devem selecionados para o recolhimento (BIONDO e MORIKAWA, 2014). Os cães apenas serão submetidos à eutanásia (BRASIL, 2012; BRASIL, 2013), quando estiverem sofrendo de doenças incuráveis, ferimentos ou problemas de comportamento que os impeçam de ser realocados, ou que não estejam se adaptando às condições do local para que mantenham um nível mínimo de bem-estar (ICAM, 2007). Um programa de controle populacional de sucesso cria condições onde estas sejam as únicas situações em que a eutanásia seja necessária, de modo que os animais saudáveis possam encontrar um bom lar (ICAM, 2007; OIE, 2016).

2.4.4 O Programa Cão Comunitário

Houve um aumento de 100% dos respondentes que manifestaram interesse na implantação do Programa Cão Comunitário no município (41,5% - 39/94), quando comparado ao número de respondentes que apresentaram conhecimento sobre o Programa, anterior a explanação do conceito (21,0% - 21/100). Tal aumento sugere um impacto positivo proveniente da oferta de informação sobre o conceito do cão comunitário aos respondentes. De acordo com a OIE (2008), o cão comunitário é o cão que vive na rua e que estabelece com a população local vínculos de afeto e dependência, apesar de não ter tutor definido e único.

A perspectiva do Programa Cão Comunitário consiste na inserção do cão comunitário em um conjunto de ações a fim de associar benefícios diretos e indiretos ao cão e à comunidade, pois cães supervisionados tendem a reduzir a migração, agir como barreiras sanitárias e reprodutivas, e ainda podem servir de educação em guarda responsável para a comunidade em função do envolvimento de órgão público em uma nova abordagem para a questão da população de cães (MOLENTO, 2014). Além disso, o Programa pode gerar novas perspectivas em que o bem-estar do cão passa a ser considerado a fim de integrá-lo às questões éticas e políticas. Em um estudo realizado no Paraná, a maioria dos cães comunitários apresentou grau de bem-estar regular a alto (RÜNCOS, 2014), o que sugere que a qualidade de vida de cães de rua nos municípios estudados é mais alta que normalmente pressuposto.

Dentre as justificativas dos respondentes para o desinteresse ou resistência à adesão ao Programa está a preocupação com o fato de tal estratégia poder fomentar

o abandono, aumentando assim o número de ataques e mordeduras no município. Tal preocupação é genuína; entretanto, o animal comunitário, se aceito pela população local, pode ser uma alternativa para o manejo populacional por envolver outros cuidados com o cão, como registro e identificação, castração, vacinação e desverminação (REECE e CHAWLA, 2006; MOUTINHO, NASCIMENTO, PAIXÃO 2015). Os referidos cuidados induzem a um maior conhecimento da população humana sobre os cães de seu bairro de residência, que por sua vez aumenta a percepção sobre eventuais abandonos. Assim, é importante monitorar os resultados da implantação do Programa, para estudar suas consequências em termos de abandono e adotar medidas de melhoria caso necessário, desenvolvendo e incorporando novos elementos conforme o conhecimento avança.

2.5 CONCLUSÃO

Em síntese, os resultados evidenciaram que a maioria dos municípios não mantinha estratégias de manejo populacional de cães; dentre uma minoria que as mantinha, o controle reprodutivo por esterilização cirúrgica foi a ação mais comum. Os profissionais respondentes ainda consideram a esterilização cirúrgica como uma das principais estratégias a serem adotadas. No entanto, observou-se o reconhecimento de outras ações, com destaque para a educação da população. O Programa Cão Comunitário estava implementado na minoria dos municípios respondentes, sendo que sua ausência pode estar relacionada com o desconhecimento do Programa. Tal fato, juntamente com o considerável nível de interesse dos respondentes pelo Programa, sugerem a necessidade de maior divulgação do Programa Cão Comunitário para ampliar sua implementação como uma das estratégias para o manejo populacional de cães.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Protocolo das ações de vigilância sanitária.** 2007. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/pdvisa/protocolo_acao.pdf>. Acesso em: 12 março 2016.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, A. L. F. **Estudo da dinâmica populacional e das estratégias de manejo da população canina no município de Itabirito, MG.** 143 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

BECK, A. M. **The Ecology of Stray Dogs: A Study of Free-ranging Urban Animals**. Purdue University Press, 1973.

BIONDO, A.W.; MORIKAWA, V.M. Conceitos e ações de políticas públicas realizadas em Curitiba. **Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná**, n. 41, p. 16-18, 2014.

BORGES, T.D.; SANS, E.C.O; BRAGA, J.S.; MACHADO, M.F.; MOLENTO, C.F.M. Ensino de bem-estar e dor animal em cursos de medicina veterinária no Brasil. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v.65, n.1, p. 29-36. 2013

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. 1988. Art. 30 - Compete aos Municípios.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária. 2010. Resolução nº 962, de 27 de agosto de 2010. Normatiza os Procedimentos de Contracepção de Cães e Gatos em Programas de Educação em Saúde, Guarda Responsável e Esterilização Cirúrgica com a Finalidade de Controle Populacional.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária. 2012. Resolução nº 1000, de maio de 2012. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais, e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária. **Guia brasileiro de boas práticas para eutanásia em animais: conceitos e procedimentos recomendados.** 2013. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/uploads/files/Guia%20de%20Boas%20Pr%C3%A1ticas%20para%20Eutanasia.pdf.pdf>. Acesso em: 17 janeiro 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 758, de 26 de agosto de 2014. Inclui subtipo na Tabela de Tipos de Estabelecimentos de Saúde do SCNES.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**, p. 121. 2016. Disponível em: <http://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files//Manual%20de%20vigilancia,%20prevencao%20e%20controle%20de%20zoonoses%20-%202016.pdf>. Acesso em: 18 fevereiro 2017.

CATAPAN, D. C. JUNIOR, J. A. V., WEBER, S. H., MANGRICH, R. M. V., SZCZYPKOVSKI, A. D., CATAPAN, A., PIMPÃO, C. T. Percepção e atitudes do ser humano sobre guarda responsável, zoonoses, controle populacional e cães em vias públicas. **Revista Brasileira de Ciência Veterinária**, v. 22, n. 2, p. 92-98, 2015.

CORNELISSEN, J., HOPSTER, H. Dog bites in The Netherlands: A study of victims, injuries, circumstances and aggressors to support evaluation of breed specific legislation. **The Veterinary Journal**, v.186, p. 292-298. 2010.

DERRIDA, J. **O animal que logo sou.** Tradução Fábio Landa. São Paulo: Editora UNESP. 2002.

FAO. Food and Agriculture Organization. Dog population management. Report of the FAO/WSPA/IZSAM expert meeting - Banna, Italy, 14-19 March 2011. Animal Production and Health Report, n. 6, 2014. Disponível em: < http://www.fao.org/3/a-i4081e.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

FRIAS, D. F. R., NUNES, J. O. R., CARVALHO, A. B. Caracterização de agravos causados por cães e gatos a seres humanos no município de Jaboticabal, São Paulo, durante o período de 2000 a 2009. **Archives of Veterinary Science**, v.17, n.3, p. 63-70. 2012.

GARCIA, R.C.M.; MALDONADO, N.A.C.; LOMBARDI, A. Aspectos éticos para o controle populacional de cães e gatos. **Revista Ciência Veterinária Tropical**, v. 11, Supl. 1, p. 106-111, 2008.

GARCIA, R. C. M. **Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avaliação de ações para o equilíbrio dessas populações em área da cidade de São Paulo, SP, Brasil**. Tese (Doutorado). Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, 265p, 2009.

GARCIA, R.C.M, CALDERÓN, N., FERREIRA, F. Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 32, n. 2, p. 140-144. 2012.

GRISOLIO, A. P. R. **Atendimento antirrábico humano pós-exposição: proposta de intervenção e estudo da percepção do comportamento de cães e gatos envolvidos nos agravos.** 101 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Unesp, Campus de Jaboticabal, São Paulo, 2014.

HAMMERSCHMIDT, J.; MOLENTO, C. F. M. Análise retrospectiva de denúncias de maus-tratos contra animais na região de Curitiba, Estado do Paraná, utilizando critérios de bem-estar animal. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 49, n. 6, p. 431-441, 2012.

HETTS, S. Doação de cães e gatos: Estratégias e cuidados. In: Congresso Latino Americano de Bem-estar Animal. São Paulo. *Anais*... São Paulo: Associação Humanitária de Proteção e Bem-estar Animal, p. 80, 1998.

IBAMA. Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa Nº 141, de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva. Art. 2º, incisos I e II e Art. 4º, §1º, letra c.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2013. **Presença de animais no domicílio**. In: Pesquisa nacional de saúde, 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Vol. 2. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94074.pdf.>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Paraná. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=41>

ICAM. International Companion Animal Management Coalition. **Humane dog population management guidance***.* 2007. Disponível em: <http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane_Dog_Population_Management_Guidance_english.pdf>. Acesso em: 14 abril 2015.

ICAM. International Companion Animal Management Coalition. **Are we making a difference? A Guide to Monitoring and Evaluating Dog Population Management Interventions.** 2015. Disponível em: <http://www.icam-coalition.org/downloads/ICAM_Guidance_Document.pdf>. Acesso em: 15 janeiro 2016.

INSTITUTO PASTEUR. Controle de população de animais de estimação. Manual técnico do Instituto Pasteur, São Paulo, SP, n. 6. 2000. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-pasteur/pdf/manuais/manual_06.pdf>. Acesso em: 12 abril 2015.

ITEC. Instituto Técnico de Educação e Controle Animal. Curso de Formação de Oficiais de Controle Animal. Apostila.14ª ed. 2012.

MILLER. L., ZAWISTOWISKI, S. **Shelter Medicine for Veterinarians Staff.** Editora: Wiley-Blackwell. 2ª ed. p. 744. 2012.

MILLS, D.S. **One health – one welfare: psychological and physical well-being**. Proceedings of the WSAVA/FECAVA/BSAVA Congress. Birmingham, UK. British Small Animal Veterinary Association, Gloucester, UK, p. 237–238. 2012.

MOLENTO, C. F. M. Public Health and Animal Welfare. In: APPLEBY, M.C., WEARY, D.M.; SANDØE, P. **Dilemmas in Animal Welfare**. Wallingford UK & Boston MA: CABI publishing, p. 102-123, 2014.

MOUTINHO, F. F. B., NASCIMENTO, E. R., PAIXÃO, R. L. Percepção da sociedade sobre a qualidade de vida e o controle populacional de cães não domiciliados. **Revista Ciência Animal Brasileira**, v. 16, n. 4, p. 574-588, 2015.

MURRAY, R.W. Unwanted pet and subsidized pet neuter schemes. **Australian Veterinary Practitioner**, v. 22, n. 1, p. 12-18. 1992.

OIE. World Organization for Animal Health. **Report of the seventh meeting of the oie working group on animal welfare** 2008. Disponível em: < https://www.oie.int/doc/ged/D5685.PDF>. Acesso em: 12 abril 2015.

OIE. World Organization for Animal Health. Stray dog population control. In: Terrestrial Animal Health Code. 2016. Disponível em: < http://www.oie.int/en/international-standard-setting/terrestrial-code/access-online/>. Acesso em: 15 dezembro 2016.

ONE HEALTH INITIATIVE. 2012. Disponível em: <http://www.onehealthinitiative.com>. Acesso em: 15 maio 2015.

PARANÁ. Lei nº 17.422, de 18 de dezembro de 2012. Lei que dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná.

PAULA, S. A. **Política Pública de esterilização cirúrgica de animais domésticos, como estratégia de saúde e de educação**. 40 p. Monografia (Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal). UTFP. 2012.

POLO, G., CALDERÓN, N., CLOTHIER, S., GARCIA, R. C.M. Understanding dog aggression: Epidemiologic aspects In memoriam, Rudy de Meester (1953-2012). **Journal of Veterinary Behavior**, v.10, p. 525-534, 2015.

REECE, J. F.; CHAWLA, S. K. Control of rabies in Jaipur, India, by the sterilization and vaccination of neighbourhood dogs. New York: **The Veterinary Record**, v. 159, p. 379-383. 2006.

RODRIGUES, R. C. A., POLO, G., CASTAGNA, C. L., PRESSOTO, D., BAQUERO, O. S., BALDINI, M. B. D., PISCIOTTA, K. R., LANTZMAN, M., DIAS, R. A. Caracterização de casos de agressão canina em Campinas, São Paulo, Brasil. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 50, n. 3, p. 233-237. 2013

RÜNCOS, L. H. E. **Bem-estar e comportamento de cães comunitários e percepção da comunidade.** 106 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SALMAN, M. D., NEW, J. C., SCARLETT, J., KASS, P., RUCH-GALLIE, R., HETTS, S. Human and animal factors related to the relinquishment of dogs and cats in 12 selected animal shelters in the U.S.A. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v.1, p. 207-226. 2008.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Programa de controle de cães e gatos do Estado de São Paulo. 165 p. 2006. Disponível em: <ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/outros/suple5_cao.pdf>. Acesso em: 5 novembro 2015.

SERPELL, J. A. Beneficial effects of pet ownership on some aspects of human health and behaviour. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 84, p. 717-720. 1991.

SILVANO, D., BENDAS, A.J.R., MIRANDA, M.G.N., PINHÃO, MENDES-DE-ALMEIDA, F., LABARTHE, N.V., PAIVA, J.P. Divulgação dos princípios da guarda responsável: uma vertente possível no trabalho de pesquisa a campo. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**, v. 9, n. 09, p. 64-86, 2010.

SOTO, F.R.M.; FERREIRA, F.; PINHEIRO, S.R. *et al*. Dinâmica populacional canina no Município de Ibiúna: estudo retrospectivo. **Brazilian Journal of Veterinary Animal Science**, v. 43, n. 2, p. 178-185. 2006.

UFAW. Universities Federation for Animal Welfare: **Dogs Identification and Registration – the agreed document of a UFAW Technical Workshop**, Potters Bar, UK, 1989.

VIEIRA, A. M. L. **Vigilância epidemiológica de agravos causados por cães, área de abrangência da Supervisão de Vigilância em Saúde de Vila Maria / Vila Guilherme, município de São Paulo, período 2009 a 2012.** 186 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade Federal de São Paulo, 2014.

WHO. World Health Organization. **Expert Committee on Rabies.** Eighth report. WHO Technical Report Series, 824. Genebra. 1992.

WHO. World Health Organization. **Expert consultation on rabies**. Second report, Series 982, 139 p, 2013. Disponível em: < http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85346/1/9789240690943_eng.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

3 IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO EM CINCO MUNICÍPIOS DO PARANÁ

RESUMO

O avanço do estudo sobre estratégias para o manejo populacional de cães de rua torna-se necessário devido à situação de vulnerabilidade em que os cães vivem e ao fato de que constituem um fator de risco aos seres humanos, a outros animais e ao meio ambiente. O objetivo do trabalho foi descrever a implantação do Programa Cão Comunitário em cinco municípios no Estado do Paraná, elencando suas características principais e os desafios mais comuns encontrados. O estudo foi realizado no período de julho a novembro de 2016 nos municípios de Araucária, Lapa, Pinhais, Piraquara e Ponta Grossa, por meio de suas Secretarias Municipais de Saúde e de Meio Ambiente. O Programa Cão Comunitário foi considerado implantado quando o cadastro contemplava o número de 20 cães por município, uma vez que a partir desse referencial se considerou que as Secretarias estavam aptas a dar continuidade ao Programa de forma autônoma. A metodologia teve como base os municípios pioneiros no Estado, Araucária e Campo Largo, quanto ao cadastramento de cães comunitários. A implantação do Programa envolveu cinco fases: planejamento inicial, triagem dos animais, cadastro dos cães e mantenedores, procedimentos veterinários com os animais incluídos no Programa e reunião final com todos os envolvidos. O planejamento inicial teve por objetivos o contato telefônico para a escolha dos municípios, a formulação do cronograma das visitas aos municípios e de fichas para facilitar os trabalhos em campo, e a contribuição das secretarias, ONGs e protetores independentes para o levantamento de possíveis cães para a triagem. A triagem caracterizou-se pela utilização de critérios na escolha dos cães e seus mantenedores para o cadastramento. Os cães tinham que viver em situação de rua, possuir local de permanência estabelecido, ter o tempo mínimo de vínculo com a comunidade de um ano, possuir abrigo, não apresentar histórico de mordedura, não perseguir objetos em movimento e pessoas, e ter no mínimo dois mantenedores; e os mantenedores não podiam apresentar perfil de acumuladores. No cadastro, informações sobre o cão e os dados pessoais dos mantenedores foram confirmados, bem como o registro do cão com foto e o fornecimento de orientações necessárias ao manejo com o cão. Além disso, procedimentos veterinários foram realizados em animais saudáveis, como a implantação de microchip, a vacinação antirrábica e polivalente, antiparasitários e o agendamento da castração. Ao final das etapas foi realizada uma reunião com os colaboradores da pesquisa para discussão sobre a proposta e os desafios encontrados. No entanto, o método proposto inicialmente necessitou revisão pela demanda em campo. Por exemplo, no município de Piraquara a maioria dos cães (75% - 15/20) não possuía abrigo fixo, mas atendia os demais critérios. Manejo inadequado pelos mantenedores quanto ao fornecimento de alimentação e água aos cães, limitação de estrutura e recursos humanos das secretarias para a execução das ações e comportamento de perseguição dos cães foram os principais desafios da implantação. Quanto à perseguição de objetos em movimento pelos animais, houve uma tendência maior dos cães a apresentar tal comportamento quando adultos, tempo de permanência no local de um a cinco anos e em frente a residências. O método utilizado nos cinco municípios mostrou-se aplicável para a implantação do Programa Cão Comunitário, pois permitiu elencar características relevantes para o manejo populacional e os desafios mais comuns encontrados. A experiência de

implementação do Programa em cinco municípios tem potencial para subsidiar a construção de um protocolo norteador para facilitar a implementação do Programa em outros municípios.

Palavras-chave: Bem-estar animal. Cães de rua. Saúde única.

ABSTRACT

The advancement of the study on strategies for population management of street dogs is necessary because of the vulnerable situation in which dogs live and the fact that they constitute a risk factor for humans, other animals and the environment. The objective of this work was to describe the implementation of the Community Dog Program in five municipalities in the State of Paraná, listing their main characteristics and the most common challenges encountered. The study was carried out from July to November 2016 in the municipalities of Araucária, Lapa, Pinhais, Piraquara and Ponta Grossa, through its Municipalities Secretariats of Health and Environment. The Community Dog Program was considered implanted when the register included the number of 20 dogs, since from this reference it was considered that the Secretariats were able to continue the Program autonomously. The methodology was based on the pioneer municipalities in the State, Araucária and Campo Largo, regarding the registration of community dogs. The implementation of the program involved five phases: initial planning, screening of animals, registration of dogs and maintainers, veterinary procedures with animals included in the program and final meeting with all involved. The initial planning had as objectives the telephone contact for the choice of the municipalities, the formulation of the schedule of the visits to the municipalities and of files to facilitate the work in the field, and the contribution of the secretariats, NGOs and independent protectors for the location of dogs for the screening. Sorting was characterized by the use of criteria in the selection of dogs and their maintainers for registration. Dogs had to live in a street situation, have an established place of residence, have the minimum time to bond with the community of one year, have shelter, have no history of biting, do not pursue moving objects and people, and have at least two maintainers; and maintainers could not present accumulator profile. In the register, information about the dog and the personal data of the maintainers were confirmed, as well as the registration of the dog with photo and the provision of necessary guidelines to the handling with the dog. In addition, veterinary procedures were performed on healthy animals, such as microchip implantation, rabies and polyvalent vaccination, antiparasitics and the scheduling of castration. At the end of the stages a meeting was held with the research collaborators to discuss the proposal and the challenges encountered. However, the proposed method initially required review by the field demand. For example, in the municipality of Piraquara, most dogs (75% - 15/20) did not have a fixed shelter, but met the other criteria. Inadequate management by the maintainers regarding the provision of food and water to dogs, limitation of structure and human resources of the secretariats for the execution of the actions and behavior of dogs persecution were the main challenges of the implantation. As for the pursuit of moving objects by the animals, there was a greater tendency of dogs to present such behavior when adults, in front of residences and the length of stay in the place was around one to five years. The method used in the five municipalities was applicable for the implementation of the Community Dog Program, since it allowed the listing of characteristics relevant to population management and the most common challenges encountered. The experience of implementing the Program in five municipalities has the potential to subsidize the construction of a guiding protocol to facilitate the implementation of the Program in other municipalities.

Keyword: Animal welfare. One health. Stray dogs.

3.1 INTRODUÇÃO

O avanço do estudo sobre estratégias para o manejo populacional de cães em situação de rua torna-se necessário devido à situação de vulnerabilidade em que vivem os animais e ainda, por serem considerados um fator de risco aos seres humanos, a outros animais e ao meio ambiente (WVA, 2016). Na tentativa de resolver a problemática presença de animais em situação de rua, primeiramente é importante compreender os cães que ali se encontram. Dentre as categorias de cães reconhecidas neste cenário estão os cães que foram ou são supervisionados por seus tutores podendo estar perdidos, abandonados e semi-domiciliados; os cães comunitários e os cães errantes (ICAM, 2007).

No Brasil, a formação de vínculo afetivo entre cães que vivem nas ruas e as pessoas de determinada vizinhança parece relevante para melhorar as estratégias de controle populacional. Tais cães recebem cuidados dos moradores locais, como alimentação e abrigo, recebem um nome e passam a conviver de maneira próxima com a população, sendo então chamados de cães comunitários (RÜNCOS, 2014). A categoria dos cães comunitários foi escolhida porque, além de já existir, é passível de ser monitorada a partir do seu local de permanência estabelecido pelo forte vínculo com a comunidade local. Adicionalmente, o cão também impede, por intermédio do comportamento natural da espécie, que outros cães se instalem no local.

Diante disso, os municípios pioneiros no Paraná a aplicar o conceito do cão comunitário e seu cadastramento por intermédio do setor público foram Araucária de 2008 a 2011, Campo Largo com início em 2010 e Curitiba com início em 2013, ambos mantidos até o presente. Em Campo Largo, a proposta do cão comunitário teve como uma das ações do projeto “Cuide de Seu Animal”, do Setor de Controle de Zoonoses e Bem-estar Animal da Secretaria de Saúde do município. Em Curitiba o projeto “Cão Comunitário” teve como uma das ações da Rede de Defesa e Proteção Animal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O projeto é semelhante nas duas cidades (RÜNCOS, 2014), envolvendo identificação de cães de rua mantidos pela comunidade, que apresentem um vínculo com os moradores locais. Tais cães são então cadastrados junto à prefeitura como comunitários. Identifica-se um mantenedor que seja comprometido com o cão, no sentido de observar o animal diariamente, fornecer alimento, carinho e atenção. Os dados do mantenedor são registrados associados aos dados do cão. O mantenedor assina seu cadastro e recebe um termo,

assumindo formalmente as responsabilidades citadas de comprometimento com o cão e comunicar ao setor responsável quaisquer ocorrências relevantes com o cão. O órgão público assume as responsabilidades de castrar, vacinar, controlar parasitas, identificar com microchip e manter assistência veterinária.

Em nível nacional, além do Paraná (Lei nº 17.422/2012), também houve iniciativa de regulamentar o animal comunitário em outros estados brasileiros, como: Rio de Janeiro (Lei nº 4.956/2008), São Paulo (Lei nº 12.916/2008), Porto Alegre (Lei nº 13.193/2009) e Pernambuco (Lei nº 14.139/2010). No entanto, a legislação do animal comunitário é generalista e não especifica, por exemplo, os órgãos competentes as ações previstas para os animais.

A política de captura e extermínio de cães é considerada mundialmente inviável para o controle da população de animais em situação de rua (OMS, 2013), pois se há o recolhimento de um animal em um determinado local outros animais ocuparão esse nicho. Além disso, de acordo com o Instituto Pasteur (2000), tal política não apresenta a) conotação epidemiológica de prevenção e controle da raiva, pois é reconhecido que o controle da raiva dependeu essencialmente de vacinação e que a matança de cães não auxilia o controle de suas populações (SCHNEIDER et. al., 1996); b) conhecimento prévio da população, principalmente, sobre a destinação dos animais recolhidos; c) utilização de técnicas humanitárias no recolhimento, manutenção e destinação dos animais, os quais os foram igualados a objetos comprometendo assim a relação entre ser humano e animal e, consequentemente, a guarda responsável; e, por fim, d) resolução do abandono de animais. Dessa forma, o método de captura e eutanásia, em vigor durante três décadas na cidade de Curitiba, teve fim em 2005 (MOLENTO, 2014). Então, diante do comprometimento do bem-estar dos cães, dos seres humanos, do meio ambiente e de outros animais há necessidade de se buscar estratégias alternativas.

Cães comunitários podem atuar como barreiras sanitária e reprodutiva (MOLENTO, 2014), e como sentinelas ambientais (CONSTANTINO, 2016; CONSTANTINO et.al., 2017). Ainda, além de funcionarem como alertas à sociedade para doenças acidentais os animais comunitários também podem ser alertas para doenças não acidentais, como por exemplo, maus-tratos. Maus-tratos aos animais podem ser um alerta quanto à sanidade mental da sociedade. Segundo a teoria do elo, pessoas que praticam atos de maus-tratos aos animais podem apresentar traços

adicionais de violência e insensibilidade, podendo vir a praticar atos violentos contra pessoas (ASCIONE e ARKOW, 1999).

Dentre os trabalhos sobre cães comunitários na região metropolitana de Curitiba, encontram-se um estudo sobre seu comportamento (RÜNCOS, 2014), o diagnóstico do seu grau de bem-estar (RÜNCOS, 2014; COSTA, 2016), a percepção da comunidade em relação aos cães comunitários (RÜNCOS, 2014); uma avaliação da interação entre a comunidade e os cães comunitários (KWOK et. al., 2016) e a realização de uma estimativa preliminar da eficácia do Programa Cão Comunitário no que tange ao bem-estar dos cães (MANTOVANI, 2016). Em síntese, os trabalhos vem demonstrando um grau de bem-estar médio a alto para cães de rua e um forte vínculo com a comunidade, fatores que apontam para a possibilidade de um cuidado compartilhado entre a comunidade e o poder público.

Dado o exposto, a manutenção de cães comunitários parece uma estratégia adicional para o manejo populacional, considerando o bem-estar humano, animal e ambiental, em sintonia com os conceitos atuais de saúde e bem-estar únicos (MILLS, 2012). Desta forma, buscou-se com o presente trabalho descrever a implantação do Programa Cão Comunitário em cinco municípios do Estado do Paraná, elencando as características principais e os desafios mais comuns encontrados.

3.2 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi aprovado pela Comissão de Ética no Uso de Animais do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, sob protocolo número 049/2015.

3.2.1 Cenários de implantação do Programa

O estudo foi realizado no período de julho a novembro de 2016 nos municípios de Araucária, Lapa, Pinhais, Piraquara e Ponta Grossa (Figura 3), por meio de suas Secretarias Municipais de Saúde e de Meio Ambiente. O Programa Cão Comunitário foi considerado implantado quando o cadastro contemplava o número de 20 cães, uma vez que a partir desse referencial se considerou que as Secretarias estavam aptas a dar continuidade ao Programa de forma autônoma.

FIGURA 3 – MAPA DO ESTADO BRASILEIRO DO PARANÁ E OS CINCO MUNICÍPIOS NOS QUAIS O ESTUDO PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO FOI REALIZADO, NO PERÍODO DE JULHO A NOVEMBRO DE 2016.
FONTE: Adaptado de www.geografia.seed.pr.gov.br

O critério de escolha dos municípios para a realização deste estudo, foi o contato telefônico com as secretarias dos municípios que, a partir de um estudo prévio, manifestaram interesse quanto à implantação do Programa.

O município de Araucária está localizado na região metropolitana de Curitiba. O clima é subtropical, a área total é de 469,240 km², e é destinada ao polo industrial, tendo algumas indústrias instaladas, como a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) e possibilitando futuras implantações; a sua população humana é de 119.123 habitantes (IBGE, 2010).

O município de Pinhais também está localizado na região metropolitana de Curitiba. O clima é temperado, a área total é de 60,869 km² e a população humana é de 117.008 habitantes (IBGE, 2010). O município conta com dois polos industriais e dois polos comerciais bem estruturados e definidos.

O município de Ponta Grossa está localizado no centro do estado do Paraná, situando-se a 103 Km da capital. O clima é Sub-tropical úmido mesotérmico, com verões frescos e sem estação seca definida, a área total é de 2.054,732 km² e a

população humana é de 311.611 habitantes (IBGE, 2010). Ponta Grossa se destaca pelo turismo, pois sua posição geográfica facilita o acesso a todas as regiões do estado.

O município de Piraquara está localizado na região metropolitana de Curitiba. O clima é temperado, a área total é de 227,042 km² e a população humana é de 93.207 habitantes (IBGE, 2010). Por estar localizado em área de proteção ambiental da bacia do rio Iraí, o município mantém restrições ambientais e legais que norteiam o seu desenvolvimento. Os investimentos têm sido direcionados para o agroturismo e turismo de aventura.

O município da Lapa está localizado na região metropolitana de Curitiba, capital do estado do Paraná na região sul do Brasil. O clima é Subtropical/mesotérmico brando, com verões quentes e invernos com geadas fortes, a área total é de 2.093,859 km² e a população humana é de 44.932 habitantes (IBGE, 2010). A principal atividade econômica do município é a agropecuária e o município recebe também grande contribuição turística, variando entre turismo histórico, religioso e cultural. Considerando uma razão cão:ser humano de 1:4 (MOLENTO, 2014), pode-se estimar a população canina como 29.781, 29.252, 77.903, 23.302 e 11.233 cães, para os municípios de Araucária, Pinhais, Ponta Grossa, Piraquara e Lapa, respectivamente.

Quanto à natureza das secretarias dos municípios participantes, em Araucária e na Lapa a parceria e os procedimentos veterinários referentes ao projeto foram realizados pelos médicos veterinários vinculados a ambas as Secretarias Municipais de Saúde e Meio Ambiente. Nos municípios de Pinhais e Piraquara, somente a Secretaria do Meio Ambiente participou da implementação do Programa e no município de Ponta Grossa, somente a Secretaria de Saúde. Funcionários na área administrativa, motoristas, médicos veterinários atuantes em campo, por exemplo, para administração de vacinas nos animais cadastrados no programa de castração; e outros, atuantes em fiscalização de denúncias de maus-tratos, compõem a equipe das prefeituras. Algumas das secretarias ainda contam com a ajuda de estagiários e residentes em medicina veterinária como no município de Pinhais.

Por fim, em relação às ações de manejo populacional de cães em vigência nos municípios (Tabela 3), Araucária, Pinhais, Ponta Grossa e Piraquara eram os municípios que estavam mais à frente em termos de práticas adotadas. No entanto, Lapa conseguiu providenciar castração, implantação de microchip, vacinação antirrábica e vermífugo para os animais do estudo.

TABELA 3 – AÇÕES VIGENTES PARA O MANEJO POPULACIONAL DE CÃES NAS PREFEITURAS DOS CINCO MUNICÍPIOS PARANAENSES ESTUDADOS ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO, NO PERÍODO DE JULHO A NOVEMBRO DE 2016.

Ações vigentes nas Secretarias	Municípios				
	Araucária	Pinhais	Ponta Grossa	Piraquara	Lapa
Programa de castração gratuita	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Registro e identificação com microchip	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Vacinação antirrábica	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Vacinação polivalente	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Vermífugo	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Assistência veterinária	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Feira de Adoção	Sim	Sim	Não	Não	Não
Fiscalização de maus-tratos	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Palestras sobre guarda responsável em escolas	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Setor específico de proteção e defesa animal	Não	Sim	Não	Sim	Não

3.2.2 Método para a implantação do Programa

A implantação do Programa contemplou três importantes pilares: os órgão públicos, as Organizações Não-governamentais (ONGs) de proteção animal e protetores independentes, e os mantenedores dos cães comunitários. O órgão público foi envolvido, pois de acordo com a legislação brasileira vigente, a tutela dos animais que não têm proprietário é do estado (BRASIL, 1934). As Secretarias Municipais de Saúde (SMS) e de Meio Ambiente (SMMA) dos municípios foram as duas principais frentes escolhidas para a parceria do estudo, porque no Brasil, tais secretarias são responsáveis, respectivamente, pela implementação das atividades de monitoramento de zoonoses, agravos e situações de risco à saúde pública e pelo atendimento e gerenciamento das atividades de monitoramento, proteção e controle ambiental voltadas aos animais. Dessa forma, ambas as Secretarias têm atribuições que se relacionam ao controle da população canina. As ONGs e os protetores independentes são inerentemente envolvidos com a causa animal, com frequência no que se refere a resgaste e à castração de animais em situação de rua. Ainda, ONGs e protetores independentes podem ser elos entre a comunidade e os órgãos públicos por vivenciarem diariamente situações com animais de rua e pessoas da comunidade. Finalmente, os mantenedores ou cuidadores dos cães comunitários, de acordo com a

legislação estadual 17.422/12, são membros da comunidade que estabelecem laços de cuidados com os mesmos.

A implantação do Programa Cão Comunitário foi então realizada em cinco etapas: planejamento inicial, triagem, cadastro, procedimentos veterinários e reunião com profissionais das Secretarias, mantenedores, ONGs e protetores independentes envolvidos no estudo, para discussão da proposta e desafios encontrados durante a implantação.

3.2.2.1 *Planejamento inicial*

Nessa etapa, além do contato telefônico para a escolha dos municípios; houve a formulação do cronograma das visitas aos municípios e de fichas para facilitar os trabalhos a campo; e o levantamento de potenciais cães para a triagem que contou com a ajuda das secretarias, ONGs e protetores independentes.

3.2.2.2*Triagem dos cães*

Nessa segunda etapa, critérios foram considerados para a escolha de 100 cães para o cadastramento, e seus respectivos mantenedores, para a implantação do Programa. Os critérios foram estabelecidos a partir de uma adaptação da situação de dois municípios pioneiros no Paraná, Araucária e Campo Largo (Tabela 4). Durante a triagem foi utilizada uma ficha (APÊNDICE 1) que norteou as conversas com as pessoas sobre o cão, sendo também observado o comportamento do cão em relação à presença dos pesquisadores, aos mantenedores e à comunidade. Além disso, cartilhas informativas produzidas anteriormente pelas Secretarias, sobre as ações realizadas para o manejo populacional de cães no município, guarda responsável e bem-estar animal foram entregues aos entrevistados.

TABELA 4 - CRITÉRIOS INICIAIS DE TRIAGEM DE CÃES E MANTENEDORES UTILIZADOS DURANTE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO NOS CINCO MUNICÍPIOS PARANAENSES ESTUDADOS, NO PERÍODO DE JULHO A NOVEMBRO DE 2016.

Critérios de triagem
Cão
Viver exclusivamente na rua
Possuir um local de permanência estabelecido
Vínculo com a comunidade de no mínimo de 1 ano
Não apresentar histórico de mordedura
Não apresentar comportamento de perseguir transeuntes e objetos em movimento como carro, moto e bicicleta
Possuir abrigo fixo - modelo de casinha
Mínimo de dois mantenedores por cão
Mantenedores
Não apresentar perfil de acumulador
Manutenção do cão em vigência

Os animais cuja situação atendeu minimamente aos critérios de não apresentar histórico de mordedura e possuir um local de permanência estabelecido, cujo mantenedor não era acumulador foram encaminhados para a etapa de cadastro no Programa Cão Comunitário, sendo posteriormente submetidos aos procedimentos veterinários. A tomada de decisão em campo diferiu dos critérios inicialmente estabelecidos, pois foram percebidas situações não previstas, como por exemplo, cães comunitários que eram recolhidos por seus mantenedores – para proteção contra intempéries do clima, inclusive os cães que possuíam abrigo fixo; e que perseguiam objetos em movimento. Tais situações foram consideradas pois são desafios pertinentes em campo, os quais merecem ser discutidos a fim de colaborar com a construção do Programa.

3.2.2.3 *Cadastramento dos cães*

A segunda etapa foi caracterizada pelo preenchimento da ficha de cadastro individual por cão, incluindo os dados dos mantenedores e o registro com foto do animal (APÊNDICE 2). O Protocolo de Perícia de Bem-estar Animal de Hammerschmidt e Molento (2014), foi utilizado a fim de nortear as orientações aos mantenedores quanto ao grau de bem-estar dos animais. Por último, houve o

consentimento dos mantenedores com o projeto, mediante a compreensão da importância do Programa Cão Comunitários, da ciência das ações realizadas com os cães pelo órgão público e das suas responsabilidades com os cães. O termo de adoção comunitária foi criado a fim de formalizar a corresponsabilidade entre a prefeitura e a comunidade. No entanto, esse termo não foi utilizado neste trabalho, pois foi construído durante a implantação e discutido na reunião final.

3.2.2.4 *Procedimentos veterinários com os cães*

Esta etapa foi providenciada e custeada pelas Secretarias Municipais dos cinco municípios do Paraná participantes neste estudo e que envolveu identificação e registro com microchip, avaliação veterinária do animal; administração de antiparasitários e vacinação; esterilização cirúrgica permanente incluindo pré-, trans- e pós-operatório; e assistência veterinária.

Os cães de rua selecionados para a implantação do Programa Cão Comunitário passaram por avaliação física no local de sua permanência e identificação e registro por microchip. Os animais receberam um microchip na região dorsal, na base do pescoço, contendo informações referentes ao responsável pelo cão, assim como às características do animal, as quais foram inseridas em sistema informatizado próprio da Prefeitura Municipal local. A implantação do microchip ocorreu durante a vigência de anestesia da cirurgia de esterilização; e no caso de animal previamente esterilizado o microchip foi inserido sem anestesia.

No mesmo dia da avaliação do animal, foi feita uma administração de antiparasitários para ectoparasitas como pulgas e carrapatos, via pour-on ou spray, e endoparasitas, via oral. As vacinas polivalente e antirrábica foram administradas em animais saudáveis. O animal que apresentou algum problema de saúde foi feita a orientação adequada de tratamento. Em situações de maiores complicações clínicas o animal foi recolhido e encaminhado à prefeitura municipal local, caso tivesse estrutura para atendimento clínico-cirúrgico, ou às clínicas veterinárias particulares conveniadas para tratamento e recuperação.

A esterilização permanente foi realizada em animais saudáveis, pela Prefeitura Municipal ou clínica veterinária particular conveniada. Dentre os requisitos para o agendamento das castrações dos cães, condição de saúde do animal; local para a realização dos cuidados no pós-operatório; possibilidade de aquisição do colar

elizabetano ou roupa de malha; e medicação pós-operatória; e possibilidade de transporte do animal na data agendada, incluindo data de remoção dos pontos para alta cirúrgica. Os mantenedores receberam orientações sobre importância, benefícios e riscos relacionados ao procedimento cirúrgico e sobre os cuidados necessários no pré- e pós-operatório.

O pós-operatório imediato foi realizado no local da cirurgia, em sala pré-aquecida com colchonetes e cobertores. Após retorno anestésico, o animal foi entregue ao mantenedor para o cuidado de pós-operatório, com prescrição médica para o tratamento via oral e tópico, até a remoção dos pontos sete dias após a cirurgia. O mantenedor também foi orientado a manter o cão com o colar elizabetano ou malha e em espaço restrito.

A assistência veterinária foi necessária nos âmbitos ambulatorial, como por exemplo administração de colírio e tratamento de sarna. Ainda, após o término da implantação do Programa houve previsão de responsabilidade permanente da Secretaria em relação ao monitoramento anual e acompanhamento das situações de risco envolvendo o animal cadastrado de acordo com as solicitações do mantenedor.

3.2.2.5 *Reunião de discussão da proposta e dos desafios encontrados*

A reunião de discussão foi a última etapa a ocorrer e se caracterizou pela participação dos envolvidos no estudo, a fim de debater a proposta de implantação do Programa e os desafios encontrados. A discussão da reunião foi facilitada por um roteiro impresso entregue a todos os presentes (APÊNDICE 3).

3.2.3 Análise estatística

Após o registro dos dados coletados referentes ao tempo de permanência do cão no local, natureza do local, sexo, idade, raça, porte, castração, histórico de mordedura, perseguir objetos em movimento e possuir abrigo, foram organizados em planilha Excel com os critérios nas colunas e nas linhas os cães, identificados por municípios.

Os dados foram analisados por estatística descritiva e as comparações entre municípios foram realizadas no programa R. Os testes foram realizados para verificar diferenças na manifestação de comportamento de perseguição entre os cães quanto

ao sexo, à castração, à idade do animal, à presença de abrigo, ao tempo de permanência do cão no local, à natureza do local e ao número de cães no local. O teste de Kruskal-Wallis seguido de Teste de Dunn foi utilizado para comparar os intervalos do tempo de permanência, natureza do local e o número de cães no local e o teste de Mann-Whitney foi utilizado para as demais variáveis.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.3.1 Cenários de implantação do Programa

Os principais impactos provenientes dos cenários dos cinco municípios estudados foram descritos em cada etapa do método utilizado para a implantação do Programa.

3.3.2 Método para a implantação do Programa

3.3.2.1 *Planejamento inicial*

O levantamento dos potenciais cães para triagem foi feito a partir dos cadastros existentes nas Secretarias nos âmbitos de Programa de Castração, de denúncias por motivos de abandono, por notícias de moradores cuidando e mantendo cães nas ruas e por meio de contato com ONGs e protetores independentes. Além disso, houve auxílio dos próprios mantenedores, os quais informavam possíveis localizações adicionais nas quais talvez houvesse cães com perfil comunitário.

3.3.2.2 *Triagem dos cães*

Diante dos critérios de triagem estabelecidos na etapa de planejamento inicial do trabalho, houve a necessidade de modificá-los de acordo com as situações encontradas em campo descritas a seguir. Além disso, condutas adequadas de abordagem, em relação ao cão e às pessoas, ao chegar ao local da triagem são de suma importância (Figura 4). Dessa forma, há a necessidade de profissionais especializados em etologia canina dentro dos órgãos públicos.

FIGURA 4 – PRIMEIRAS INTERAÇÕES COM OS CÃES COMUNITÁRIOS. (A) PINHAIS, (B) LAPA.

Do total de 100 cães selecionados, sendo vinte por município, 56% eram machos e 44% eram fêmeas; 72% eram adultos e 38% idosos, com mais de oito anos de idade. Foi possível perceber a variabilidade do número de cães por local, sendo mais comumente visto dois cães por local.

Diante dos critérios de seleção dos cães com potencial para o projeto, a maioria (91%) dos cães escolhidos vivia exclusivamente nas ruas. Tal informação foi confirmada junto à comunidade local. Entretanto, houve situações em que havia o recolhimento de cães pelos mantenedores (9%) para o interior de suas residências. O recolhimento era feito no período da noite (8%) e também alguns momentos durante o dia (1%). Dentre os cães que eram recolhidos, 77,8% (7/9) não dispunham de abrigos fixos. Os argumentos explanados pelos mantenedores para o recolhimento dos cães variaram desde a insegurança de providenciar um abrigo fixo e ser multado pela prefeitura, intempéries, como em dias de fortes chuvas ou frio intenso, e reclamações de transeuntes a respeito dos cães que perseguiam bicicletas, motos e carros. Os cães que apresentaram tal comportamento foram considerados mais expostos a maus-tratos, como chutes, pauladas e arremesso de pedras, em possíveis tentativas das pessoas de os afastarem.

Por um lado, o ato de recolher pode estar associado a uma maior probabilidade de adoção do cão pelos mantenedores. Entretanto, cães comunitários que são recolhidos podem ser mal vistos pela comunidade pois podem ser confundidos com cães semi-domiciliados e comprometer a educação para a guarda responsável. Ainda, o recolhimento do cão pode influenciar seu papel de barreira sanitária e reprodutiva

(MOLENTO, 2014), bem como seu comportamento no âmbito social, por exemplo, riscos de mordeduras.

Durante as visitas foi possível identificar cães semi-domiciliados por meio de relatos dos moradores, bem como cães errantes que não haviam sido observados na região anteriormente. Dessa forma, vale ressaltar a importância do diagnóstico do ambiente em que o cão vive, durante as visitas de triagem e a manutenção dos cães comunitários no local. Além disso, foi notável uma variação no número de cães por local, em que 19% dos cães viviam sozinhos; 44% em dupla, 21% em trios, e 16% em quartetos.

Em relação à idade, evitou-se a inclusão de filhotes ao Programa por serem vulneráveis do ponto de vista sanitário e de maturidade para sobreviverem nas ruas. Os portes pequenos e médios parecem ter maior aceitação pelas pessoas, em função do menor receio de serem mordidas, quando comparadas aos de grande porte. Quanto ao fator raça, há raças que são consideradas potencialmente agressivas, oferecendo assim riscos às pessoas, o que dificulta sua inclusão como cães comunitários. Com relação ao porte (BIOURGE e PIBOT, 2005), 31% dos cães eram pequenos, 61% médios e 8% grandes, sendo todos sem raça definida (SRD). Tais achados estão de acordo com a descrição de cães de rua em outros trabalhos (DANIELS, 1983; ORTOLANI, VERNOOIJ e COPPINGER, 2009, RÜNCOS, 2014), que também encontraram a maioria dos cães sendo de porte médio. Uma possível explicação para a menor proporção de cães grandes e pequenos e a inexistência de cães mini ou gigantes dentre os comunitários pode ser o fato de que cães menores são normalmente mais fáceis de serem adotados, e também cães grandes são mais valorizados como cães de guarda, sendo então recolhidos das ruas ou até abandonados com menor frequência. Da mesma forma, cães de raça são mais procurados para adoção e menos vistos em situação de abandono do que os SRD.

Conforme planejado, 100% dos cães mantiveram um local de permanência estabelecido devido ao forte vínculo com a comunidade, tanto no âmbito afetivo como pela oferta de abrigo, alimentação e água. Este critério seria considerado o mais importante por facilitar o monitoramento do cão, ou seja, ser possível o acompanhamento de seu bem-estar anualmente, e o controle sanitário e reprodutivo local. Se o cão tiver suas necessidades atendidas no local e for castrado, não há razões para se distanciar (BECK, 1973). Quanto à natureza dos locais de permanência dos cães, 56% viviam em frente de residências, 14% em frente a estabelecimentos de

comércio e 30% em outros locais, como por exemplo, terminal rodoviário, Detran e central de ambulâncias. Uma provável razão para tais distribuições seja o grau de estabilidade do vínculo entre o mantenedor e o cão.

O tempo de permanência dos animais escolhidos no local variou de 7 meses a 12 anos, com média de 3,8 anos, sendo que 8% dos cães tinha tempo inferior a um ano no local, 66% de um a cinco anos, 24% de cinco a dez e 2% tempo superior a dez anos no local. Em função da relação entre tempo e estabilidade de vínculo entre mantenedor e cão comunitário, parece relevante estabelecer um tempo de vínculo mínimo de um ano como critério para cadastro no Programa. Adicionalmente, foram observados casos de forte demanda para cuidados com cães recém-chegados no local. Por exemplo, durante a etapa de triagem houve a oferta de abrigo fixo, alimentação e água fresca diária para uma cadela gestante que permaneceu em frente a uma residência por cinco dias. Há necessidade de mais pesquisa quanto à melhor decisão para cães com tempo de permanência menor que um ano, talvez com exigência de maior contrapartida dos membros da comunidade interessados em atuarem como mantenedores ou com a criação de estratégias adicionais.

Nenhum cão estudado apresentou histórico de mordedura. De acordo com a literatura, o risco de acidentes por mordedura não é exclusivo de cães que não possuem tutores, mas está presente principalmente em cães domiciliados e semi-domiciliados (BECK, 1973; CORNELISSEN e HOPSTER, 2010; VIEIRA, 2014; GRISOLIO, 2014; POLO et. al., 2015). Houve uma situação com animais escolhidos que vivem há mais de cinco anos em um dos terminais rodoviários do município de Ponta Grossa com relato de uma cidadã de que um dos cães que vivem no terminal mordeu sua filha. Contudo, ao procurar o cão agressor no terminal não se encontrava no local e não era um dos comunitários que ali viviam. Neste terminal foram incluídos três cães durante a implantação do Programa Cão Comunitário, certificando-se de que nenhum deles apresentava histórico de mordedura. Tal precaução é central ao Programa Cão Comunitário, pois animais que apresentem riscos às pessoas e a outros animais não podem permanecer nas ruas, sendo para eles indicadas outras estratégias de controle, passando por captura e modulação comportamental.

Houve um número significativo de cães que apresentaram comportamento de perseguição (45%), o que também foi relatado na literatura (RÜNCOS, 2014). Tal comportamento pode estar relacionado à manifestação do seu comportamento natural de proteger parte da rua como seu território (BEAVER, 2009), em associação provável

ao forte vínculo demonstrado pelos animais com os moradores e o local de manutenção. Por outro lado, tal comportamento de defender o território pode vir a causar impactos negativos no bem-estar de todos os envolvidos, sendo que os cães podem ser submetidos a abusos como chutes, xingamentos e tentativas de assustá-los (KWOK et al, 2016). É importante avançar no conhecimento da estratégia envolvendo cães comunitários para entender como promover um equilíbrio entre defesa de território e baixo risco de decréscimo de bem-estar único. No município de Ponta Grossa, uma alternativa que funcionou para lidar com o cão que apresentar tal comportamento, descrita por mantenedores que trabalhavam no estabelecimento, seria o oferecimento de petisco pelo condutor do automóvel ao cão. A partir de tal ato, os cães que ali permaneciam não correram mais atrás do motoqueiro responsável pela entrega de encomendas no local. Por outro lado, o fornecimento de petisco pode vir a condicionar o animal a perseguir devido ao possível reforço positivo.

A fim de se compreender o perfil dos cães que apresentaram o comportamento de perseguição os dados foram apresentados incluindo detalhamento por condição sexual, existência de abrigo e idade (Figura 5), sendo realizado o teste de Mann-Whitney para verificar a relação com o comportamento de perseguir (Tabela 5). A idade apresentou efeito significativo (Tabela 5). Tais resultados foram diferentes dos resultados de estudos anteriores, em que animais castrados mostraram uma tendência maior de perseguir veículos que os não castrados (MANTOVANI, 2016) e as fêmeas apresentaram o comportamento de perseguição de veículos com mais intensidade do que os machos (KWOK et al, 2016; MANTOVANI, 2016).

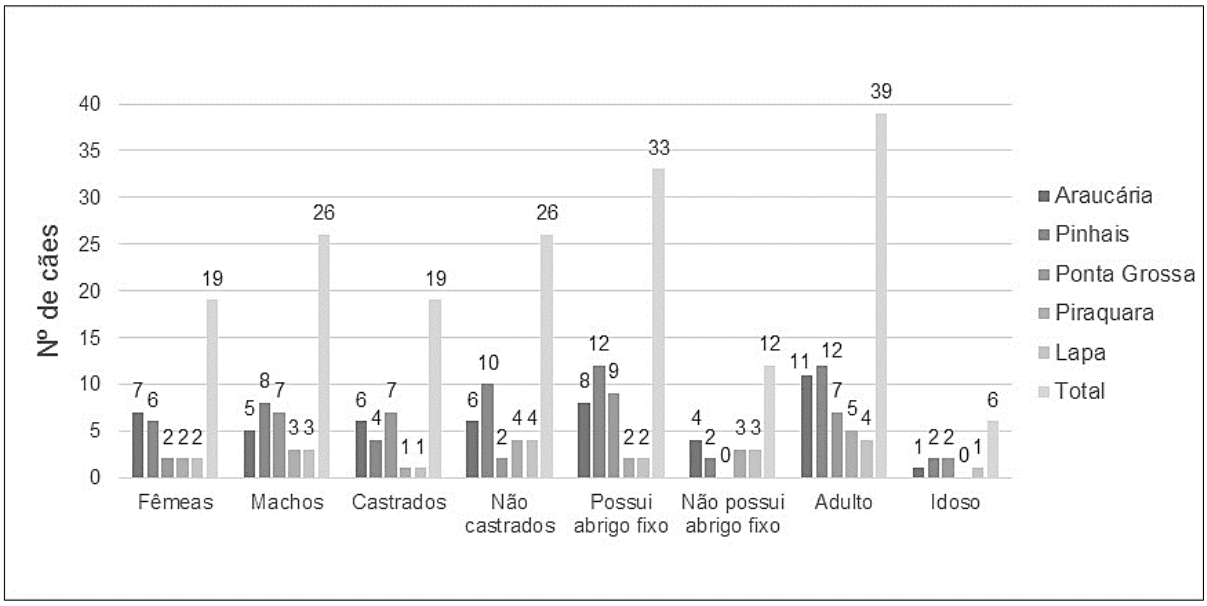


FIGURA 5 - NÚMERO DE CÃES QUE APRESENTARAM O COMPORTAMENTO DE PERSEGUIÇÃO NOS CINCO MUNICÍPIOS DO PARANÁ, BRASIL, DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016. DADOS APRESENTADOS DE ACORDO COM O SEXO, CASTRAÇÃO, POSSUIR ABRIGO E IDADE.

TABELA 5 - EFEITO DO SEXO, CASTRAÇÃO, ABRIGO FIXO E IDADE, SOBRE O COMPORTAMENTO DE PERSEGUIÇÃO, DE ACORDO COM OS DADOS COLETADOS NOS CINCO MUNICÍPIOS PARANAENSES ESTUDADOS, NO PERÍODO DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016.

Itens avaliados	Categorias	Número de cães que apresentaram o comportamento de perseguição nos municípios (n=45)					Valor-P (Teste estatístico)
		Araucária	Pinhais	Ponta Grossa	Piraquara	Lapa	
Sexo	Macho	5	8	7	3	3	0,2418 (MW)
	Fêmea	7	6	2	2	2	
Castração	Castrados	6	4	7	1	1	0,5940 (MW)
	Não castrados	6	10	2	4	4	
Abrigo fixo	Possui	8	12	9	2	2	0,2888 (MW)
	Não possui	4	2	0	3	3	
Idade	Adulto	11	12	7	5	4	0,0177 (MW)*
	Idoso	1	2	2	0	1	

*Diferença significativa a 5% de probabilidade;
MW = Mann-Whitney

O resultado de significância quanto a idade do cão e o ato de perseguir, é pertinente pois cães mais jovens geralmente assumem um comportamento mais ativo, curioso e brincalhão. Cães mais velhos passam por mudanças fisiológicas que alteram

os sentidos como olfato, audição e paladar e podem estar menos propensos a interagirem com pessoas e até mesmo diminuírem as interações tanto positivas como negativas com outros cães (ARROWSMITH, 2010).

Na sequência foram estudados os dados subdivididos em mais de duas classificações (Figura 6), tempo de permanência do cão no local, natureza do local onde o cão vivia e o número de cães no local, por meio do teste de Kruskal-Wallis (Tabela 6). De acordo com os resultados dessa análise o tempo de permanência do cão entre 1 e 5 anos e a natureza do local quanto à residência foram significativos para cães que perseguem.

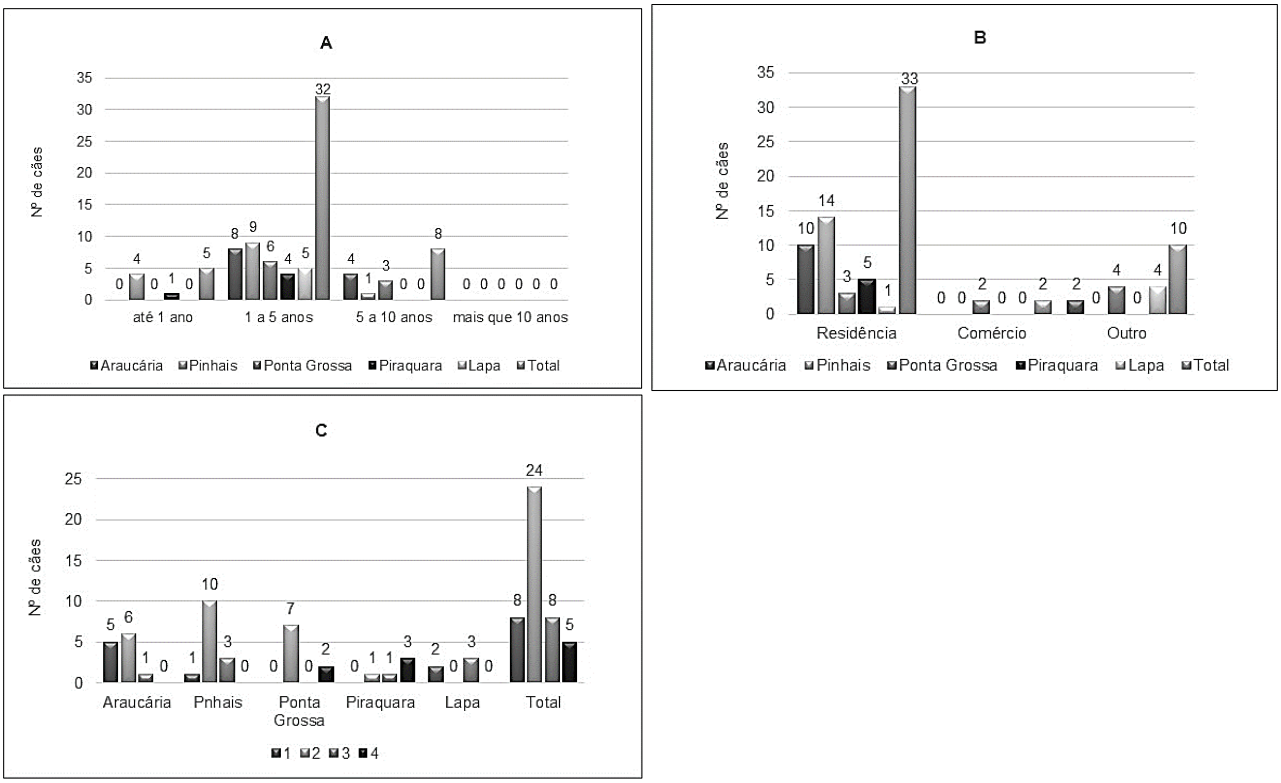


FIGURA 6 – NÚMERO DE CÃES QUE APRESENTARAM O COMPORTAMENTO DE PERSEGUIÇÃO NOS CINCO MUNICÍPIOS DO PARANÁ, BRASIL, DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016. DADOS APRESENTADOS DE ACORDO COM O TEMPO DE PERMANÊNCIA DO CÃO NO LOCAL (A), NATUREZA DO LOCAL EM QUE O CÃO VIVE (B) E O NÚMERO DE CÃES NO LOCAL (C).

TABELA 6 - EFEITO DE TEMPO DO CÃO NO LOCAL, NATUREZA DO LOCAL E O NÚMERO DE CÃES NO LOCAL SOBRE O COMPORTAMENTO DE PERSEGUIÇÃO, DE ACORDO COM OS DADOS COLETADOS NOS CINCO MUNICÍPIOS PARANAENSES ESTUDADOS, NO PERÍODO DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016.

Itens avaliados	Categorias	Número de cães que apresentaram o comportamento de perseguição nos municípios (n=45)					Valor-P (Teste estatístico)	Médias (Teste de Dunn)
		Araucária	Pinhais	Ponta Grossa	Piraquara	Lapa		
Tempo do cão no local	inferior a 1 ano	0	4	0	1	0	0,01 (KW)*	1,0 b
	1 a 5 anos	8	9	6	4	5		6,4 a
	5 a 10 anos	4	1	3	0	0		1,6 b
	superior a 10 anos	0	0	0	0	0		0
Natureza do local	Residência	10	14	3	5	1	0,03 (KW)*	6,6 a
	Comércio	0	0	2	0	0		0,4 b
	Outro	2	0	4	0	4		2,0 b
Número de cães no local	Um	5	1	0	0	2	0,3676 (KW)	
	Dois	6	10	7	1	0		
	Três	1	3	0	1	3		
	Quatro	0	0	2	3	0		

*Diferença significativa a 5% de probabilidade
KW = Kruskal-Wallis

O efeito significativo do tempo de permanência sobre o comportamento de perseguição (Tabela 6) pode estar relacionado ao fator idade e à adaptação do cão ao local. Os resultados para a natureza do local, em que cães que moram em frente a residências apresentaram uma maior tendência de perseguição, também pode estar relacionado à adaptação do cão ao fluxo de pessoas e automóveis. Tais fluxos foram provavelmente maiores em estabelecimentos comercias e terminais que em residências; dessa forma, é possível que cães em locais com maior fluxo desenvolvam menor prevalência de perseguição por um processo de habituação.

Diante da complexidade da discussão, é provável que o comportamento de perseguir objetos em movimento esteja fortemente ligado ao comportamento e atitudes dos seres humanos e circunstâncias provenientes do meio. Por exemplo, situações comumente apresentadas nos municípios as quais cães começaram a perseguir objetos em movimento depois que foram agredidos por pessoas ou pela influência da presença de outros cães. A convivência com o ser humano na condição de cão de rua pode incitar à frustração, ao medo, à agressão e à ansiedade (FERREIRA e SAMPAIO, 2010). Ainda, existência de cães semi-domiciliados e de

moradores de rua que costumam transitar diariamente no local de permanência de cães comunitários, os quais acabam apresentando tal comportamento em função da iniciativa dos demais. No entanto, no município de Ponta Grossa houve uma situação em um estabelecimento comercial com quatro cães comunitários, sendo dois machos e duas fêmeas, todos castrados, em que só os machos perseguiam objetos em movimentos.

Os resultados comportamentais dos cães em relação aos mantenedores foram positivos, pois todos os cães mantinham contato diário com pelo menos um mantenedor. Durante as visitas não foi observado comportamento canino indicativo de medo, poucos cães (11%) se mostraram hesitantes em relação aos mantenedores, e a maioria (89%) deles permitiu contato físico e permaneceu calmo ou feliz na presença do mantenedor. O comportamento hesitante observado em alguns cães pode ter sido influenciado pela presença dos avaliadores, que eram pessoas estranhas. Dados semelhantes foram encontrados por Rüncos (2014) e Mantovani (2016).

Sessenta e cinco por cento dos cães tinham acesso a abrigo fixo, tipo casinha. O município que apresentou melhor resultado foi Ponta Grossa, com oferta de abrigo fixo a 85% (17/20) dos cães, seguido por Pinhais com 80% (16/20) e Araucária com 80% (16/20), Lapa com 55% (11/20) e Piraquara, com 25% (5/20). Provavelmente essa diferença entre os municípios foi decorrente das ações vigentes para o manejo populacional e o envolvimento de ONGs e protetores independentes no auxílio aos cães em situação de rua. Ainda, o fato de ter acesso a abrigo fixo pode estar associado à natureza do local onde o cão vive pela dificuldade enfrentada pelos mantenedores de conseguir um local adequado (Figura 7) principalmente quando o local onde o cão vive não for residência.

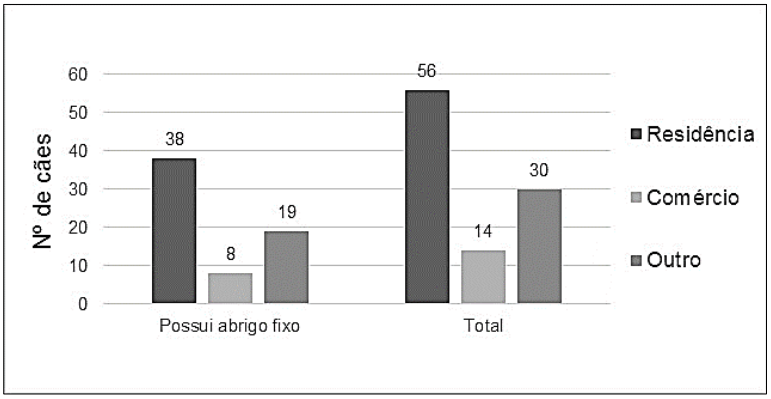


FIGURA 7 - NÚMERO DE CÃES QUE POSSUIAM ABRIGO FIXO DURANTE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO, NO PERÍODO DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016, EM CINCO MUNICÍPIOS DO PARANÁ, BRASIL.

Dos cães que não tinham acesso a abrigo fixo (35%), 22,8% (8/35) eram recolhidos à noite e em dias chuvosos ou frios. Dentre os relatos de causas para ausência de abrigo fixo, 51,8% (14/27) dos mantenedores relataram que os cães tinham onde se abrigar, 22,2% (6/27) dificuldade na identificação de local adequado à instalação do abrigo, principalmente em frente a estabelecimentos comerciais e terminais de ônibus, 14,8% (4/27) por não saber se podiam providenciar abrigo para cão de rua associado ao receio de multa por órgão público, 7,4% (2/27) reclamações de vizinhos e 3,7% (1/27) furto de casinha. Os resultados demonstraram a importância de orientação à população quanto ao Programa e do auxílio para a escolha de local adequado para o abrigo fixo. Além disso, alternativas parecem relevantes, como a fixação das casinhas ao chão ou com corrente e cadeado, assim como a exposição de placas sinalizando propriedade do município, a fim de se minimizar a ocorrência de furtos e garantir abrigo aos cães. Ainda, houve uma situação a qual mantenedores tomaram a iniciativa de monitorar as casinhas dos cães comunitários por câmeras (Figura 8).

FIGURA 8 – ABRIGOS FIXOS MONITORADOS PELOS MANTENEDORES POR CÂMERAS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, PARANÁ.

Durante a etapa de triagem, dois casos de mantenedores com perfil inadequado foram observados, nos municípios de Pinhais e Piraquara, os quais não foram incluídos no Programa. Os motivos de inadequação foi a apresentação de perfil de acumulador de animais. A acumulação compulsiva de animais não é caracterizada somente pela quantidade de cães e gatos, mas também pela incapacidade de fornecer padrões mínimos de saneamento, bem-estar e cuidados veterinários, associada à incapacidade de reconhecer os efeitos negativos de suas ações aos animais, familiares e meio ambiente (PATRONEK, LOAR, NATHANSON, 2006). Portanto, a existência de acumuladores é uma questão de saúde pública, para a qual há necessidade de um Programa específico dentro da prefeitura. Ainda, houve solicitação de cadastro de cães de moradores de rua no Programa Cão Comunitário. Entretanto, moradores de rua são comumente nômades, o que dificultaria os procedimentos de cadastro e monitoramento pelo Programa; e também deveria ter um Programa específico de assistência a esse público pelas prefeituras.

Por se tratar de adoção comunitária é interessante que mais de um mantenedor se responsabilize pelo animal. Contudo, no município de Ponta Grossa houve uma situação em que havia apenas um mantenedor em local de residência. Nestas situações, seria interessante investigar a aceitabilidade dos cães pelas pessoas que ali habitam, e se o mantenedor reside em casa própria a fim de assegurar a manutenção do cão.

3.3.2.3 *Cães cadastrados*

Foram cadastrados 100 cães e 51 mantenedores principais. Houve uma certa resistência dos mantenedores em fornecer seus dados para a realização do cadastro dos cães. Entretanto, quando as pessoas foram munidas com o conhecimento sobre a importância do Programa e de que os cães não estavam nas ruas por opção e sim porque foram vítimas de negligência humana, a empatia pelo animal pode tornar-se prioritária e a aceitabilidade de cães na qualidade de comunitário pode aumentar.

Situações com potencial comprometimento do bem-estar dos animais e da imagem do programa perante a comunidade foram observadas. Bebedouros sujos, fornecimento de alimento no chão e permanência de restos no local após o consumo pelo cão, fornecimento de alimento na ausência do cão, abrigo fixo em local de fluxo intenso de automóveis foram os principais desafios observados. Quanto ao fornecimento inadequado de alimento aos cães, tal atitude pode contribuir como atrativo para outros cães ou animais de outras espécies, como roedores. A solução foi buscada por meio de orientações específicas a cada caso e contexto.

3.3.2.4 *Procedimentos veterinários*

Quarenta e seis por cento dos cães eram castrados antes da inclusão do programa, pelos próprios mantenedores (26%), por ONGs e protetores independentes (14%) ou pelo programa de castração gratuita das prefeituras (6%). Os municípios que apresentaram melhores resultados referentes a cães castrados anteriormente ao programa foram Ponta Grossa, com 75% (15/20), Araucária com 55% (11/20), seguido por Pinhais com 35% (7/20) e Piraquara com 35% (7/20), e por fim Lapa com apenas 30% (6/20). A prefeitura de Ponta Grossa realizava um trabalho em conjunto com as ONGs de proteção aos animais, Grupo Fauna, SOS Bichos de Rua e a Associação Protetora dos Animais de Ponta Grossa, que foram facilitadoras do programa de castração e incluíam animais resgatados e de acumuladores. Ainda, o município contava com o apoio da guarda municipal e da Comissão de Defesa dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Ponta Grossa. O município de Lapa não mantinha ações vigentes para o manejo populacional, além do projeto Veterinário Mirim nas escolas. Entretanto, durante o estudo o município conseguiu um credenciamento com um castramóvel, bem como registro e identificação com

microchip e vacinação antirrábica. Dessa forma foi possível a realização de esterilização permanente gratuita dos animais inscritos durante a implantação do PCC no município da Lapa.

Os procedimentos veterinários realizados com os cães cadastrados pelas Secretarias estão descritos na Tabela 7. Dos 55% (55/100) de cães não castrados, 63,6% (35/55) foram castrados. Questões como idade avançada do cão, transporte, local para o pós-operatório e apresentação de outro animal no lugar do cão cadastrado foram alguns dos desafios encontrados. Em especial, no município de Piraquara não houve a realização dos procedimentos veterinários devido à contenção de gastos na transição de gestão política em período eleitoral. Nos quesitos transporte e local para o pós-operatório, as secretarias intervieram quando os mantenedores não tinham como providenciá-los. No entanto, no município de Ponta Grossa, 33,3% (5/15) dos cães tinham castração prevista e apenas um foi castrado; os demais não foram castrados por ter idade avançada (1/5), porque os mantenedores resolveram providenciar a castração (1/5) e pela dificuldade de conciliar a data e horário da castração na clínica credenciada com o transporte da prefeitura, dois cães ficaram com os agendamentos pendentes (2/5). Houve duas situações, uma no município de Pinhais e outra em Piraquara, nas quais cães não cadastrados no Programa foram levados no lugar de cão cadastrado, por motivos do mantenedor não conseguir pegar o cão no dia da castração, e por considerar fêmea em situação de abandono e no período de cio prioridade ao macho comunitário, respectivamente. Dessa forma, foi necessário incluir a foto do cão na ficha de cadastro e conferir no dia realização da cirurgia. Independente das intervenções que ocorrerem, os mantenedores primeiramente devem entrar em contato com a prefeitura antes de tomar qualquer decisão.

TABELA 7 – AÇÕES REALIZADAS PELAS SECRETARIAS COM OS CÃES COMUNITÁRIOS CADASTRADOS DURANTE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO NO PERÍODO DE JUNHO A NOVEMBRO DE 2016 EM CINCO MUNICÍPIOS DO PARANÁ, BRASIL.

Ações realizadas pelas Secretarias com os cães comunitários	Número de cães por município				
	Araucária	Pinhais	Ponta Grossa	Piraquara	Lapa
Esterilização cirúrgica permanente	6/9	9/13	1/5	9/14	10/14
Identificação e registro com microchip	14/20	11/20	1/20	9/20	10/20
Vacinação antirrábica	14/20	11/20	0	9/20	10/20
Vacinação polivalente	14/20	11/20	0	0	10/20
Antiparasitário – vermífugo	15/20	11/20	0	0	0
Antiparasitário - pulgas e carrapatos	14/20	6/20	-	-	-
Transporte ao local da esterilização cirúrgica	-	0	1/1	0	4/10
Local para o pós-operatório	-	-	0	0	-
Medicação de pós-operatório	-	0	-	-	4/10

(-) Ações não vigentes nas Secretarias

3.3.2.5 *Reunião de discussão da proposta e dos desafios encontrados*

As reuniões finais foram de grande relevância para o trabalho, principalmente no âmbito de discussões sobre corresponsabilidade, determinação das responsabilidades de cada componente do Programa e das possíveis soluções aos desafios encontrados em campo, conforme discutido com os resultados.

3.4 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Dos 100 cães cadastrados, 6% foram adotados, 6% foram a óbito e 1% não permaneceu no local. Dos cães adotados, cinco tinham o tempo de permanência no local até 1 ano e um tinha 3 anos de permanência; e dos que morreram, três foram por idade avançada, um por atropelamento e dois por causa desconhecida. No município de Pinhais, no Terminal Central, há uma situação de instabilidade diante à aceitação dos animais pela administração a ponto de multar os lojistas por alimentar animais no local e arredores. Diante disso, houve uma iniciativa pelos protetores independentes a fim de contornar essa situação com o envio de um documento por escrito explicando sobre o cão comunitário, principalmente sobre seus benefícios no controle reprodutivo e sanitário local. A resposta da administração ao documento foi

que os cães em situação de rua que se encontram no local são de responsabilidade da prefeitura, o que facilitaria a implantação do programa. No entanto, ainda não houve a formalização pelo órgão público diante da administração. Com isso, as pessoas continuam afastando os animais do local, sendo que um deles deixou de ficar no terminal e está vivendo com um morador de rua.

O município de Piraquara teve iniciativa de prover abrigo a dois cães comunitários cadastrados (Figura 9) e o município de Ponta Grossa, em fazer um modelo de coleira piloto para identificação externa dos animais cadastrados (Figura 10).

FIGURA 9 – ABRIGOS FIXOS TIPO MANILHA PROVIDENCIADOS PELA PREFEITURA DE PIRAQUARA, VIA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PIRAQUARA (2016)

FIGURA 10 – INICIATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA DE UM MODELO DE COLEIRA PILOTO PARA CÃES COMUNITÁRIOS CADASTRADOS.
FONTE: CARLOS CORADASSI (2017)

3.5 CONCLUSÃO

O método utilizado para a implantação do Programa Cão Comunitário nos cinco municípios mostrou-se útil e viável. A divisão da implantação nas etapas de planejamento inicial, triagem, cadastro, realização de procedimentos veterinários e reunião final facilitou a organização das atividades. A determinação de critérios na triagem dos cães e mantenedores constituiu um norteador essencial para a tomada de decisão em campo. Manejo inadequado pelos mantenedores quanto ao fornecimento de alimentação e água aos cães, limitação de estrutura e recursos humanos das secretarias para a execução das ações e comportamento de perseguição dos cães a objetos em movimento foram os principais desafios da implantação. A maioria dos desafios pode ser elucidada por meio de planejamento e conhecimento por parte das Secretarias e orientações à população. Quanto à perseguição de objetos em movimento pelos animais, houve uma tendência maior dos cães apresentarem tal comportamento quando adultos, tempo de permanência no local de um a cinco anos e em frente a residências. Diante do exposto, o método descrito pode subsidiar a construção de um protocolo para o avanço de estudos com cães comunitários e sua relação com o manejo populacional de cães.

REFERÊNCIAS

ARROWSMITH, C. **Brain games for dog**. Interpet Publishing, p. 22-24, 2010.

ASCIONE, F. R.; ARKOW, P. **Child Abuse, Domestic Violence and Animal Abuse, Linking the Circles of Compassion for Prevention and Intervention**. Indiana: Purdue University Press, 380 p, 1999.

BEAVER, B.V. **Comportamento canino: Um guia para veterinários**. São Paulo: Roca, p.189-249, 2001.

BEAVER, B. V. **Canine Behavior: insights and answers**. Sauders Elsevier, p. 315. 2009.

BECK, A. M. **The Ecology of Stray Dogs: A Study of Free-ranging Urban Animals**. Purdue University Press, 1973.

BIOURGE, V.; PIBOT, P. **A nutrição sob medida**. Paris: Royal Canin, 12 p. 2005.

BRASIL. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Rio de Janeiro, RJ. Diário Oficial da União, 1934.

CONSTANTINO, C. **Neighborhood dogs as sentinels for zoonoses and vector-borne diseases in public areas with high human traffic of Curitiba city, Paraná State, southern Brazil.** 88 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2016.

CONSTANTINO, C. PAULA, E.F.E., BRANDÃO, A.P.D., VIEIRA, F.F., VIEIRA, R. F. C., BIONDO, A.W. Survey of spatial distribution of vector-borne disease in neighborhood dogs in southern Brazil. **Open Veterinary Journal**, v. 7, n. 1, p. 50-56, 2017

CORNELISSEN, J., HOPSTER, H., 2010. Dog bites in The Netherlands: A study of victims, injuries, circumstances and aggressors to support evaluation of breed specific legislation. **Vet. J.** 186, 292e298.

COSTA, M. F. C. **Bem-estar de cães ao cadastramento no programa cão comunitário em cinco municípios do paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Zootecnia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016

DANIELS, T. J. The Social Organization of free-ranging urban dogs. I. Non-estrous social behavior. **Applied Animal Ethology**, v. 10, p. 341-363, 1983.

FERREIRA, A.S., SAMPAIO, M.B.I. Relação homem-animal e bem-estar do cão domiciliado. **Archives of Veterinary Science**, v.15, n.1, p. 22-35, 2010.

GRISOLIO, A. P. R. **Atendimento antirrábico humano pós-exposição: proposta de intervenção e estudo da percepção do comportamento de cães e gatos envolvidos nos agravos.** 101 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Unesp, Campus de Jaboticabal, São Paulo, 2014.

HAMMERSCHMIDT, J. **Desenvolvimento e aplicação de perícia em bem-estar animal**. 138 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

HAMMERSCHMIDT, J.; MOLENTO, C. F. M. Protocol for expert report in animal welfare in case of companion animal cruelty suspicion. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 51, n. 4, p. 282-296, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>.

ICAM. International Companion Animal Management Coalition. **Humane dog population management guidance***.* 2007. Disponível em: <http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane_Dog_Population_Management_Guidance_english.pdf>. Acesso em: 14 abril 2015.

INSTITUTO PASTEUR. Controle de população de animais de estimação. Manual técnico do Instituto Pasteur, São Paulo, SP, n. 6, 2000. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-pasteur/pdf/manuais/manual_06.pdf>. Acesso em: 12 abril 2015.

KWOK, E.K.Y., KEYSERLINGK, V.G.A.M., SPREA, G., MOLENTO, C.F.M. Human-animal interactions of community dogs in Campo Largo, Brazil: A descriptive study. **Journal of Veterinary Behavior**, n.13, p. 27-33, 2016

MANTOVANI, S. L. **Relatório de estágio curricular obrigatório e artigo científico: primeira estimativa de eficácia do programa cão comunitário para a melhoria do bem-estar de cães de rua no município de araucária, paraná.** Trabalho de Conclusão do Curso de Gradação em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Paraná, 2016.

MILLS. D.S. **One health – one welfare: psychological and physical well-being**. Proceedings of the WSAVA/FECAVA/BSAVA Congress 2012, Birmingham, UK. British Small Animal Veterinary Association, Gloucester, UK, p. 237-238, 2012.

MOLENTO, C. F. M. Public Health and Animal Welfare. In: APPLEBY, M.C., WEARY, D.M.; SANDØE, P. **Dilemmas in Animal Welfare**. Wallingford UK & Boston MA: CABI publishing, p. 102-123, 2014.

OIE. World Organization for Animal Health. Stray dog population control. In: Terrestrial Animal Health Code. 2016. Disponível em: < http://www.oie.int/en/international-standard-setting/terrestrial-code/access-online/>. Acesso em: 15 dezembro 2016.

ORTOLANI, A.; VERNOOIJ, H.; COPPINGER, R. Ethiopian village dogs: Behavioural responses to a stranger's approach. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 119, n. 3-4, p. 210–218, 2009.

PARANÁ. Lei nº 17.422, de 18 de dezembro de 2012. Lei que dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná.

PATRONEK, G.J.; LOAR, L.; NATHANSON, J.LN. **Animal Hoarding: Structuring interdisciplinary responses to help people, animals and communities at risk.** Report by Hoarding of Animals Research Consortium (HARC), 2006.

PERNAMBUCO. Lei nº 14.139, 31 de agosto de 2010. Dispõe sobre o controle de reprodução e regulamentação da vida de cães e gatos encontrados na rua no âmbito do Estado de Pernambuco.

POLO, G., CALDERÓN, N., CLOTHIER, S., GARCIA, R. C.M. Understanding dog aggression: Epidemiologic aspects In memoriam, Rudy de Meester (1953-2012). **Journal of Veterinary Behavior**, v.10, p. 525-534, 2015.

RIO DE JANEIRO, RJ. Lei nº 4.956, 3 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o animal comunitário, estabelece normas para seu atendimento no município do rio de janeiro, e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.193, 30 de junho de 2009. Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos de rua no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RÜNCOS, L. H. E. **Bem-estar e comportamento de cães comunitários e percepção da comunidade.** 106 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SÃO PAULO. Lei nº 12.916, 16 de abril de 2008. Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.

SCHNEIDER, M. C.; ALMEIDA, G. A.; SOUZA L. M.; MORARES, N. B.; DIAZ, R.C. Controle da raiva no Brasil de 1980 a 1990. **Revista de Saúde Pública**, v. 30, n. 2, p. 196–203, 1996.

VIEIRA, A. M. L. **Vigilância epidemiológica de agravos causados por cães, área de abrangência da Supervisão de Vigilância em Saúde de Vila Maria / Vila Guilherme, município de São Paulo, período 2009 a 2012.** 186 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade Federal de São Paulo, 2014.

WHO. World Health Organization. **Expert consultation on rabies**. Second report. Series 982. 139 p, 2013. Disponível em: < http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85346/1/9789240690943_eng.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

WVA. WORLD VETERINARY ASSOCIATION. **Position regarding Dog-Mediated rabies.** 2016. Disponível em: <http://www.worldvet.org/uploads/news/docs/wva_position_on_rabies_2016.pdf>. Acesso em: 10 janeiro 2017

4 DESENVOLVIMENTO DE UM PROTOCOLO PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO

RESUMO

No Brasil, alguns cães que vivem nas ruas recebem um nome e cuidados dos moradores locais, como alimentação e abrigo, convivendo de maneira próxima à população. Tais animais são classificados como cães comunitários e a prática parece relevante para melhorar as estratégias de manejo populacional. O objetivo do trabalho foi desenvolver um protocolo para o Programa Cão Comunitário (PCC), a fim de nortear sua implantação. O protocolo foi dividido em quatro etapas: 1) pré-triagem, 2) triagem, 3) cadastramento, e 4) pós-cadastro. A primeira etapa contempla a organização de fichas para facilitar os trabalhos em campo, de documentos para a formalização da adoção comunitária e da contribuição das secretarias, ONGs e protetores independentes para o levantamento de potenciais cães para a etapa 2, de triagem. A triagem caracterizou-se pela utilização de critérios para a escolha de cães e seus mantenedores para o cadastramento. Os critérios para cães são, viver em situação de rua, ter local de permanência estabelecido, ter no mínimo um ano de vínculo com a comunidade, ter abrigo fixo, não apresentar histórico de mordedura, além de não perseguir objetos em movimento nem pessoas, e ser assistidos no mínimo por dois mantenedores. Os critérios para mantenedores são, manutenção do cão em vigência, ter endereço fixo, não apresentar perfil de acumulador ou morador de rua e assinar o termo de adoção comunitária. Na fase de cadastramento, são confirmadas as informações sobre o cão e os dados pessoais dos mantenedores, e ocorre o registro do cão com foto, sendo oferecidas orientações para o manejo do cão. Além disso, são realizados procedimentos veterinários em animais saudáveis, como a implantação de microchip, as vacinações antirrábica e polivalente, antiparasitários e se procede o agendamento da castração. Após o cadastramento, há a formalização de corresponsabilidade primária entre o cão, órgão público e mantenedores pelo termo de adoção comunitária. Diante disso, por exemplo, o cão e seu abrigo são identificados para visibilidade da vigência do Programa no local. Ainda, o envolvimento de organizações não governamentais (ONGs), protetores independentes e a comunidade a fim de disseminar e consolidar o Programa. Adicionalmente, estão descritos os principais impactos desejados com o Programa, no âmbito de promoção de bem-estar animal, saúde pública, controle populacional e participação social. O protocolo desenvolvido descreve de maneira objetiva as características essenciais do município, dos cães, dos mantenedores, assim como a informação necessária a ser transmitida à comunidade. Dessa forma, este trabalho contribui para o sucesso da implantação do PCC como estratégia adicional para o manejo populacional de cães, em um paradigma de saúde e bem-estar únicos.

Palavras-chave: Bem-estar único. Cães de rua. Manejo populacional. Saúde única.

ABSTRACT

In Brazil, some dogs living on the streets receive a name and care from local residents, as food and shelter, living close to the population. Such animals are classified as community dogs and a practice seems relevant to improve as population management strategies. Objective of the work to develop a protocol for the Community Dog Program (CDP), in order to guide its implementation. The protocol was divided into four stages: 1) pre-screening, 2) screening, 3) registration, and 4) post-registration. The first stage involves the organization of records to facilitate field work, documents for a formalization of community adoption and the contribution of the secretariats, non-governmental organizations (NGOs) and independent protectors to locate the dogs for stage 2, of sorting. The screening was characterized by the use of criteria for a choice of dogs and their maintainers for the cadastre. The criteria for dogs are lived in a street situation, have an established place of residence, have a minimum of one year of a bond with a community, a shelter, can not be found in a city, in addition to not chasing objects in Movement nor people, and be assisted At least two maintainers. The criteria for maintainers are to be watching the dog, have a fixed address and do not present the accumulator profile or homeless. In the registration phase, the information about the dog and the personal data of the maintainers is confirmed, and the registration of the dog with photo is given, and guidelines are given for the handling of the dog. In addition, veterinary procedures are performed on healthy animals, such as microchip implantation, rabies and polyvalent vaccinations, antiparasitic vaccines and the scheduling of castration. After enrollment, there is the formalization of primary corresponsibility between the dog, public agency and maintainers for the term of community adoption. Thus, for example, the dog and its shelter are identified for visibility of the validity of the Program in place. Also, the involvement of NGOs, independent protectors and the community in order to disseminate and consolidate the Program. Additionally, the main impacts desired with the Program are described, in the scope of promoting animal welfare, public health, population control and social participation. The developed protocol describes in an objective way the essential characteristics of the municipality, the dogs, the maintainers, as well as the necessary information to be transmitted to the community. Thus, this work contributes to the success of the implementation of the CDP as an additional strategy for the population management of dogs, in a paradigm of one health and one welfare.

Keywords: One health. One welfare. Population management of dogs. Stray dogs.

4.1 INTRODUÇÃO

O comportamento humano é uma força poderosa da dinâmica da população canina, em associação com a capacidade reprodutiva e do acesso a recursos dos cães. O encorajamento das interações entre seres humanos e animais de maneira responsável e compensatória pode conduzir à melhoria do bem-estar animal e à redução de fontes de cães de rua. Se o bem-estar dos cães é em geral garantido e a comunidade local os tolera, é possível introduzir uma combinação de medidas para controlá-los *in situ*, como os cães comunitários ou cães de comunidade (ICAM, 2007).

No Brasil, cães que vivem nas ruas e recebem um nome e cuidados dos moradores locais, como alimentação e abrigo, passam a conviver com a população. Tais cães são classificados como comunitários (RÜNCOS, 2014). Dessa forma, os cães comunitários são uma realidade no Brasil, constituindo uma categoria passível de ser monitorada a partir do seu local de permanência e de seu forte vínculo com a comunidade local. Adicionalmente, sob o ponto de vista de bem-estar único e de saúde única (MILLS, 2012), a presença do cão comunitários está associada a um menor fluxo da população canina, conforme recomendação da OMS (WHO, 2005), a uma barreira sanitária e a uma barreira reprodutiva (MOLENTO, 2014), de forma que os cães comunitários oferecem serviços à comunidade.

Diante disso, os municípios pioneiros a aplicarem o conceito do cão comunitário e seu cadastramento, por intermédio do setor público no Paraná, foram Araucária no período de 2008 e 2011, Campo Largo com início em 2010 e Curitiba com início em 2013, ambos mantidos até o presente. Em Campo Largo, a proposta do cão comunitário originou-se no Setor de Controle de Zoonoses e Bem-estar Animal da Secretaria de Saúde do município, a partir do projeto “Cuide de Seu Animal”. Em Curitiba, o projeto “Cão Comunitário” foi uma iniciativa da Rede de Defesa e Proteção Animal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Os projetos foram semelhantes nas duas cidades (RÜNCOS, 2014), envolvendo identificação de cães de rua mantidos pela comunidade que apresentem um vínculo com os moradores locais. Tais cães foram então cadastrados junto à prefeitura como comunitários. Identificou-se um mantenedor comprometido com o cão, no sentido de observar o animal diariamente, fornecer alimento, carinho e atenção. Os dados do mantenedor foram registrados associados aos dados do cão. O mantenedor assinou um cadastro e recebe um termo, assumindo formalmente as responsabilidades citadas de comprometimento com o cão

e de comunicar ao setor responsável quaisquer ocorrências relevantes. O órgão público assumiu as responsabilidades de castrar, vacinar, controlar parasitas, identificar com microchip e manter assistência veterinária permanente.

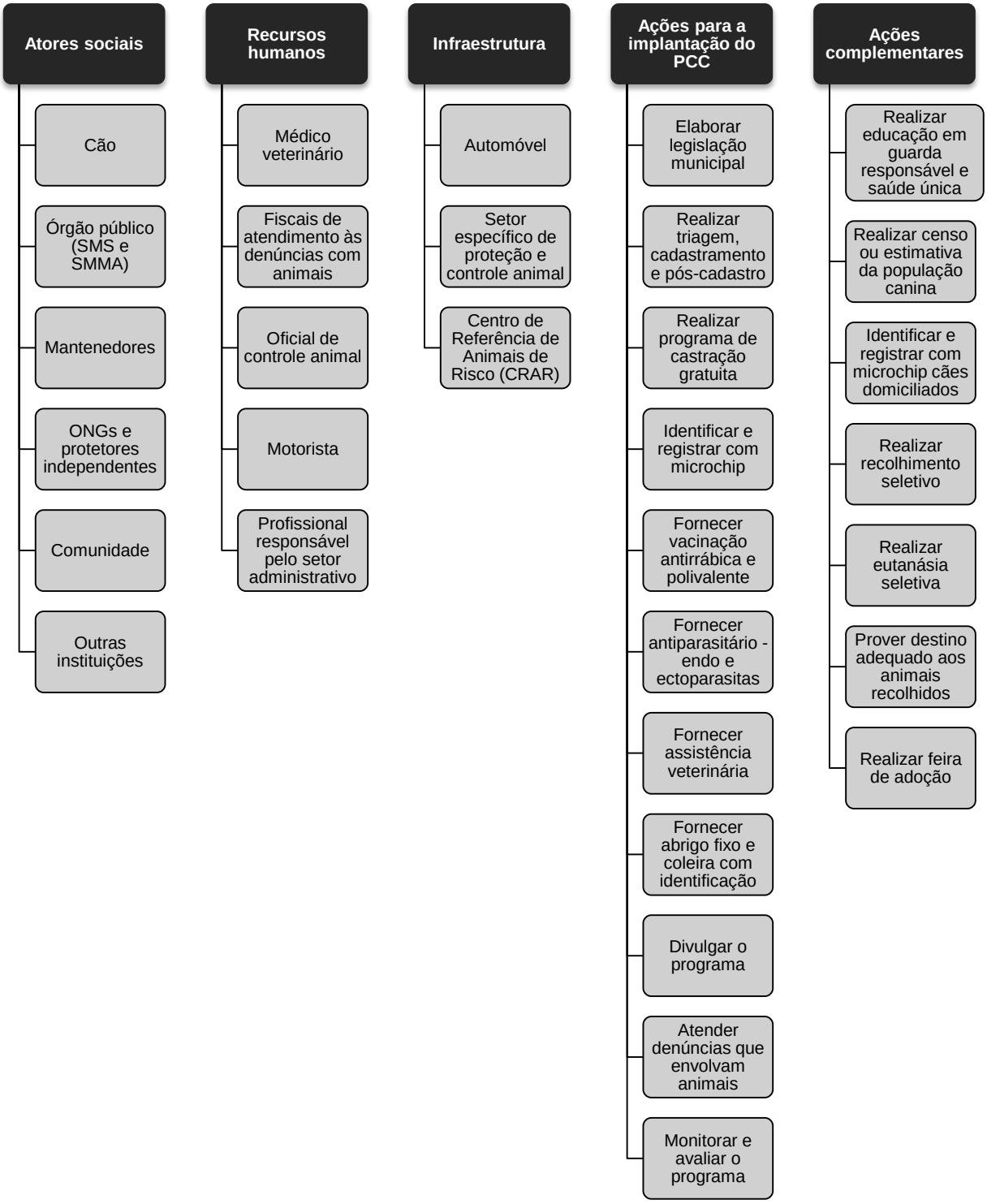
Em termos legislativos, além do Estado do Paraná (Lei nº 17.422/2012), também houve iniciativa de regulamentar o animal comunitário em outros Estados brasileiros, como: Rio de Janeiro (Lei nº 4.956/2008), São Paulo (Lei nº 12.916/2008), Porto Alegre (Lei nº 13.193/2009) e Pernambuco (Lei nº 14.139/2010). No entanto, a legislação referente ao animal comunitário é generalista e não especifica os órgãos competentes e responsáveis pelas ações necessárias. Adicionalmente, a eliminação de cães de rua não favorece o controle populacional, e o reconhecimento de que matar um cão porque ele se encontra em condição de abandono não é aceitável no âmbito ético (MOLENTO, 2014), técnico e econômico (INSTITUTO PASTEUR, 2000).

Diante do exposto, buscou-se com o presente trabalho desenvolver um protocolo para nortear a implantação do Programa Cão Comunitário (PCC), de forma a promover uma estratégia adicional para favorecer um manejo populacional efetivo, compassivo e em harmonia com os conceitos de saúde e bem-estar únicos.

4.2 DESENVOLVIMENTO E DESCRIÇÃO DO PROTOCOLO DE IMPLANTAÇÃO DO PCC

4.2.1 Perfil do município para a implantação do PCC

A figura 11 apresenta requisitos essenciais para a implantação do PCC, incluindo aspectos de planejamento e organização nos âmbitos de atores sociais, recursos humanos, infraestrutura, ações para a implantação do Programa e ações complementares para um contexto mais amplo de manejo populacional de cães.



SMS = Secretaria Municipal de Saúde; SMMA = Secretaria Municipal de Meio Ambiente

FIGURA 11 – REQUISITOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO, DE ACORDO COM A EXPERIÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO EM CINCO MUNICÍPIOS PARANAENSES NO ANO DE 2016.

Tais requisitos são de interesse pois condizem com as necessidades administrativas e técnicas para a implantação do Programa os quais serão descritos neste trabalho. Adicionalmente, a realização de ações complementares

concomitantemente às ações primárias do Programa, conforme às demandas em campo. Dessa forma, o Programa tem potencial para servir como uma estratégia adicional para o manejo populacional de cães, por englobar ações essenciais para este fim, conforme a literatura (ICAM, 2007; GARCIA, CALDERÓN, FERREIRA, 2012; WAP, 2016).

4.2.2 Etapas para a implantação do PCC

A implantação do PCC pode ser organizada em quatro etapas: pré-triagem, triagem, cadastramento e pós-cadastro. As etapas contemplam o início da implantação do PCC, considerando uma situação em que o poder público tenha atingido clareza acerca dos benefícios do PCC para o manejo populacional de cães e a decisão de adoção do Programa esteja consolidada com toda a equipe responsável. Caso tal decisão não tenha sido tomada ou ainda se encontre frágil, pode ser útil a organização de eventos e consultas educativas com profissionais da área de bem-estar animal e saúde única.

4.2.2.1 *Pré-triagem*

Antes de iniciar o PCC em si, é necessária a preparação de uma série de documentos: fichas de triagem e de cadastro, planilha física dos procedimentos veterinários a serem realizados nas visitas, planilha em Excel para facilitar registro e consulta de dados, termo de adoção comunitária, orientações aos mantenedores sobre o Programa e o bem-estar do cão, comprovante de cadastro e ficha de acompanhamento do cão.

As fichas de triagem, cadastro e planilha física de procedimentos veterinários são para auxiliar as visitas presenciais e consultas posteriores ao banco de dados. O termo de adoção comunitária é para formalizar a parceria entre órgão público e comunidade local, e o consentimento das responsabilidades dos envolvidos no programa. Tal documento pode ser adaptado de acordo com a realidade do município. A fim de respaldar os mantenedores diante reclamações de moradores local por fornecer cuidados a um cão em situação de rua, cadastrado pela prefeitura, o comprovante de cadastro é entregue ao mantenedor, bem como ficha de

acompanhamento do cão para registro no âmbito sanitário, como administração de medicamento.

Nesta etapa há, ainda, o trabalho de levantamento de cães para a triagem. O levantamento pode ser feito a partir dos cadastros existentes nas secretarias, como dos programas de castração e de denúncias de abandono, ou pela busca de moradores e outros membros da comunidade cuidando de animais na rua. O contato com organizações não governamentais (ONGs) e protetores independentes também é importante, pois em geral conhecem as situações existentes em maior detalhe. No caso dos municípios estudados por Almeida (2017), as informações para potenciais cães para triagem foram obtidas a partir de dados da Secretaria Municipal de Saúde (30%), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (10%), de moradores locais (20%) e de ONGs e protetores independentes (40%).

O planejamento de ações educativas para cada bairro onde haverá manutenção de cães comunitários é relevante. Quando toda a comunidade entende o PCC, as chances de sucesso aumentam, devido à diminuição de interferência negativa de outros moradores e aumento de apoio ao PCC. Destruição ou furto do abrigo do cão, por exemplo, pode ser evitado se no mínimo os moradores da quadra onde o cão vive forem informados da presença e importância de um cão comunitário local. Então, a partir da familiarização da comunidade com o cão, maus-tratos podem ser reduzidos e até mesmo informar outras pessoas que o cão é cadastrado, castrado e vacinado pela prefeitura,

4.2.2.2 *Triagem dos animais*

A triagem dos animais é de competência dos profissionais do órgão público, pois cães em situação de rua são relevantes para a saúde pública (BRASIL, 2016). A triagem inclui uma visita ao local em que o cão reside, a fim de verificar as informações fornecidas pelos entrevistados e acrescentar detalhamento. Para a primeira visita, o material necessário inclui petiscos para o cão, ficha de triagem, câmera fotográfica. Durante a triagem é possível observar o comportamento do cão na presença dos profissionais, bem como sua relação com os mantenedores e a comunidade. O reconhecimento da comunidade de que o cão não possui tutor, que se encontra em situação de rua e tem vínculo com as pessoas do local é fundamental nesta etapa. Para uma abordagem adequada ao animal, é importante observar o comportamento

do cão, verificando a possibilidade de aproximação espontânea do animal ou de atração por meio de estímulos positivos como por exemplo alimentos de alta palatabilidade (ITEC, 2012). A abordagem deve ser gentil, mantendo voz baixa e atitude indutora de interpretação positiva pelo cão e em especial não assustadora ou de enfrentamento (ITEC, 2012), como na figura 12.

FIGURA 12 – ABORDAGENS AOS CÃES COMUNITÁRIOS DURANTE A ETAPA DE TRIAGEM DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO.

Durante as visitas, conforme figura 13, são coletadas as informações constantes na ficha de triagem (APÊNDICE 4), pois se trata de um documento para nortear a coleta de dados. Assim ocorre a construção de um banco de dados organizado e constante para todos os animais visitados, permitindo consulta posterior, inclusive acerca de cães não incluídos no Programa.

FIGURA 13 – ENTREVISTAS COM MORADORES DURANTE A ETAPA DE TRIAGEM DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO.

Os critérios para a inclusão de um cão e seus mantenedores no PCC, de acordo com Almeida (2017), estão descritos e justificados na tabela 8. O cão deve viver exclusivamente na rua*, ter local de permanência estabelecido, ter vínculo local de no mínimo um ano*, não apresentar histórico de mordedura, não perseguir moto, carro, bicicleta ou transeunte*, ter abrigo fixo (casinha)**, ter porte preferencialmente pequeno a médio, não ser de raça considerada potencialmente agressiva, ter idade na faixa etária de adulto ou idoso. Se os critérios identificados com (*) estiverem ausentes, os cães permanecem com *status* “em acompanhamento”, e se ausentes aqueles identificados com (**), os cães permanecem com *status* “em espera”, até que se regularize sua situação. Os mantenedores não devem apresentar perfil de acumulador ou morador de rua, ter endereço fixo, entender as bases do PCC, se dispor a assinar o termo de adoção comunitária. São sugeridos no mínimo dois mantenedores por cão. Também se espera auxílio dos mantenedores no sentido de estabilizar e monitorar o número de cães no local.

TABELA 8 – CRITÉRIOS E JUSTIFICATIVAS DO PERFIL DE CÃES E MANTENEDORES UTILIZADOS DURANTE A ETAPA DE TRIAGEM PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO.

Critérios de triagem	Justificativas
Cão	
1) Viver exclusivamente na rua	Cão comunitário é um cão em situação de rua
2) Possuir um local de permanência estabelecido	Vínculo estabelecido com a comunidade e facilita o monitoramento do cão.
3) Vínculo com a comunidade de no mínimo um ano	Vínculo mais estável com a comunidade; Alta expectativa de vida do cão comunitário (MANTOVANI, 2016)
4) Não apresentar histórico de mordedura	Questões de saúde pública e o não favorecimento de marketing do Programa
5) Não apresentar comportamento de perseguição a carros, motos, bicicletas e transeuntes.	Fornecimento de riscos aos próprios cães e às pessoas da comunidade
6) Possuir abrigo fixo	Todos os animais devem ter abrigo para proteção contra intempéries climáticas e um local confortável para descanso (FAWC, 1979).
7) Mínimo dois mantenedores por cão	Segurança de que o cão será mantido mesmo se houver óbito ou mudança de local de um dos mantenedores.
8) Idade – adulto e idoso	Filhotes são vulneráveis do ponto de vista sanitário e de maturidade para sobreviverem nas ruas
9) Porte – pequeno a médio	Maior aceitação pelas pessoas, em função do menor receio de serem mordidas, quando comparadas aos de grande porte.
10) Raça	Exceção das raças consideradas potencialmente agressivas
Mantenedores	
1) Não apresentar perfil de acumulador	Questões de saúde pública e o não favorecimento de marketing do Programa; Necessidade de um programa específico para este perfil
2) Não apresentar perfil de morador de rua	Perfil nômade - dificulta o acompanhamento do animal; Necessidade de um Programa específico para este perfil
3) Manutenção do cão em vigência	Vínculo com o cão estabelecido
4) Assinar o termo de adoção comunitária	Compreensão e consentimento das ações do Programa, inclusive de suas responsabilidades.

Há uma meta de tornar a abordagem adequada do público um dos diferenciais do Programa, quebrando o paradigma da época em que havia a carrocinha com recolhimento e matança. Tal paradigma está na consciência das pessoas e se expressa com frases do tipo: “Vocês vão levar o cão?”. Um componente essencial do PCC é a construção de novos conceitos, exemplificados pela parceria da prefeitura com a comunidade para favorecer o bem-estar do cão comunitário, o manejo da população canina e a prevenção de doenças caninas e humanas. A explicação clara

e objetiva sobre a importância do Programa para a comunidade e o cão visa obter a compreensão e a colaboração do público. A conduta e a postura do profissional, sendo positivo nas atitudes, simpático com o público e compassivo com todos os animais, contribuem para conquistar a confiança das pessoas (ITEC, 2012).

A fim de explicar o Programa e sua importância para os mantenedores, as secretarias responsáveis podem desenvolver oficinas, cartilhas informativas, sobre o PCC, guarda responsável e bem-estar animal, e oferecer aos mantenedores e à comunidade local. Também é relevante apresentar as ações realizadas pela prefeitura para o manejo populacional de cães no município. A colocação de placas apresentando os cães e os objetivos do PCC é também recomendável. A educação sobre o PCC é essencial pois melhora a participação de todos e minimiza o potencial de conflitos. Ainda, o número de pessoas monitorando os cães aumenta e toda a proposta se torna mais efetiva. De forma mais profunda e de longo-prazo, toda a educação referente ao PCC colabora para que a comunidade se encaminhe na direção da guarda responsável, que constitui a solução primordial para o problema do descontrole da população canina (WHO e WSPA, 1990; ICAM, 2007).

4.2.2.3 *Cadastramento dos animais*

A etapa de cadastramento dos cães e de seus respectivos mantenedores é realizada após a triagem presencial. Para a visita, o material necessário inclui petiscos para o cão, ficha de triagem e cadastro para confirmação dos dados, câmera fotográfica, cordinha e focinheira para a realização dos procedimentos veterinários, luva de procedimentos, microchip, vacinas, vermífugo e um kit ambulatorial para eventuais casuísticas, como limpeza de ferimentos. Esta etapa consiste no agendamento de nova visita para sua realização, preenchimento da ficha de cadastro (APÊNDICE 5), registro com foto do cão e avaliação do grau de bem-estar do animal por meio de um conjunto de indicadores (BROOM e MOLENTO, 2004; HAMMERSCHIMIDT e MOLENTO, 2014; RÜNCOS, 2014). A partir da avaliação detalhada de cada cão, é possível fornecer recomendações individualizadas aos mantenedores e auxiliar no aprimoramento das exigências do Programa por parte dos órgãos responsáveis.

Além disso, o Termo de Adoção Comunitária (APÊNDICE 6) é apresentado aos mantenedores para assinatura. Ainda há o comprovante do cadastro (APÊNDICE 7)

do cão no Programa pelo poder público, o qual ampara tanto o animal quanto o mantenedor perante a comunidade. Juntamente com o comprovante é entregue a ficha de acompanhamento (APÊNDICE 8) para o preenchimento de procedimentos como por exemplo, da administração do reforço do vermífugo pelo mantenedor.

Em relação ao comportamento de perseguição, apesar de poder ser considerado um critério complexo, por suas características intrínsecas e por sua alta prevalência, a apresentação de tal comportamento pode comprometer a inclusão de um grande número de cães no Programa. Portanto, caso haja viabilidade, se sugere a criação da categoria “cães em acompanhamento”, para promoção de um monitoramento mais intenso e medidas de contra condicionamento no sentido de mitigar tal comportamento e permitir a manutenção dos cães no Programa. Avaliação individual da frequência de perseguição de cada cão seria uma alternativa (KWOK et. al., 2016). Afinal, cães podem apresentar comportamentos agonísticos, predatórios e de perseguição, que são comportamentos naturais dos cães (BEAVER, 2009).

4.2.2.4 *Pós-cadastro*

Após o cadastramento dos animais e de seus respectivos mantenedores, há a realização dos procedimentos veterinários e a vigência da corresponsabilidade dos envolvidos para a manutenção do PCC.

4.2.2.4.1 *Procedimentos veterinários com os animais do Programa*

Essa fase envolve identificação, registro com microchip e avaliação veterinária do animal, administração de antiparasitários e vacinação. Esses procedimentos podem ser realizados no mesmo dia do cadastro. Procede-se também assistência veterinária, se necessário, e o agendamento para a esterilização cirúrgica permanente. Para a realização dos procedimentos veterinários com os cães, há a necessidade de um manejo adequado, pois ao demonstrar tratamento respeitoso e cuidadoso para com os cães ajudará a encorajar posturas de empatia e respeito pela população local. É preciso ter atenção a quaisquer elementos da intervenção que possam ser vistos como comportamento irresponsável ou descuidado (ICAM, 2007). Além disso, com o manejo adequado o cão passa a ter confiança em quem o faz. Animais debilitados que precisaram de assistência veterinária, foram atendidos.

Os cães selecionados para a implantação do PCC passam por avaliação física no seu local de permanência. Sua identificação é realizada com auxílio de microchip. O microchip é aplicado na região dorsal, na base do pescoço, contendo informações referentes aos mantenedores, assim como às características do próprio animal, as quais são consolidadas em sistema informatizado próprio da prefeitura municipal local. É aconselhável que a implantação do microchip ocorra durante a vigência da anestesia da cirurgia de esterilização. Somente no caso de animal previamente esterilizado o microchip é inserido sem anestesia.

No dia da avaliação do animal, é realizada a administração de antiparasitários para ectoparasitas, como pulgas e carrapatos, por *pour-on* ou *spray*, e endoparasitas, por via oral (Figura 14A). As vacinas polivalente e antirrábica são administradas somente em animais saudáveis (Figura 14B). Quando o animal apresentar algum problema de saúde, o mantenedor é orientado quanto ao tratamento adequado. Em situações de maiores complicações clínicas, o animal será recolhido e encaminhado à prefeitura municipal local, caso haja estrutura para atendimento clínico-cirúrgico, ou às clínicas veterinárias particulares conveniadas para tratamento e recuperação.

FIGURA 14 – PROCEDIMENTOS VETERINÁRIOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, VIA REDE DE PROTEÇÃO ANIMAL, COM OS CÃES COMUNITÁRIOS CADASTRADOS DOS TERMINAIS DE ÔNIBUS DO MUNICÍPIO. (A) DESVERMINAÇÃO, (B) VACINAÇÃO
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA (2015)

A assistência veterinária aos cães comunitários do Programa deve ser de pronto atendimento durante o ano inteiro e de frequência anual, de acordo com a solicitação do mantenedor. No entanto, as principais dificuldades nesse âmbito estão relacionadas com os trâmites burocráticos e logísticos para a obtenção de infraestrutura suficiente para o atendimento de urgências médicas. Dessa forma,

parece interessante credenciar clínicas veterinárias ou universidades para atendimentos de complexidade moderada e grave. As enfermidades de complexidade leve e moderada, como procedimentos ambulatoriais para a retirada de miíase ou tratamento de sarna, podem ser de responsabilidade de médico veterinário da prefeitura.

Os mantenedores tem a responsabilidade de monitorar a saúde do animal e realizar ações pré-estabelecidas por prescrição do médico veterinário da prefeitura, como a administração de antiparasitários regularmente. O município tem a atribuição de fornecer o medicamento antiparasitário. O controle de endo- e ectoparasitas deve ser sistematicamente realizado em razão do comprometimento da saúde do animal e pelo papel que eles exercem como vetores de agentes de zoonoses (INSTITUTO PASTEUR, 2000).

A esterilização cirúrgica é realizada em animais saudáveis pela prefeitura municipal ou por clínica veterinária particular conveniada. Os mantenedores são orientados pela equipe da prefeitura sobre a importância, os benefícios e os riscos do procedimento cirúrgico, bem como os cuidados necessários no pré- e no pós-operatório. O agendamento das castrações dos cães se caracteriza pela boa condição de saúde do animal; possibilidade de transporte do animal na data agendada, incluindo data de remoção dos pontos para alta cirúrgica; local para a realização dos cuidados no pós-operatório; possibilidade de aquisição do colar de proteção (colar elizabetano) ou roupa de malha e medicação pós-operatória.

No dia do cadastramento são negociadas as responsabilidades quanto o transporte para castração e retirada de pontos, e quanto ao local do pós-operatório do cão, confirmando-se no dia do agendamento. O ideal seria que os mantenedores providenciassem principalmente o local para o pós-operatório, uma vez que os cães são familiarizados com eles e a prefeitura pode não ter local apropriado para intervir. Contudo, para os casos em que os mantenedores não tenham condições de oferecer transporte e local para o pós-operatório, sugere-se que as prefeituras intervenham provendo o necessário.

As etapas de pré- e pós-operatório são tão importantes quanto a cirurgia propriamente dita, portanto, a responsabilidade também é do órgão público. O pré-operatório caracteriza pelo jejum hidroalimentar de 8 a 12 horas e a observação clínica relacionada com o estado geral do animal realizados por médicos veterinários da prefeitura local ou de clínicas credenciadas. O pós-operatório imediato é realizado no

local da cirurgia. Após retorno anestésico, o animal é entregue ao mantenedor para o cuidado de pós-operatório com prescrição médica. O mantenedor é orientado a colocar no animal colar elizabetano ou malha e mantê-lo em espaço restrito, e responsável pelo curativo até a remoção dos pontos. No entanto, há alternativas de suturas cirúrgicas e a medicação injetável que viabilizam o pós-operatório do animal.

4.2.2.4.2 Os atores sociais envolvidos e a corresponsabilidade na implantação do Programa Cão Comunitário

Cão comunitário

O cão é o principal ator social do Programa, pois a partir dele surgiu a motivação para desenvolver um protocolo para o PCC. Além de representar a transposição para a vida prática dos preceitos constitucionais, detém a importância de barreira reprodutiva e sanitária, cidadania, saúde única, barreira física ao fluxo de cães, psicossocial de interação, comportamento cooperativo, responsabilidade, e fortalecimento do tecido comunitário. Torna-se indispensável portanto a caracterização do animal comunitário como figura integrante da vida urbana.

O cão passa pelas etapas de triagem, cadastramento e procedimentos veterinários, entretanto apenas estas ações não são suficientes para alcançar os impactos desejados com o Programa. É necessário que as pessoas saibam que o cão comunitário existe e entendam sua importância. Por isso, algumas estratégias para dar visibilidade ao trabalho são, entrega de cartilhas informativas e de cartas de parabenização aos moradores por terem em sua rua um cão comunitário; divulgação no *site* da prefeitura e em rede social, identificação visual do cão com coleira e fixação de placas de identificação nas casinhas, informando que o cão participa do Programa. Quanto à coleira e à placa de identificação das casinhas, é interessante uma padronização no município para maior impacto e credibilidade por parte da população. Um modelo de coleira que valeria aos comunitários seria do tipo refletiva a fim de prevenir acidentes, e com fecho tipo lacre para dificultar o furto (Figura 15).

FIGURA 15 – MODELO DE COLEIRA COM LACRE PARA CÃES COMUNITÁRIOS NOS TERMINAIS DE ÔNIBUS EM CURITIBA, PARANÁ.
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA (2016)

Órgão público

De acordo com a legislação brasileira vigente, a tutela de todos os animais sem proprietário existentes no país é do Estado (BRASIL, 1934). As Secretarias Municipais de Saúde (SMS) e de Meio Ambiente (SMMA) dos municípios foram as duas principais frentes escolhidas para liderar o Programa. No Brasil, as SMSs e as SMMAs são responsáveis, respectivamente, pela implementação das atividades de monitoramento de zoonoses, agravos e situações de risco à saúde pública e pelo atendimento e gerenciamento das atividades de monitoramento, proteção e controle ambiental voltadas aos animais. Dessa forma, ambas as Secretarias têm atribuições que se relacionam com o controle da população canina.

As atribuições das Secretarias em relação ao Programa são triagem e cadastramento dos animais, procedimentos veterinários, transporte para castração, local e medicação do pós-operatório dependendo da situação dos mantenedores, assistência veterinária de pronto atendimento, divulgação do Programa, bem como padronização da coleira e da placa de identificação do Programa no abrigo fixo (Figura 16); e fornecimento ou apoio na aquisição do abrigo. Ainda, eventuais adequações à legislação municipal, pois é importante que as ações sejam regulamentadas a fim de garantir sua realização continuada, independentemente da gestão. Assim, o envolvimento dos Conselhos Municipais de Saúde e de Meio Ambiente para a aprovação e a liberação de verba do Programa são imprescindíveis.

FIGURA 16 – MODELOS DE ABRIGO FIXO COM PLACA DE IDENTIFICAÇÃO IDEALIZADOS PELA PREFEITURA PARA CÃES COMUNITÁRIOS DO PROGRAMA. (A) TORRES, RS, (B) PORTO ALEGRE, RS
FONTE: (A) SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE TORRES (2015), (B) SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS DE PORTO ALEGRE (2016)

Mantenedores

O comportamento humano é fator-chave para o sucesso do Programa. Por isso, é importante que os mantenedores não somente tomem conhecimento das intervenções, mas que também as compreendam amplamente e se engajem em todos os aspectos relevantes (ICAM, 2007).

As atribuições dos mantenedores são o fornecimento de alimentação e de água fresca diariamente, garantia e manutenção das condições do abrigo para o cão, cuidados sanitários para o cão, se possível, transporte de ida e volta ao local da esterilização cirúrgica e para a retirada de pontos; local do pós-operatório, e notificação à prefeitura de quaisquer ocorrências com o animal, principalmente adoção e óbito do animal.

A orientação aos mantenedores sobre o fornecimento adequado de alimentação e de água aos animais do Programa é fundamental. Comedouros e bebedouros são locais apropriados para o fornecimento de alimentação e água, respectivamente, com manutenção permanente de condições adequadas de limpeza, bem como do local de permanência do cão (Figura 17). A frequência de alimentação e de troca de água é de, no mínimo, duas vezes ao dia; a alimentação deve ter horários estabelecidos, criando uma rotina para o cão, e permitindo o recolhimento de restos de comida. A permanência descontrolada de comida é prejudicial, pois pode atrair

outros cães e animais de outras espécies, como roedores. Há relatos de furtos de comedouros e bebedouros de cães comunitários. Na tentativa de evitar tais ações, podem ser instalados modelos fixos. Caso se opte por esta alternativa, especial atenção é necessária à limpeza, que pode ficar dificultada.

FIGURA 17 – MANUTENÇÃO DO LOCAL DE PERMANÊNCIA DE CÃES COMUNITÁRIOS SEMPRE LIMPO PELOS MANTENEDORES DO MUNICÍPIO DE PINHAIS, PARANÁ.

O não provimento de alimentação adequada, água, abrigo, espaço e cuidados sanitários caracteriza negligência (MERCK, 2007; MUNRO e MUNRO, 2008) e estabelece limitações ao grau de bem-estar dos animais (KYRIAZAKIS e TOLKAMP, 2011). Ainda, a negligência se enquadra como crime de maus-tratos (McMILLAN, 2005) e é ilegal também no caso de cães comunitários, que estão sob guarda compartilhada entre a prefeitura e os mantenedores.

O abrigo do tipo casa é o mais adequado, por oferecer proteção contra as intempéries do clima. Entretanto, é necessário cuidado ao escolher a localização do abrigo, evitando locais com fluxo intenso de automóveis e condições desfavoráveis de incidência solar e vento, por exemplo, podem culminar com exposição a temperaturas fora do conforto térmico ou fluxo de ar e chuva mesmo no interior da casa. Ainda, ao providenciar o abrigo, é interessante buscar alternativas, como a fixação das casinhas ao chão ou utilizando cadeados, como também de placas demarcando propriedade do município, a fim de minimizar a ocorrência de furtos e garantir abrigo aos cães.

ONGs e protetores independentes

As ONGs e os protetores independentes podem contribuir por causa da familiaridade que têm com a comunidade, tanto no âmbito de sofrimento das pessoas quanto dos animais (ITEC, 2012). Ainda, desempenham papel fundamental na mudança de paradigmas do manejo populacional de cães, promovendo discussão ética, na qual os animais estão inseridos dentro do conceito de coletividade para o desenvolvimento das ações de promoção da saúde (GARCIA, 2007). Dessa forma, a contribuição desses atores pode se constituir em divulgar o Programa, auxiliar os mantenedores e facilitar a manutenção do diálogo amplo entre a comunidade e o poder público, por exemplo, como iniciadores de demandas legislativas e para o poder executivo também. As ONGs e os protetores independentes ainda exercem papel essencial no monitoramento das ruas, reconhecendo situações potenciais para o cadastramento de novos cães no PCC.

Outros

A comunidade também pode participar e contribuir para o sucesso do Programa, com o apadrinhamento voluntário do cão comunitário, doação de casinha e/ou de ração regularmente para apoiar os mantenedores, e fornecendo local para o pós-operatório dos cães do Programa. Ainda, há relatos de organização de arrecadação de verba em colaboração por vários membros da comunidade para se atingir o recurso financeiro necessário.

A Secretaria Municipal de Educação (SME), os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs), o Departamento de Trânsito (Detran) e os Correios são exemplos de instituições públicas que também podem fazer parte do Programa futuramente. A SME e os NASFs podem contribuir diretamente para a área da educação a partir dos âmbitos de guarda responsável, bem-estar animal, saúde única e divulgação do Programa. O Detran e os Correios podem fornecer suporte com campanhas para o controle de velocidade em vias públicas onde existam cães comunitários e orientação aos profissionais de entrega de correspondência para não subirem nas calçadas com motos e bicicletas, respectivamente. Pois, além de infringir as normas de trânsito, também há risco aos funcionários e aos animais, porque os cães podem se sentir ameaçados e, consequentemente, manifestarem comportamentos agressivos.

4.2.2.4.3 Monitoramento e avaliação por meio de indicadores

O monitoramento do local de permanência dos cães comunitários é tão essencial quanto o seu próprio monitoramento. O aparecimento e permanência de novos cães no local implica também em se fazer um controle sanitário e reprodutivo destes animais, os quais podem ser cães com potencial de comunitário e futuramente serem incluídos no Programa.

A utilização de indicadores é importante para monitorar e avaliar o sucesso do Programa (ICAM, 2007), os quais fornecem confiabilidade às pessoas de que o Programa está alcançando seus objetivos, ou seja, os impactos desejados. O manual produzido pela *International Companion Animal Management Coalition* em 2015, intitulado "*Are we making a difference?"*, pode ser utilizado como referência na utilização dos indicadores. A aplicação do manual, adaptada para cães comunitários, foi realizada no estudo de Mantovani (2016), no município de Araucária, Paraná. Como o PCC é uma proposta inovadora, considera-se importante que o monitoramento por indicadores gere publicações disponíveis publicamente, para que os resultados sejam incorporados ao aprimoramento contínuo e inserção de novas metas do Programa.

4.3 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

4.3.1 Locais para manutenção de cães comunitários

Os cães comunitários podem criar vínculos em ambientes residencial, comercial, terminais de ônibus, *campi* de universidades, escolas, entre outros locais. Portanto, o conhecimento do protocolo diante dos variados cenários requer bom senso para as adequações que se façam necessárias em cada caso. Em terminais de ônibus e *campi* de universidades, por exemplo, o uso de coletes personalizados pelos mantenedores com chancela da prefeitura lhes proporcionam um estado diferencial perante a sociedade principalmente do âmbito de promoção da relação ser humano-animal e guarda responsável. Adicionalmente, a implantação do Programa em escolas pode ser vinculado ao projeto pedagógico, no qual professores trabalham em sala de aula temáticas relativas aos animais (Figura 18).

FIGURA 18 – ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ANTÔNIO HERÁCLIO DO REGO, EM ÁGUA FRIA, RECIFE (PE), COM A PROFESSORA JULIANA RAMOS E OS CÃES COMUNITÁRIOS JÚLIA E JÚLIO. – PROJETO CÃOLEGA
FONTE: PREFEITURA DE RECIFE (2015)

4.3.2 Diagnóstico do local e o manejo populacional de cães

O PCC possibilita diagnosticar a situação do local em que o cão vive, elencando os desafios encontrados e as ações necessárias para aprimorar o manejo populacional de cães. Por exemplo, é possível a identificação de cães semi-domiciliados, definidos como cães que têm tutores mas têm livre acesso à rua sem supervisão. A identificação de cães nessa categoria é essencial pois pode ser fonte significativa de cães em situação de rua (ICAM, 2007).

Uma estratégia para contornar a existência de cães semi-domiciliados nas ruas é tornar obrigatória a identificação com o microchip e o registro dos cães domiciliados, principalmente em logradouros com cães comunitários do Programa. Assim, o tutor não pode negar que o cão está em sua guarda. Os tutores que não cumprirem as disposições legais relativas ao registro devem estar conscientes da infração e das consequentes multas às quais estão sujeitos (INSTITUTO PASTEUR, 2000). Ainda segundo o Instituto Pasteur (2000), as multas, taxas de registro e de licença recolhidas pelo órgão público podem corresponder ou superar os valores investidos no financiamento das atividades de controle, manejo e alojamento de animais apreendidos em vias públicas. A significativa proporção de cães abandonados por

antigos moradores pode ser atenuada por maior rigor na aplicação da legislação de maus-tratos aos animais (BRASIL, 1998).

4.3.3. Impactos desejados do Programa Cão Comunitário

Os impactos desejados com a manutenção de cães comunitários pelo Programa referem-se à promoção do bem-estar animal, controle populacional, saúde pública e participação social.

Cães comunitários, por serem livres para se movimentar, têm a possibilidade de praticar atividades de seu repertório comportamental natural. Tal possibilidade inclui comportamentos de alta motivação e, portanto, relevantes do ponto de vista do bem-estar animal (DAWKINS, 1988). Essas possibilidades são por vezes restritas a cães em ambientes domiciliares (YEATES, 2012; HOUPT et al., 2007). Uma vez que se investe em saúde e castração, espera-se aumentar a expectativa de vida dos animais, removendo assim restrições de bem-estar animal. Ainda, os estudos vem demonstrando que o grau de bem-estar de animais comunitários no Estado do Paraná é de regular a alto (SANT'ANNA, 2010; RÜNCOS, 2014; KWOK et. al., 2016; MANTOVANI, 2016 e COSTA, 2016).

Uma das principais motivações e intenções com a manutenção de cães comunitários é a de colaborar para um controle populacional de cães de rua que seja efetivo, compassivo e ocorra no âmbito da saúde e do bem-estar únicos.

Os cães comunitários estabelecem um vínculo com as pessoas que moram na região e também protegem parte da rua como seu território. Dessa forma, não permitem a permanência de outros cães no local, minimizando a aglomeração e o fluxo de cães nas ruas (MOLENTO, 2014). A diminuição do fluxo associada a uma população de cães de rua em situação de esterilização cirúrgica sugerem uma visão de diminuição da população em médio-prazo, desde que haja uma amplitude geográfica razoável para as ações elencadas. Parece minimamente necessária uma iniciativa que abranja todos os bairros de um município, assim como municípios adjacentes.

Os cães comunitários do Programa recebem tratamento médico veterinário preventivo e de suporte. Assim, os animais se mantêm saudáveis e os riscos de zoonoses são minimizados. Com cães estéreis, saudáveis e permanentes em determinada localização, espera-se que eles ocupem um nicho ecológico que, se

disponível, atrairia animais desconhecidos. A disseminação de doenças é favorecida pela presença de cães em baixo grau de bem-estar e pela chegada constante de animais de outras localidades; tais cenários são coibidos pelo PCC. Ainda, as ações proporcionadas pelo poder público por meio do PCC podem constituir um bom exemplo à população no sentido da promoção da guarda responsável (RÜNCOS, 2014). Assim, com o monitoramento desses cães pelo Programa, é possível fazer um levantamento das casuísticas advindas das categorias de cães podendo contribuir com condutas de prevenção e controle de ataques e mordeduras.

Os objetivos pretendidos pela implantação do PCC dependem de interação entre a ação governamental e a comunidade, conscientizando a população para uma convivência harmoniosa com os animais.

4.4 CONCLUSÃO

O protocolo desenvolvido, robusto e efetivo, descreve de maneira objetiva as características essenciais do município, dos cães, dos mantenedores, assim como a informação necessária a ser transmitida à comunidade. Adicionalmente, a descrição das etapas necessárias à implantação de um PCC tem potencial para facilitar e aumentar o sucesso da implantação do PCC como estratégia adicional para o manejo populacional de cães, atendendo uma demanda concreta por parte de algumas prefeituras brasileiras. A pretendida adoção do PCC por um maior número de prefeituras, caso se verifique na prática, merece acompanhamento de pesquisa, pois proverá oportunidades de aprimoramento do próprio Programa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. T. **Adoção do Programa Cão Comunitário como estratégia adicional para o manejo populacional de cães no Paraná. Capítulo III: Implantação do Programa Cão Comunitário em cinco municípios do Paraná.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BEAVER, B. V. **Canine Behavior: insights and answers**. Sauders Elsevier, 315 p, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Cap. V. Seção I. Dos crimes contra a fauna. Art. 32. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais.** 2016. Disponível em: <http://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files//Manual%20de%20vigilancia,%20prevencao%20e%20controle%20de%20zoonoses%20-%202016.pdf>. Acesso em: 18 fevereiro 2017.

BROOM, D. M.; MOLENTO, C. F. M. Bem-estar animal: conceitos e questões relacionadas – revisão. **Archives of Veterinary Science**, v. 9, n. 2, p. 1-11, 2004.

COSTA, M. F. C. **Bem-estar de cães ao cadastramento no programa cão comunitário em cinco municípios do paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Zootecnia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016

DAWKINS, M. S. Behavioural deprivation: A central problem in animal welfare. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 20, n. 3-4, p. 209–225, 1988.

FAWC. Farm Animal Welfare Council. **Five freedoms first written report.** 1979.

GARCIA, R.C.M. A influência do movimento de proteção, defesa e bem-estar animal na política pública de controle ético das populações de cães e gatos na cidade de São Paulo. In: Congresso Internacional de Bem-estar Animal, 2007. Rio de Janeiro. [Anais...], p. 63-65, 2007.

GARCIA, R.C.M, CALDERÓN, N., FERREIRA, F. Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 32, n. 2, p. 140-144. 2012

HAMMERSCHMIDT, J.; MOLENTO, C. F. M. Protocol for expert report in animal welfare in case of companion animal cruelty suspicion. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science,** v. 51, n. 4, p. 282-296, 2014.

HOUPT, K. A.; GOODWIN, D.; UCHIDA, Y.; BARANYIOVÁ, E.; FATJÓ, J.; KAKUMA, Y. Proceedings of a workshop to identify dog welfare issues in the US, Japan, Czech Republic, Spain and the UK. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 106, n. 4, p. 221–233, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>.

ICAM. International Companion Animal Management Coalition. **Humane dog population management guidance***.* 2007. Disponível em: <http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane_Dog_Population_Management_Guidance_english.pdf>. Acesso em: 14 abril 2015.

ICAM. International Companion Animal Management Coalition. **Are we making a difference? A Guide to Monitoring and Evaluating Dog Population Management Interventions.** 2015. Disponível em: <http://www.icam-coalition.org/downloads/ICAM_Guidance_Document.pdf>. Acesso em: 15 janeiro 2016.

INSTITUTO PASTEUR. Controle de população de animais de estimação. Manual técnico do Instituto Pasteur, São Paulo, SP, n. 6. 2000. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-pasteur/pdf/manuais/manual_06.pdf>. Acesso em: 12 abril 2015.

ITEC. Instituto Técnico de Educação e Controle Animal. Curso de Formação de Oficiais de Controle Animal. Apostila.14ª ed. 2012.

KWOK, E.K.Y., KEYSERLINGK, V.G.A.M., SPREA, G., MOLENTO, C.F.M. Human-animal interactions of community dogs in Campo Largo, Brazil: A descriptive study. **Journal of Veterinary Behavior**, n.13, p. 27-33, 2016.

KYRIAZAKIS, B.J.; TOLKAMP, I. Hunger and Thirst. In: **Animal Welfare**. 2nd. ed. CABI Publishing, p. 44–63, 2011.

MANTOVANI, S. L. **Relatório de estágio curricular obrigatório e artigo científico: primeira estimativa de eficácia do programa cão comunitário para a melhoria do bem-estar de cães de rua no município de araucária, paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

McMILLAN, F. D. Emotional Maltreatment in Animals. In: McMILLAN, F. F. **Mental Health and Well-being in Animals.** Iowa: Blackwell Publishing, p.167-179, 2005.

MERCK, M. D. **Veterinary Forensics: Animal Cruelty Investigations**. Wiley, 368 p. 2007.

MILLS, D.S. **One health – one welfare: psychological and physical well-being**. Proceedings of the WSAVA/FECAVA/BSAVA Congress 2012, Birmingham, UK. British Small Animal Veterinary Association, Gloucester, UK, p. 237-238, 2012.

MOLENTO, C. F. M. Public Health and Animal Welfare. In: APPLEBY, M.C., WEARY, D.M.; SANDØE, P. **Dilemmas in Animal Welfare**. Wallingford UK & Boston MA: CABI publishing, p. 102-123, 2014.

MUNRO, H. M. C.; MUNRO, R. **Animal Abuse and Unlawful Killing: Forensic veterinary pathology**. Elsevier Health Sciences UK, 124 p., 2008.

PARANÁ. Lei nº 17.422, de 18 de dezembro de 2012. Lei que dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná.

PERNAMBUCO. Lei nº 14.139, 31 de agosto de 2010. Dispõe sobre o controle de reprodução e regulamentação da vida de cães e gatos encontrados na rua no âmbito do Estado de Pernambuco.
RIO DE JANEIRO, RJ. Lei nº 4.956, 3 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o animal comunitário, estabelece normas para seu atendimento no município do rio de janeiro, e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.193, 30 de junho de 2009. Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos de rua no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RÜNCOS, L. H. E. **Bem-estar e comportamento de cães comunitários e percepção da comunidade.** 106 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SANT'ANNA, L. V. **Cão comunitário de Araucária: aspectos de bem-estar, vínculo com mantenedor e aceitação pela comunidade.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária). Universidade Tuiuti do Paraná, 2010.

SÃO PAULO. Lei nº 12.916, 16 de abril de 2008. Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.

WAP. World Animal Protection. **Humane dog management: better lives for dogs and communities.** 2016. Disponível em: < https://www.worldanimalprotection.org/sites/default/files/int_files/humane-dog-management.pdf>. Acesso em: 14 janeiro 2017.

WHO. World Health Organization. **Expert Consultaion on Rabies. First Report. WHO Technical Report Series 931.** 2005. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43262/1/WHO_TRS_931_eng.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

WHO. WSPA. World Health Organization. World Society For The Protection of Animals. **Guidelines for dog population management**. 116p, 1990. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/61417/1/WHO_ZOON_90.166.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

YEATES, J. W. Maximising canine welfare in veterinary practice and research: a review. **Veterinary journal**, v. 192, n. 3, p. 272–278, 2012.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Adoção do Programa Cão Comunitário como estratégia adicional para o manejo populacional de cães no Paraná elucidou a necessidade de implementação de estratégias para o manejo populacional de cães nos municípios do Estado e que o desenvolvimento de um protocolo inédito para a implantação do Programa pode ser uma estratégia adicional relevante, em um paradigma de saúde e bem-estar únicos.

Ressalta-se a sensibilidade do protocolo para a implantação do Programa em diferentes cenários. No entanto, para refinamento do protocolo sugere-se desenvolver propostas de adaptação para singulares situações como, por exemplo, cães comunitários em escolas e campi de universidades. Tais medidas podem oferecer um maior detalhamento sobre a tomada de decisão em cada caso, assim como, favorecer a adoção de ações que minimizem os pontos críticos observados no cenário estudado.

Os resultados do presente estudo podem auxiliar na tomada de decisão quanto à triagem e à manutenção de cães comunitários em seus locais de permanência. Sugerimos expandir os estudos para um entendimento aprofundado das motivações dos cães para a apresentação do comportamento de perseguição, a fim de se chegar ao diagnóstico comportamental individualizado. A maioria dos desafios encontrados podem ser atendidos por meio de planejamento e conhecimento por parte das Secretarias e orientações à população. Ainda, a adoção do PCC pelas prefeituras merece acompanhamento de pesquisa, pois proverá oportunidades de aprimoramento do próprio Programa.

Enfim, os resultados apresentados podem ser valiosos nacional e internacionalmente, particularmente na América Latina pela similaridade no âmbito de cães em situação de rua, contribuindo para o desenvolvimento de políticas pública e na promoção da relação ser humano-animal.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. T. **Adoção do Programa Cão Comunitário como estratégia adicional para o manejo populacional de cães no Paraná. Capítulo III: Implantação do Programa Cão Comunitário em cinco municípios do Paraná.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

ALVES, A.J.S.; GUILOUX, A.G.A.; ZETUN, C.B.; POLO, G.; BRAGA, G.B.; PANACHÃO, L.I.; SANTOS, O.; DIAS, R.A. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV de São Paulo**, v. 11, n. 2, p. 34 - 41, 2013.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Protocolo das ações de vigilância sanitária.** 2007. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/pdvisa/protocolo_acao.pdf>. Acesso em: 12 março 2016.

ARAMBULO, P. V.; BERAN, G. W.; ESCUDERO, S. H. **Eradication of rabies in the Philippines.** Health Services and Mental Health Administration Health Report, v. 87, n. 1, p. 87-92, 1972.

ARROWSMITH, C. **Brain games for dog**. Interpet Publishing, p. 22-24, 2010.

ASCIONE, F. R.; ARKOW, P. **Child Abuse, Domestic Violence and Animal Abuse, Linking the Circles of Compassion for Prevention and Intervention**. Indiana: Purdue University Press, 380 p, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, A. L. F. **Estudo da dinâmica populacional e das estratégias de manejo da população canina no município de Itabirito, MG.** 143 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

BEAVER, B.V. **Comportamento canino: Um guia para veterinários**. São Paulo: Roca, p.189-249, 2001.

BEAVER, B. V. **Canine Behavior: insights and answers**. Sauders Elsevier, 315 p, 2009.

BECK, A. M. **The Ecology of Stray Dogs: A Study of Free-ranging Urban Animals.** Purdue University Press, 1973.

BECK, A. M. Ecological aspects of urban stray dogs. Compendium of Continuing Education, v. 2, p. 721-724, 1980.

BECK, A. M.; KATCHER, A. H. Pets are family. In: BECK, A.; KATCHER, A. H. Between pets and people: the importance of animal companionship. Indiana: Purdue University Press, p. 40-62, 1996.

BIONDO, A.W.; MORIKAWA, V.M. Conceitos e ações de políticas públicas realizadas em Curitiba. **Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná**, n. 41, p. 16-18, 2014.

BIOURGE, V.; PIBOT, P. **A nutrição sob medida**. Paris: Royal Canin, 12 p. 2005.

BORGES, T.D.; SANS, E.C.O; BRAGA, J.S.; MACHADO, M.F.; MOLENTO, C.F.M. Ensino de bem-estar e dor animal em cursos de medicina veterinária no Brasil. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v.65, n.1, p. 29-36. 2013

BRASIL. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934**.** Rio de Janeiro, RJ. **Diário Oficial da União**, 1934.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. 1988. Art. 30 - Compete aos Municípios.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Cap. V. Seção I. Dos crimes contra a fauna. Art. 32. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

BRASIL. **Conselho Federal de Medicina Veterinária.** Resolução nº 962, de 27 de agosto de 2010. Normatiza os Procedimentos de Contracepção de Cães e Gatos em Programas de Educação em Saúde, Guarda Responsável e Esterilização Cirúrgica com a Finalidade de Controle Populacional.

BRASIL. **Conselho Federal de Medicina Veterinária.** Resolução nº 1000, de maio de 2012. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais, e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária. **Guia brasileiro de boas práticas para eutanásia em animais: conceitos e procedimentos recomendados.** 2013. Disponível em: <http://portal.cfmv.gov.br/uploads/files/Guia%20de%20Boas%20Pr%C3%A1ticas%20para%20Eutanasia.pdf.pdf>. Acesso em: 17 janeiro 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 758, de 26 de agosto de 2014. Inclui subtipo na Tabela de Tipos de Estabelecimentos de Saúde do SCNES.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**, 121 p. 2016. Disponível em: <http://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files//Manual%20de%20vigilancia,%20prevencao%20e%20controle%20de%20zoonoses%20-%202016.pdf>. Acesso em: 18 fevereiro 2017.

BROOM, D. M.; MOLENTO, C. F. M. Bem-estar animal: conceitos e questões relacionadas – revisão. **Archives of Veterinary Science**, v. 9, n. 2, p. 1-11, 2004.

CATAPAN, D. C. JUNIOR, J. A. V., WEBER, S. H., MANGRICH, R. M. V., SZCZYPKOVSKI, A. D., CATAPAN, A., PIMPÃO, C. T. Percepção e atitudes do ser humano sobre guarda responsável, zoonoses, controle populacional e cães em vias públicas. **Revista Brasileira de Ciência Veterinária**, v. 22, n. 2, p. 92-98, 2015.

COHEN, S. P. Can pets function as family members? **Western Journal of Nursing Research,** v. 24, n. 6, p. 621-538, 2002.

CONSTANTINO, C. **Neighborhood dogs as sentinels for zoonoses and vector-borne diseases in public areas with high human traffic of Curitiba city, Paraná State, southern Brazil.** 88 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CONSTANTINO, C. PAULA, E.F.E., BRANDÃO, A.P.D., VIEIRA, F.F., VIEIRA, R. F. C., BIONDO, A.W. Survey of spatial distribution of vector-borne disease in neighborhood dogs in southern Brazil. **Open Veterinary Journal**, v. 7, n. 1, p. 50-56, 2017

CORNELISSEN, J., HOPSTER, H. Dog bites in The Netherlands: A study of victims, injuries, circunstances and aggressors to support evaluation of breed specific legislation. **The Veterinary Journal,** v. 186, n.3, p. 292-298, 2010.

COSTA, M. F. C. **Bem-estar de cães ao cadastramento no programa cão comunitário em cinco municípios do paraná.** Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Zootecnia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

DANIELS, T. J. The Social Organization of free-ranging urban dogs. I. Non-estrous social behavior. **Applied Animal Ethology**, v. 10, p. 341-363, 1983.

DAWKINS, M. S. Behavioural deprivation: A central problem in animal welfare. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 20, n. 3-4, p. 209-225, 1988.

DERRIDA, J. **O animal que logo sou.** Tradução Fábio Landa. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FAO. Food and Agriculture Organization. **Dog population management.** Report of the FAO/WSPA/IZSAM expert meeting - Banna, Italy, 14-19 March 2011. Animal Production and Health Report, n. 6, 2014. Disponível em: < http://www.fao.org/3/a-i4081e.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

FARACO, C. B. Interação Humano-Animal. **Ciência Veterinária nos Trópicos.** v. 11, n. 1, p. 31–35, 2008.

FAWC. Farm Animal Welfare Council. **Five freedoms first written report.** 1979.

FERREIRA, A.S., SAMPAIO, M.B.I. Relação homem-animal e bem-estar do cão domiciliado. **Archives of Veterinary Science**, v.15, n.1, p. 22-35, 2010.

FOX, M. W.; BECK, A.; BLACKMAN, E. Behavior and ecology of a small group of urban dogs (Canis familiaris). **Applied Animal Ethology**, v. 1, p.119-137, 1975.

FRIAS, D. F. R., NUNES, J. O. R., CARVALHO, A. B. Caracterização de agravos causados por cães e gatos a seres humanos no município de Jaboticabal, São Paulo, durante o período de 2000 a 2009. **Archives of Veterinary Science**, v.17, n.3, p. 63-70. 2012.

GARCIA, R.C.M. A influência do movimento de proteção, defesa e bem-estar animal na política pública de controle ético das populações de cães e gatos na cidade de São Paulo. In: Congresso Internacional de Bem-estar Animal, 2007. Rio de Janeiro, [Anais...], p. 63-65, 2007.

GARCIA, R. C. M. **Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avaliação de ações para o equilíbrio dessas populações em área da cidade de São Paulo, SP, Brasil**. 265 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, 2009.

GARCIA, R.C.M.; MALDONADO, N.A.C.; LOMBARDI, A. Aspectos éticos para o controle populacional de cães e gatos. **Revista Ciência Veterinária Tropical**, v. 11, Supl. 1, p. 106-111, 2008.

GARCIA, R.C.M, CALDERÓN, N., FERREIRA, F. Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 32, n. 2, p. 140-144, 2012.

GRISOLIO, A. P. R. **Atendimento antirrábico humano pós-exposição: proposta de intervenção e estudo da percepção do comportamento de cães e gatos envolvidos nos agravos.** 101 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Unesp, Campus de Jaboticabal, São Paulo, 2014.

HAMMERSCHMIDT, J. **Desenvolvimento e aplicação de perícia em bem-estar animal**. 138 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

HAMMERSCHMIDT, J.; MOLENTO, C. F. M. Análise retrospectiva de denúncias de maus-tratos contra animais na região de Curitiba, Estado do Paraná, utilizando critérios de bem-estar animal. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 49, n. 6, p. 431-441, 2012.

HAMMERSCHMIDT, J.; MOLENTO, C. F. M. Protocol for expert report in animal welfare in case of companion animal cruelty suspicion. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 51, n. 4, p. 282-296, 2014.

HETTS, S. Doação de cães e gatos: Estratégias e cuidados. In: Congresso Latino Americano de Bem-estar Animal. São Paulo. *Anais*... São Paulo: Associação Humanitária de Proteção e Bem-estar Animal, p. 80, 1998.

HOUPT, K. A; GOODWIN, D.; UCHIDA, Y.; BARANYIOVÁ, E.; FATJÓ, J.; KAKUMA, Y. Proceedings of a workshop to identify dog welfare issues in the US, Japan, Czech Republic, Spain and the UK. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 106, n. 4, p. 221–233, 2007.

IBAMA. Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa Nº 141, de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva. Art. 2º, incisos I e II e Art. 4º, §1º, letra c.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Presença de animais no domicílio**. In: Pesquisa nacional de saúde, 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação, v. 2. 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94074.pdf>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. **Paraná.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>.

ICAM. International Companion Animal Management Coalition. **Humane dog population management guidance***.* 2007. Disponível em: <http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane_Dog_Population_Management_Guidance_english.pdf>. Acesso em: 14 abril 2015.

ICAM. International Companion Animal Management Coalition. **Are we making a difference? A Guide to Monitoring and Evaluating Dog Population Management Interventions.** 2015. Disponível em: <http://www.icam-coalition.org/downloads/ICAM_Guidance_Document.pdf>. Acesso em: 15 janeiro 2016.

INSTITUTO PASTEUR. Controle de população de animais de estimação. Manual técnico do Instituto Pasteur, São Paulo, SP, n. 6. 2000. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-pasteur/pdf/manuais/manual_06.pdf>. Acesso em: 12 abril 2015.

ITEC. Instituto Técnico de Educação e Controle Animal. Curso de Formação de Oficiais de Controle Animal. Apostila.14ª ed. 2012.

JÖCHLE, W. Pet population control in Europe. **Journal American Veterinary Medicine Association**, v. 198, n. 7, p. 1225-1230, 1991.

KWOK, E.K.Y., KEYSERLINGK, V.G.A.M., SPREA, G., MOLENTO, C.F.M. Human-animal interactions of community dogs in Campo Largo, Brazil: A descriptive study. **Journal of Veterinary Behavior**, n.13, p. 27-33, 2016

MANTOVANI, S. L. **Relatório de estágio curricular obrigatório e artigo científico: primeira estimativa de eficácia do programa cão comunitário para a melhoria do bem-estar de cães de rua no município de araucária, paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

McMILLAN, F. D. Emotional Maltreatment in Animals. In: McMILLAN, F. F. **Mental Health and Well-being in Animals.** Iowa: Blackwell Publishing, p.167-179, 2005.

MERCK, M. D. **Veterinary Forensics: Animal Cruelty Investigations**. Wiley, 368 p. 2007.

MILLER. L., ZAWISTOWISKI, S. **Shelter Medicine for Veterinarians Staff.** Ed. Wiley-Blackwell, 2ª ed., 744 p., 2012.

MILLS, D.S. **One health – one welfare: psychological and physical well-being**. Proceedings of the WSAVA/FECAVA/BSAVA Congress. Birmingham, UK. British Small Animal Veterinary Association, Gloucester, UK, p. 237–238, 2012.

MOLENTO, C. F. M. Public Health and Animal Welfare. In: APPLEBY, M.C., WEARY, D.M.; SANDØE, P. **Dilemmas in Animal Welfare**. Wallingford UK & Boston MA: CABI publishing, p. 102-123, 2014.

MOUTINHO, F. F. B., NASCIMENTO, E. R., PAIXÃO, R. L. Percepção da sociedade sobre a qualidade de vida e o controle populacional de cães não domiciliados. **Revista Ciência Animal Brasileira**, v. 16, n. 4, p. 574-588, 2015.

MUNRO, H. M. C.; MUNRO, R. **Animal Abuse and Unlawful Killing: Forensic veterinary pathology**. Elsevier Health Sciences UK, 124 p., 2008.

MURRAY, R.W. Unwanted pet and subsidized pet neuter schemes. **Australian Veterinary Practitioner**, v. 22, n. 1, p. 12-18, 1992.

NASSAR, R.; FLUKE, J. Pet population dynamics and community planning for animal welfare and animal control. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 198, n. 7, p. 1160-1164, 1991.

NEW, J.C. Characteristics of shelterrelinquished animals and their owners compared with animals and their owners in U.S. pet owning households. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v.3, p.179-201, 2000.

OIE. World Organization for Animal Health. **Report of the seventh meeting of the oie working group on animal welfare** 2008. Disponível em: < https://www.oie.int/doc/ged/D5685.PDF>. Acesso em: 12 abril 2015.

OIE. World Organization for Animal Health. Stray dog population control. In: Terrestrial Animal Health Code. 2016. Disponível em: < http://www.oie.int/en/international-standard-setting/terrestrial-code/access-online/>. Acesso em: 15 dezembro 2016.

ONE HEALTH INITIATIVE. 2012. Disponível em: <http://www.onehealthinitiative.com>. Acesso em: 15 maio 2015.

ORTOLANI, A.; VERNOOIJ, H.; COPPINGER, R. Ethiopian village dogs: Behavioural responses to a stranger's approach. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 119, n. 3-4, p. 210–218, 2009.

PARANÁ. Lei nº 17.422, de 18 de dezembro de 2012. Lei que dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná.

PATRONEK, G.J.; LOAR, L.; NATHANSON, J.LN. **Animal Hoarding: Structuring interdisciplinary responses to help people, animals and communities at risk.** Report by Hoarding of Animals Research Consortium (HARC), 2006.

PAULA, S. A. **Política Pública de esterilização cirúrgica de animais domésticos, como estratégia de saúde e de educação**. Monografia (Especialização). Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal. UTFP. 2012.

PERNAMBUCO. Lei nº 14.139, de 31 de agosto de 2010. Dispõe sobre o controle de reprodução e regulamentação da vida de cães e gatos encontrados na rua no âmbito do Estado de Pernambuco.

POLO, G., CALDERÓN, N., CLOTHIER, S., GARCIA, R. C.M. Understanding dog aggression: Epidemiologic aspects In memoriam, Rudy de Meester (1953-2012). **Journal of Veterinary Behavior**, v.10, p. 525-534, 2015.

REECE, J. F.; CHAWLA, S. K. Control of rabies in Jaipur, India, by the sterilization and vaccination of neighbourhood dogs. New York: **The Veterinary Record**, v. 159, p. 379-383, 2006.

RIO DE JANEIRO, RJ. Lei nº 4.956, 3 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o animal comunitário, estabelece normas para seu atendimento no município do rio de janeiro, e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 13.193, 30 de junho de 2009. Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos de rua no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

RODRIGUES, R. C. A., POLO, G., CASTAGNA, C. L., PRESSOTO, D., BAQUERO, O. S., BALDINI, M. B. D., PISCIOTTA, K. R., LANTZMAN, M., DIAS, R. A. Caracterização de casos de agressão canina em Campinas, São Paulo, Brasil. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 50, n. 3, p. 233-237, 2013.

RÜNCOS, L. H. E. **Bem-estar e comportamento de cães comunitários e percepção da comunidade.** 106 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SALMAN, M. D., NEW, J. C., SCARLETT, J., KASS, P., RUCH-GALLIE, R., HETTS, S. Human and animal factors related to the relinquishment of dogs and cats in 12 selected animal shelters in the U.S.A. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v.1, p. 207-226, 2008.

SANTANA, L. R.; OLIVEIRA, T. P. Guarda responsável e dignidade dos animais. Relatório Ministério Público. Salvador. 41 p. 2008.

SANT'ANNA, L. V. **Cão comunitário de Araucária: aspectos de bem-estar, vínculo com mantenedor e aceitação pela comunidade.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária). Universidade Tuiuti do Paraná, 2010.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Programa de controle de cães e gatos do Estado de São Paulo. 165 p. 2006. Disponível em: <ftp://ftp.cve.saude.sp.gov.br/doc_tec/outros/suple5_cao.pdf>. Acesso em: 5 novembro 2015.

SÃO PAULO. Lei nº 12.916, 16 de abril de 2008. Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.

SCHNEIDER, M. C.; ALMEIDA, G. A.; SOUZA L. M.; MORARES, N. B.; DIAZ, R.C. Controle da raiva no Brasil de 1980 a 1990. **Revista de Saúde Pública**, v. 30, n. 2, p. 196–203, 1996.

SERPELL, J. A. Beneficial effects of pet ownership on some aspects of human health and behaviour. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 84, p. 717-720, 1991.

SILVANO, D., BENDAS, A.J.R., MIRANDA, M.G.N., PINHÃO, MENDES-DE-ALMEIDA, F., LABARTHE, N.V., PAIVA, J.P. Divulgação dos princípios da guarda responsável: uma vertente possível no trabalho de pesquisa a campo. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**, v. 9, n. 09, p. 64-86, 2010.

SOTO, F.R.M.; FERREIRA, F.; PINHEIRO, S.R. *et al*. Dinâmica populacional canina no Município de Ibiúna: estudo retrospectivo. **Brazilian Journal of Veterinary Animal Science**, v. 43, n. 2, p. 178-185, 2006.

UFAW. Universities Federation for Animal Welfare: **Dogs Identification and Registration – the agreed document of a UFAW Technical Workshop**, UFAW, Potters Bar, UK, 1989.

UNGER, N. M. Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico. São Paulo: urban dogs (Canis familiaris). **Applied Animal Ethology**. v. 1, p.119-137, 1975.

VIEIRA, A. M. L. **Vigilância epidemiológica de agravos causados por cães, área de abrangência da Supervisão de Vigilância em Saúde de Vila Maria / Vila Guilherme, município de São Paulo, período 2009 a 2012.** 186 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade Federal de São Paulo, 2014.

WANDELER, A. I. Ecological and epidemiological data requirements for the planning of dog rabies control. In: KUWERT, E.; MÉRIEUX, C.; KOPROWSKI, H.; BÖGEL, K. (Ed.). **Rabies in the tropics.** Berlin: Springer Verlag, p. 657-661, 1985.

WAP. World Animal Protection. **Humane dog management: better lives for dogs and communities.** 2016. Disponível em: < https://www.worldanimalprotection.org/sites/default/files/int_files/humane-dog-management.pdf>. Acesso em: 14 janeiro 2017.

WHO. World Health Organization. Report of WHO Consultation on dog ecology studies related to rabies control. Geneva. 35 p. 1988. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/58695/1/WHO_Rab.Res._88.25.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

WHO. World Health Organization. **Expert Committee on Rabies.** Eighth report. WHO Technical Report Series, 824. Genebra. 1992.

WHO. World Health Organization. **Expert Consultaion on Rabies. First Report. WHO Technical Report Series, 931.** 2005. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43262/1/WHO_TRS_931_eng.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

WHO. World Health Organization. **Expert consultation on rabies**. Second report, 982, p. 139, 2013. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85346/1/9789240690943_eng.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

WHO. WSPA. World Health Organization. World Society For The Protection of Animals. **Guidelines for dog population management**. 116p, 1990. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/61417/1/WHO_ZOON_90.166.pdf>. Acesso em: 12 agosto 2015.

WVA. World Veterinary Association. **Position regarding Dog-Mediated rabies.** 2016. Disponível em: <http://www.worldvet.org/uploads/news/docs/wva_position_on_rabies_2016.pdf>. Acesso em: 10 janeiro 2017.

YEATES, J. W. Maximising canine welfare in veterinary practice and research: a review. **Veterinary journal**, v. 192, n. 3, p. 272–278, 2012.

APÊNDICE 1 – FICHA DE TRIAGEM (IMPLANTAÇÃO)

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Agrárias
Laboratório de Bem-estar Animal
Projeto de Mestrado do Programa de Pós-graduação

FICHA DE TRIAGEM DE CÃES COMUNITÁRIOS

Data: ___/___/___

Há quanto tempo o cão está no local? _____

Nome do cão: _____ Sexo: ( ) M ( ) F Idade: _____ Raça: _____

Porte: ( ) ≤ 10 Kg ( ) 10 a 25 Kg ( ) ≥ 25Kg Pelagem: _____

Endereço: ( ) residência ( ) comércio ( ) outro: _____

Rua:_____ nº:_____ Bairro: _____

Referência / descrição do local de permanência: _____
_____

Mantenedores: ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) +3

Perfil de acumulador(a)? ( ) sim ( ) não Protetor(a)? ( ) sim ( ) não

Há reclamações da comunidade? ( ) sim ( ) não. Qual(is)?
_____
_____
_____

Origem do cão: ( ) abandono por pessoa desconhecida ( ) abandono por pessoa da comunidade ( ) dono mudou-se e deixou o animal ( ) desconhecida

Castrado(a)? ( ) sim ( ) não.

( ) Pela prefeitura? ( ) ONG? ( ) Protetor(a)? ( ) Particular? Outro: _____

Abrigo fixo? ( ) sim ( ) não

Comportamento:

Já causou acidente por mordedura? ( ) sim ( ) não

Persegue objetos em movimento? ( ) sim ( ) não

Castração:

* Poderá levar e buscar o cão ao local da esterilização cirúrgica? ( ) Sim ( ) Não.

*** Poderá realizar o pós-operatório do animal?** ( ) Sim ( ) Não.

Mantenedor I - Nome: _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____ Celular: _____

Mantenedor II - Nome: _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____ Celular: _____

Mantenedor III - Nome: _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____ Celular: _____

Próximas ações com este cão:

( ) prover abrigo

( ) prover coleira + identificação

( ) tratar cão (ex: sarna)

( ) cadastro do cão + mantenedores no programa

( ) orientar a comunidade sobre a importância do Programa Cão Comunitário

Anotações:

_____
_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE 2 – FICHA DE CADASTRO (IMPLANTAÇÃO)

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Agrárias
Laboratório de Bem-estar Animal
Projeto de Mestrado do Programa de Pós-graduação

Ficha de cadastro do Programa Cão Comunitário

Data do cadastro: ___/___/___ Nº cadastro: _____

I. Identificação do cão comunitário

Nome: _____ Peso: _____
Sexo: ( ) M ( ) F
Idade: _____ Raça: _____
Porte: ( ) P ( ) M ( ) G
Pelagem (tipo e cor): _____
Tempo do cão no local: _____
Endereço do local de permanência do cão:
_____
_____
_____

Castrado(a)? ( ) não ( ) sim. Pela prefeitura? ( ) sim ( )não
Origem do cão: ( ) abandono por pessoa desconhecida
( ) abandono por pessoa da comunidade ( ) dono mudou-se e deixou o animal ( ) desconhecida

Observações:
_____
_____
_____

FOTO

Microchip: _____

II. Identificação dos mantenedores

Mantenedor I

Nome: _____
Telefone: _____/ _____/ _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____

Mantenedor II

Nome: _____
Telefone: _____/ _____/ _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____

Mantenedor III

Nome: _____
Telefone: _____/ _____/ _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____

III. Observações gerais:

_____
_____
_____
_____

IV. Procedimentos veterinário realizados com o cão

Data: ___/____/___
_____
_____
_____
_____

Data: ___/____/___
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DA REUNIÃO FINAL (IMPLANTAÇÃO)

Universidade Federal do Paraná
Juliana Tozzi de Almeida
Médica veterinária, Mestranda em ciências veterinárias
Laboratório de Bem-estar Animal

DESENVOLVIMENTO DE UM PROTOCOLO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO

I. MOTIVAÇÕES DO PROJETO

1. **Categorias de cães em situação de rua reconhecidas mundialmente:**
   - **Com tutores:** semi-domiciliados, perdidos, abandonados
   - **Cães Comunitários**
   - **Cães errantes**

2. **Municípios pioneiros no Paraná**
   - Araucária, 2008 a 2011, pelo Setor de Controle de Zoonoses, Secretaria Municipal de Saúde. **(Lei municipal 1.913/08)**
   - Campo Largo, em 2010, projeto "Cuide de Seu Animal", do Setor de Controle de Zoonoses e Bem-estar Animal da Secretaria Municipal de Saúde.
   - Curitiba, em 2013, ações da Rede de Defesa e Proteção Animal, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. – em terminais de ônibus
   - ➢ **Brasil: RJ (Lei municipal 4.956/08); SP (Lei estadual 12.196/08); RS (Lei estadual 13.193/09); PE (Lei estadual 14.139/10) e PR (Lei estadual 17.422/12).**

3. **Legislação Estadual 17.422 / 12**
   Súmula: Dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná.
   Art. 7º O animal reconhecido como comunitário será recolhido, esterilizado, identificado, registrado e devolvido à comunidade de origem.
   Art. 8º Para efeito desta Lei considera-se:
   I - animal comunitário: aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido;
   II - cuidador: membro da comunidade em que vive o animal comunitário e que estabelece laços de cuidados com o mesmo.

4. **"Carrocinha é inviável": política de captura e extermínio**
   - Não controla a população;
   - Sem conotação epidemiológica - Não é uma medida eficaz no combate às zoonoses. (ex: Raiva – controle por campanhas de vacinação);
   - Sem conhecimento prévio da população;
   - Utilização de técnicas não humanitárias no recolhimento, manutenção e eutanásia destes animais;
   - Não resolve o problema de animais abandonados;

5. **Saúde Única e Bem-estar único:** representação realista do nosso mundo, onde os sistemas afetam uns aos outros
   - **Quebra de paradigmas antropocêntricos**
   - **Melhorar a relação ser humano - animal**

6. **Animais Sentinelas:** por meio deles que são detectadas a incidência de algumas doenças acidentais e não-acidentais = termômetro sanitário

7. **Trabalhos vinculados ao Laboratório de Bem-estar Animal**

II) Por que o CÃO COMUNITÁRIO?

- Já existe!
- Vive na rua, possui local de permanência estabelecido e vínculo com a comunidade
- Diferente da política de recolhimento + castração + devolução – viabilidade econômica; acompanhamento e monitoramento do cão
- **IMPACTOS DESEJADOS:** promoção de bem-estar animal; saúde pública (saúde única), controle populacional, participação social.
  - **Promoção da relação ser humano – animal**

III) A PROPOSTA

- Desenvolvimento do protocolo do Programa Cão Comunitários – agosto a novembro
- 05 municípios: Ponta Grossa, Pinhais, Piraquara, Lapa e Araucária
- 20 cães por município
- **CORRESPONSABILIDADE:** prefeitura (SMS + SMMA) + ONGs, protetores independentes + Comunidade (mantenedores entre outros atores sociais).
- **04 Etapas:** 1) Triagem dos cães; 2) Cadastro dos cães; 3) Procedimentos Veterinários e 4) Reunião*

1. **Triagem dos cães**
   a. Viver exclusivamente na rua
   b. Local de permanência estabelecido
   c. Vínculo local no mínimo de um ano
   d. Idade, porte, raça
   e. Não apresentar histórico de mordedura
   f. Não correr atrás de motos, carro, bicicleta
   g. Possuir abrigo
   h. Número máximo de cães no local
   i. Mínimo de dois mantenedores por cão
   j. Mantenedor não apresentar o perfil de acumulador e morador de rua
   k. Diagnóstico da situação do local em que o cão vive – identificação dos semi-domiciliados

2. **Cadastro dos cães**
   a. Preencher ficha com dados do cão e dos mantenedores
   b. Avaliação de bem-estar animal
   c. Registro com foto
   d. Termo de consentimento dos mantenedores

3. **Procedimentos veterinários**
   a. Exame físico e laboratorial do cão
   b. Identificação e registro com microchip
   c. Esterilização cirúrgica – transporte e pós-operatório (local e medicação)
   d. Vacinação anual: antirrábica e polivalente
   e. Antiparasitário: ecto e endoparasitas
   f. Assistência veterinária

IV) Corresponsabilidade

1. **Prefeitura (SMS + SMMA)**
   - Triagem e cadastro dos animais
     a. Multa aos tutores que mantém semi-domiciliados – campanha de microchip aos domiciliados
     b. Entrega de uma carta aos moradores da rua Parabenizando a existência de um cão comunitário e explicando a importância do Programa
     c. Entrega de panfletos/cartilhas da prefeitura sobre as ações que realizam; e também sobre guarda responsável
   - Procedimentos Veterinários: exame físico do cão, esterilização cirúrgica (castração); microchip, vacinação anual antirrábica e polivalente; vermífugo, antiparasitário, assistência veterinária
     - Transporte e pós-operatório (local e medicação)
   - Legislação municipal
   - Placa de identificação do abrigo (padronizada): legislação estadual + logo da prefeitura

2. **Mantenedores**
   - Fornecer alimentação diária e água fresca – manejo adequado
   - Fornecer abrigo
   - Fornecer coleira com identificação (padronizada)
   - Avisar à prefeitura quando houver adoção ou óbito do cão

3. **ONGs e protetores independentes**
   - Frentes por bairro/região
   - Auxílio no mapeamento dos cães

4. **Parcerias com a comunidade**
   - Apadrinhar casinhas
   - Apadrinhar um cão comunitário – ajudar com ração regular e casinha
   - Voluntários para realização de pós-operatório (local)
   - Palestras em escolas
   - Universidades – trabalhos de extensão (montagem das casinhas; marketing)

5. **Outras instituições para envolver futuramente no Programa:** NASF, SME, Associação de moradores, Correios, Detran.

6. **Locais para se ter cão comunitário (?)**

DISCUSSÃO DE CASOS

APÊNDICE 4 – FICHA DE TRIAGEM (PCC)

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Agrárias
Laboratório de Bem-estar Animal
Projeto de Mestrado do Programa de Pós-graduação

FICHA DE TRIAGEM DE CÃES COMUNITÁRIOS

Data: ___/___/___

Há quanto tempo o cão está no local? _____

Nome do cão: _____ Sexo: ( ) M ( ) F Idade: _____ Raça: _____

Porte: ( ) ≤ 10 Kg ( ) 10 a 25 Kg ( ) ≥ 25Kg Pelagem: _____

Endereço: ( ) residência ( ) comércio ( ) outro: _____

Rua:_____ nº:_____ Bairro: _____

Referência / descrição do local de permanência: _____

_____

Mantenedores: ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) +3
Protetor(a)? ( ) sim ( ) não Perfil de acumulador(a)? ( ) sim ( ) não
Morador de rua? ( ) sim ( ) não

Há reclamações da comunidade? ( ) sim ( ) não. Qual(is)?
_____
_____
_____

Origem do cão:
( ) abandono por pessoa desconhecida ( ) abandono por pessoa da comunidade ( ) dono mudou-se e deixou o animal ( ) desconhecida

Castrado(a)? ( ) sim ( ) não.
( ) Pela prefeitura? ( ) ONG? ( ) Protetor(a)? ( ) Particular? Outro: _____

Abrigo fixo? ( ) sim ( ) não. Motivo de não ter abrigo? _____

Comportamento:

Já causou acidente por mordedura? ( ) sim ( ) não

Persegue objetos em movimento? ( ) sim ( ) não Qual (is)? _____

Existe contato social com outros cães? ( ) sim ( ) não

Avança ou briga com outros cães? ( ) sim ( ) não

Já feriu gravemente outro cão? ( ) sim ( ) não

Avança em pessoas desconhecidas? ( ) sim ( ) não

* Poderá levar e buscar o cão ao local da esterilização cirúrgica? ( ) Sim ( ) Não.

*** Poderá realizar o pós-operatório do animal?** ( ) Sim ( ) Não.

Mantenedor I - Nome: _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____ Celular: _____
Renda familiar: ( ) até 03 salários mínimos ( ) acima de 03 salários mínimos
Residência: ( ) própria ( ) alugada ( ) financiada. Há quanto tempo? _____

Há cães na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) nãoNº: ( ) macho ( ) fêmea
Há gatos na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea

Mantenedor II - Nome: _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____ Celular: _____
Renda familiar: ( ) até 03 salários mínimos ( ) acima de 03 salários mínimos
Residência: ( ) própria ( ) alugada ( ) financiada. Há quanto tempo? _____

Há cães na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Há gatos na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea

Mantenedor III - Nome: _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____ Celular: _____
Renda familiar: ( ) até 03 salários mínimos ( ) acima de 03 salários mínimos
Residência: ( ) própria ( ) alugada ( ) financiada. Há quanto tempo? _____

Há cães na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Há gatos na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea

Próximas ações com este cão:

( ) prover abrigo

( ) prover coleira + identificação

( ) tratar cão (ex: sarna)

( ) cadastro do cão + mantenedores no programa

( ) orientar a comunidade sobre a importância do Programa Cão Comunitário

Anotações: (Pontos críticos; Orientações de manejo ...)
_____
_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE 5 – FICHA DE CADASTRO (PCC)

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Agrárias
Laboratório de Bem-estar Animal
Projeto de Mestrado do Programa de Pós-graduação

Ficha de cadastro do Programa Cão Comunitário

Data do cadastro: ___/___/___ Nº cadastro: _____

I. Identificação do cão comunitário

Nome: _____ Peso: _____
Sexo: ( ) M ( ) F
Idade: _____ Raça: _____
Porte: ( ) P ( ) M ( ) G
Pelagem (tipo e cor): _____
Tempo do cão no local: _____
Endereço do local de permanência do cão:
_____
_____
_____

Castrado(a)? ( ) não ( ) sim. Pela prefeitura? ( ) sim ( )não
Origem do cão: ( ) abandono por pessoa desconhecida
( ) abandono por pessoa da comunidade ( ) dono mudou-se e deixou o animal ( ) desconhecida

Observações:
_____
_____
_____

FOTO

Microchip: _____

II. Identificação dos mantenedores

Mantenedor I
Nome: _____
Telefone: _____/ _____/ _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____

Renda familiar: ( ) até 03 salários mínimos ( ) acima de 03 salários mínimos
Residência: ( ) própria ( ) alugada ( ) financiada
Há cães na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Há gatos na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea

Mantenedor II
Nome: _____
Telefone: _____/ _____/ _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____

Renda familiar: ( ) até 03 salários mínimos ( ) acima de 03 salários mínimos
Residência: ( ) própria ( ) alugada ( ) financiada
Há cães na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Há gatos na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea

Mantenedor III
Nome: _____
Telefone: _____/ _____/ _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____

Renda familiar: ( ) até 03 salários mínimos ( ) acima de 03 salários mínimos
Residência: ( ) própria ( ) alugada ( ) financiada
Há cães na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Há gatos na residência? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea
Semi-domiciliados: ( ) sim ( ) não Castrados? ( ) sim ( ) não Nº: ( ) macho ( ) fêmea

III. Avaliação do grau de bem-estar do cão comunitário

1. Indicadores Nutricionais

Escore de condição corporal (1-5): _____
Água fresca: ( ) sim ( ) não
Frequência de troca de água: ( ) 1x/dia ( ) 2x/dia ( ) 3x/dia
Alimentação: ( ) ração ( ) comida caseira ( ) ambos ( ) outros: _____
Frequência de alimentação: ( ) 1x/dia ( ) 2x/dia ( ) 3x/dia
Condições do bebedouro: ( ) limpo ( ) parcialmente sujo ( ) sujo
Condições do comedouro: ( ) limpo ( ) parcialmente sujo ( ) sujo

Adequação do indicador: ( ) baixa ( ) regular ( ) alta

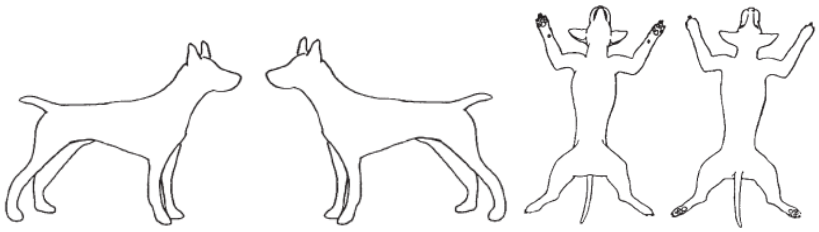
Observações:_____
_____
_____
_____

2. Indicadores de Saúde

Locomoção: ( ) normal ( ) claudicação **Arqueamento de dorso:** ( ) sim ( ) não
Condições de pelame: ( ) opaca ( ) arrepiada ( ) brilhante ( ) suja ( ) áreas com alopecia
Presença de lesões: ( ) sim ( ) não (descrever cicatrizes, calos, lesões na resenha)
Ectoparasitas: ( ) não ( ) sim. Qual? _____ **Prurido:** ( ) sim ( ) não
Secreções: ( ) não ( ) sim. Local: _____ Descrição: _____
Desidratação: ( ) não ( ) sim. Descrição: ( ) leve ( ) severa
Mucosas: ( ) normocoradas ( ) hipocoradas ( ) hiperêmicas ( ) ictéricas
Linfonodos submandibulares e poplíteos: ( ) normais ( ) aumentados
Tumor mamário: ( ) não ( ) sim. Descrição: _____
Criptorquidismo: ( ) não ( ) sim. Descrição: ( ) unilateral ( ) bilateral
Fezes: ( ) firmes ( ) diarreia ( ) não sabe afirmar
Urina: ( ) normal ( ) não sabe informar
Apetite: ( ) normal ( ) reduzido ( ) aumentado ( ) não sabe informar
Ingestão de água: ( ) normal ( ) reduzida ( ) aumentada ( ) não sabe informar
Apresenta vômito? ( ) não ( ) sim ( ) não sabe informar E tosse ? ( ) sim ( ) não ( ) não sabe informar
Já apresentou alguma doença? ( ) sim ( ) não Quando? _____ Qual? _____
Recebe medicamento de uso contínuo? ( ) sim ( ) não Qual? _____
Já teve cria? ( ) sim ( ) não Quantas? _____
Último cio? _____ Pode ter cruzado no último cio? ( ) sim ( ) não
Já recebeu anticoncepcional? ( ) sim ( ) não Frequência: _____

Adequação do indicador: ( ) baixa ( ) regular ( ) alta

Observações:_____
_____
_____
_____



Fonte: The American Society for the Prevention of Cruelty to Animals, 2001.

3. Indicadores de Recursos e Ambiente

Tipo da rua: ( ) areia ( ) asfalto ( ) calçamento Outro: _____
Tráfego de automóveis na rua (risco de acidentes): ( ) intenso ( ) moderado ( ) leve
Presença de abrigo fixo? ( ) sim ( ) não Adequado: ( ) sim ( ) não Tipo:_____
Presença de cama? ( ) sim ( ) não Presença de cobertores? ( ) sim ( ) não
Condições de higiene e limpeza: ( ) péssimo ( ) ruim ( ) bom ( ) ótimo
Calos de decúbito: ( ) ausentes ( ) presentes
Superfície de contato com o cão: ( ) terra ( ) grama ( ) cimento ( ) madeira ( ) azulejo
( ) cama ( ) brita Outra: _____
Superfície cortante ou material de risco evidente no ambiente utilizado pelo animal? ( ) não ( ) sim. Quais? ( ) entulhos ( ) restos de construção ( ) arame ( ) pregos Outros:_____

Adequação do indicador: ( ) baixa ( ) regular ( ) alta

Observações: _____
_____
_____

4. Indicadores Psicológicos e Comportamentais

a. Atitude à presença do mantenedor: ( ) calmo ( ) alegre ( ) hesitante ( ) medo
Aproximação: ( ) permanece próximo sem agitação ( ) aproxima-se com agitação ou pulando ( ) aproxima-se de maneira hesitante ( ) se afasta
Posição de cauda: ( ) elevada ( ) balançando ( ) abaixada ( ) entre pernas
Posição de cabeça: ( ) elevada ( ) abaixada ( ) afronta
Posição de orelhas: ( ) elevada ( ) abaixada ( ) outro: _____
Contato ocular: ( ) direto ( ) evita ( ) ausente
Contato físico: ( ) permite ser tocado ( ) procura contato ( ) não permite facilmente ( ) não permite

b. Atitude à presença do avaliador: ( ) calmo ( ) alegre ( ) hesitante ( ) medo
Aproximação: ( ) permanece próximo sem agitação ( ) aproxima-se com agitação ou pulando ( ) aproxima-se de maneira hesitante ( ) se afasta
Posição de cauda: ( ) elevada ( ) balançando ( ) abaixada ( ) entre pernas
Posição de cabeça: ( ) elevada ( ) abaixada ( ) afronta
Posição de orelhas: ( ) elevada ( ) abaixada ( ) outro: _____
Contato ocular: ( ) direto ( ) evita ( ) ausente
Contato físico: ( ) permite ser tocado ( ) procura contato ( ) não permite facilmente ( ) não permite

Evidência de comportamentos anormais? ( ) sim ( ) não
Evidência de estereotipias? ( ) sim ( ) não
Possibilidade de roer ossos? ( ) sim ( ) não
Possibilidades de cavar/enterrar? ( ) sim ( ) não
Possibilidades de farejar e explorar o ambiente? ( ) sim ( ) não
Existe contato social com outros cães? ( ) sim ( ) não
Existe contato social com animais de outra espécie? ( ) sim ( ) não
Cão recebe brinquedos? ( ) sim ( ) não Quais? _____
O cão brinca? ( ) sim ( ) não Com quem? ( ) mantenedor ( ) outros
Avança ou briga com outros cães? ( ) sim ( ) não
Já feriu gravemente outro cão? ( ) sim ( ) não
Animal já sofreu maus-tratos? ( ) sim ( ) não. Quais? _____
Avança em pessoas desconhecidas? ( ) sim ( ) não
Já causou acidente por mordedura? ( ) sim ( ) não
Persegue objetos em movimento? ( ) sim ( ) não Quais? _____

Adequação do indicador: ( ) baixa ( ) regular ( ) alta

Observações:
_____
_____
_____
_____

IV. Diagnóstico final

Inadequação de quais conjuntos de indicadores?

( ) nutricional ( ) de saúde ( ) de conforto ( ) comportamental

Categorias dos conjuntos de indicadores	Grau de bem-estar
4 conjuntos adequados	Muito alto
3 conjuntos adequados e 1 regular	Alto
1 ou 2 conjunto(s) adequado(s) e 2 ou 3 regulares	Regular
1 ou 2 conjunto(s) inadequado(s)	Baixo
3 ou 4 conjuntos inadequados	Muito baixo

Grau de bem-estar:
( ) muito alto ( ) alto ( ) regular ( ) baixo ( ) muito baixo

Observações gerais:
_____
_____
_____
_____

V. Procedimentos veterinário realizados com o cão

Data: ___/____/___
_____
_____
_____
_____

Data: ___/____/___
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE 6 – TERMO DE ADOÇÃO COMUNITÁRIA (PCC)

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Agrárias
Laboratório de Bem-estar Animal
Projeto de Mestrado do Programa de Pós-graduação

PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO
TERMO DE ADOÇÃO COMUNITÁRIA

N° CADASTRO: _____ Data do cadastro: _____/_____/_____

Nome do cão: _____ MICROCHIP: _____
Endereço onde vive o cão: _____
_____

Esterilização cirúrgica: ___/___/___
Vacinação: ( ) antirrábica ( ) v8 / v10 ___/___/___
Antiparasitário: ( ) ecto ( ) endo ___/___/___

Nós,

MANTENEDOR I _____, de RG: _____

MANTENEDOR II _____, de RG: _____

MANTENEDOR III _____, de RG: _____

Responsáveis pelos cuidados com o cão comunitário atestamos que o animal recebeu os devidos procedimentos para participar do Programa Cão Comunitário pela Secretaria Municipal de _____, via setor _____ – esterilização cirúrgica, registro e identificação com microchip, vacinação contra raiva e doenças espécie-específicas e controle de endo e ectoparasitos. Com isso, nos comprometemos a fornecer as necessidades básicas do animal - abrigo, alimentação, água fresca; bem como cumprir as orientações recebidas para o bem-estar deste cão e notificar ao setor público sobre qualquer acometimento de saúde animal.

_____
Responsável pelo cão comunitário

APÊNDICE 7 – COMPROVANTE DE CADASTRO DO PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Agrárias
Laboratório de Bem-estar Animal
Projeto de Mestrado do Programa de Pós-graduação

PROGRAMA CÃO COMUNITÁRIO
COMPROVANTE DE CADASTRO

N° CADASTRO: _____ Data do cadastro: _____/_____/_____

Nome do cão: _____ MICROCHIP: _____

Prezado(s) Mantenedor(es),

Tendo em vista a presença de animais nas ruas diariamente no município, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente via seção de Defesa e Proteção Animal, iniciou o Programa do Cão Comunitário que tem o objetivo de regularizar animais que residem em via pública, no período mínimo de 01 ano, e que recebem cuidados da comunidade. A parceria com a comunidade é muito importante para que juntos possamos promover o bem-estar destes animais, o controle da população de animais em situação de rua e o conceito de saúde única em prol da coletividade.

Informamos que o animal passou por avaliação veterinária, foi vacinado para doenças espécie-específica, recebeu medicamentos para controle de verminoses e para controle de pulgas e carrapatos e foi esterilizado, sendo hoje incapaz de reproduzir. Diante disso, informamos que este animal servirá ao local como barreira sanitária na transmissão de doenças aos animais e aos seres humanos, zoonoses, e como barreira reprodutiva, por não mais reproduzir.

Realizamos avaliação comportamental deste animal e constatamos que o mesmo não possui comportamento de agressividade que coloque em risco moradores da região.

Solicitamos, no entanto, a participação da comunidade por intermédio dos mantenedores dos animais comunitários:

- Observação do animal diariamente;
- Fornecimento de abrigo adequado, alimentação e água fresca apenas aos cães cadastrados no Programa
- Identificação com coleira
- Comunicação a secretaria de quaisquer problemas relacionados ao cão comunitário;
- Repasse de informações sobre o animal para a equipe por meio de telefone ou pessoalmente, por exemplo, adoção ou óbito do animal.
- Cuidados no pós-operatório: prover local de recuperação e administração de medicação por 07 dias.

Atenciosamente,

Secretaria Municipal de _____
Prefeitura de _____
xxxx-xxxx / xxxx-xxxx

APÊNDICE 8 – FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO CÃO COMUNITÁRIO (PCC)

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Agrárias
Laboratório de Bem-estar Animal
Projeto de Mestrado do Programa de Pós-graduação

Ficha de acompanhamento do Cão Comunitário

Nº de cadastro: _____

Microchip: _____

I. Identificação do cão comunitário

Data de cadastro no Programa: _____/_____/_____
Nome: _____ Peso: _____
Sexo: ( ) Fêmea ( ) Macho Pelagem: _____
Idade: _____ Raça: _____
Porte: ( ) pequeno ( ) médio ( ) grande
Local onde reside: _____
_____
_____

Castração: ____/____/____ ( ) cão já é castrado
Microchip: ( ) sim ( ) não
Vacinação: ( ) antirrábica ( ) V8 ( ) V10
Vermífugo: ____/____/____ ; _____

Inadequação de quais conjuntos de indicadores?
( ) nutricional ( ) de saúde ( ) de conforto ( ) comportamental

Grau de bem-estar: ( ) muito alto ( ) alto ( ) regular ( ) baixo ( ) muito baixo

Observações: _____
_____
_____
_____

II. Anotações dos mantenedores sobre o cão

____/_____/____
_____
_____
_____
_____

____/_____/____
_____
_____
_____
_____

III. **Procedimentos veterinário realizados com o cão comunitário pela prefeitura**

Data da visita: _____/_____/_____
Motivo: ( ) visita anual ( ) solicitação mantenedor ( ) outro: _____
Descrição: _____
_____
_____
_____
_____

Vacinação: ( ) antirrábica ( ) V8 ( ) V10
Antiparasitário: ( ) ecto ( ) endo. Qual? _____

Inadequação de quais conjuntos de indicadores?
( ) nutricional ( ) de saúde ( ) de conforto ( ) comportamental

Grau de bem-estar: ( ) muito alto ( ) alto ( ) regular ( ) baixo ( ) muito baixo

Observações: _____
_____
_____
_____

Data da visita: _____/_____/_____
Motivo: ( ) visita anual ( ) solicitação mantenedor ( ) outro: _____
Descrição: _____
_____
_____
_____
_____

Vacinação: ( ) antirrábica ( ) V8 ( ) V10
Antiparasitário: ( ) ecto ( ) endo. Qual? _____

Inadequação de quais conjuntos de indicadores?
( ) nutricional ( ) de saúde ( ) de conforto ( ) comportamental

Grau de bem-estar: ( ) muito alto ( ) alto ( ) regular ( ) baixo ( ) muito baixo

Observações: _____
_____
_____
_____

ANEXO 1 – CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Carla Forte Maiolino Molento, Patricia Madureira Castro de Paula e Juliana Tozzi de Almeida, pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná, convidamos o(a) Sr(a)., brasileiro(a), que trabalha na Secretaria Municipal de Saúde, a participar do estudo intitulado "Percepção e atitudes humanas sobre a senciência animal e questões relacionadas ao bem-estar animal", subprojetos "Aspectos comportamentais relativos à dinâmica populacional de cães comunitários " e "Adoção do Programa Cão Comunitário como estratégia para o manejo populacional de cães no Paraná". O estudo justifica-se em função da crescente preocupação com o bem-estar dos animais e a existência de poucos trabalhos que tratam da percepção de diferentes setores da sociedade a respeito do tema.

a) O objetivo desta pesquisa é traçar um perfil da situação dos cães de rua dos municípios do Estado do Paraná.

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário preencher um questionário online, contendo perguntas abertas e fechadas.

c) O risco relacionado ao estudo pode ser a disponibilização das respostas ao questionário as quais serão confidenciais e anônimas, disponíveis apenas para os pesquisadores responsáveis por esta pesquisa. Caso haja qualquer constrangimento, por acreditar que está correndo risco de ser julgado, o participante poderá expressar seus comentários referentes às perguntas e/ou à pesquisa em espaço apropriado disponibilizado ao final do questionário ou deixar de responder o estudo a qualquer momento. Além disso, o participante terá a opção de responder a pesquisa em outro local que não seja o seu de trabalho.

d) Os benefícios esperados com essa pesquisa são a contribuição para um avanço científico na área de bem-estar de cães de rua e na relação destes com os seres humanos, bem como a proposta de estratégias no controle populacional de cães de rua.

e) As pesquisadoras Dra. Carla Forte Maiolino Molento, médica veterinária, professora associada da Universidade Federal do Paraná - UFPR, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias da Universidade Federal do Paraná - UFPR e coordenadora do Laboratório de Bem-estar Animal - LABEA (E-mail: carlamolento@yahoo.com; Telefone fixo: (41) 3350-5788; Celular: (41) 9931-6302), MSc. Patricia Madureira Castro de Paula, médica veterinária e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias da Universidade Federal do Paraná - UFPR (E-mail:pmcp.2008@gmail.com; Telefone fixo: (41) 3350-5788; Celular: (42) 9124-5687) e Juliana Tozzi de Almeida, médica veterinária e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias da Universidade Federal do Paraná - UFPR (E-mail: juli_tozzi@hotmail.com; Telefone fixo: (41) 3350-5788; Celular: (27) 99811-3693), responsáveis por este estudo, poderão ser contatadas por meio do seguinte endereço: Laboratório de Bem-estar Animal - LABEA, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Setor de Ciências Agrárias, Departamento de Zootecnia, Rua dos Funcionários, 1540, CEP: 80035-050, Curitiba, PR, Brasil, das 08h30min às 17h30min, nos telefones supracitados, para esclarecer eventuais dúvidas e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

f) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica] jtozzi almeida
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]
Orientador [rubrica]

g) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas pelas pesquisadoras autorizadas, Dra. Carla Forte Maiolino Molento, Patricia Madureira Castro de Paula e Juliana Tozzi de Almeida. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e a confidencialidade seja mantida**.

h) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259.

Eu,_____, li este termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que esta decisão tenha qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

[Local, ___ de _____ de _____]

_____

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]
(A assinatura será substituída pela confirmação da participação em campo apropriado do questionário online)

_____

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

Obs.: Os espaços para rubricas são destinados às 1ªs páginas do TCLE – não sendo necessário na última página pois já contém linha de assinatura.

Comitê de ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da FUFPR
Rua Pe. Camargo, 285 – térreo – Alto da Glória – Curitiba-PR –CEP:80060-240
Tel (41)3360-7259 - e-mail: cometica.saude@ufpr.br

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 1186072
na data de 14/08/2015

ANEXO 2 – CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS

CERTIFICADO

Certificamos que o protocolo número 049/2015, referente ao projeto **"Adoção do programa Cão Comunitário como estratégia para o manejo populacional de cães no Paraná"**, sob a responsabilidade de **Carla Forte Maiolino Molento** – que envolve a produção, manutenção e/ou utilização de animais pertencentes ao filo Chordata, subfilo Vertebrata (exceto o homem), para fins de pesquisa científica ou ensino – encontra-se de acordo com os preceitos da Lei nº 11.794, de 8 de Outubro, de 2008, do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009, e com as normas editadas pelo Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (CONCEA), e foi aprovado pela COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS (CEUA) DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - BRASIL, com grau C de invasividade, em reunião de 01/10/2015

Vigência do projeto	Julho/2015 a Março/2017
Espécie/Linhagem	Cães
Número de animais	100
Peso/Idade	Variado
Sexo	Machos e fêmeas
Origem	Cães de cinco municípios da região de Curitiba

CERTIFICATE

We certify that the protocol number 049/2015, regarding the project **"Adoption of the community dog program as a strategy for the dog population management in Paraná"**, under **Carla Forte Maiolino Molento** supervision – which includes the production, maintenance and/or utilization of animals from Chordata phylum, Vertebrata subphylum (except Humans), for scientific or teaching purposes – is in accordance with the precepts of Law nº 11.794, of 8 October, 2008, of Decree nº 6.899, of 15 July, 2009, and with the edited rules from Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (CONCEA), and it was approved by the ANIMAL USE ETHICS COMMITTEE OF THE AGRICULTURAL SCIENCES CAMPUS OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (Federal University of the State of Paraná, Brazil), with degree C of invasiveness, in session of 10/01/2015.

Duration of the project	July / 2015 to March / 2017
Specie/Line	Dogs
Number of animals	100
Wheight/Age	Variable
Sex	Males and females
Origin	Dogs living in five cities from Curitiba region

Curitiba, 01 de Outubro de 2015.

Ananda Portella Félix
Presidente CEUA-SCA

Simone Tostes de Oliveira Stedile
Vice-Presidente CEUA-SCA

Comissão de Ética no Uso de Animais do Setor de Ciências Agrárias - UFPR